

ROSÂNGELA KITTEL

FACEBOOK: AS AÇÕES QUE JOVENS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL REALIZAM NA REDE SOCIAL DIGITAL À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA AUTOADVOCACIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

FLORIANÓPOLIS
2017

K62f

Kittel, Rosângela

Facebook: as ações que jovens com deficiência intelectual realizam na rede social digital à luz dos princípios da autoadvocacia/ Rosângela Kittel. - 2017.
108 p. il. color.; 29 cm

Orientadora: Martha Kaschny Borges

Coorientadora: Geovana Mendonça Lunardi Mendes

Bibliografia: p. 96-104

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2017.

1. Deficientes mentais. 2. Autoadvocacia. 3. Rede social digital Facebook. I. Borges, Martha Kaschny. II. Mendes, Geovana Mendonça Lunardi. III. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

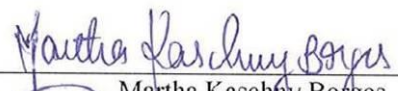
CDD: 616.8588 - 20.ed.

ROSÂNGELA KITTEL

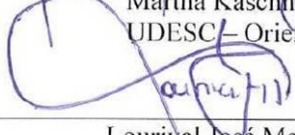
**FACEBOOK: AS AÇÕES QUE JOVENS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
REALIZAM NA REDE SOCIAL DIGITAL À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA AUTOADVOCACIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Banca Examinadora



Martha Kaschny Borges
UDESC – Orientador(a)



Lourival José Martins Filho
UDESC



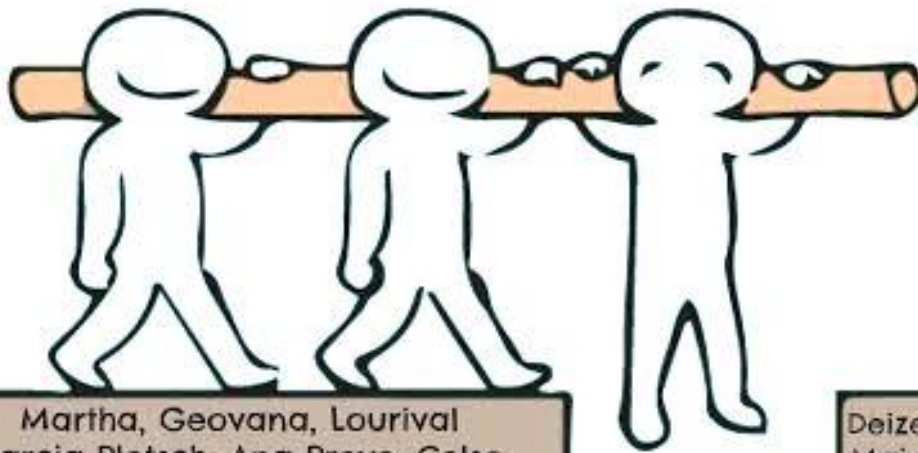
p/ Márcia Denise Pletsch
UFRRJ



Geovana Mendonça Lunardi Mendes
UDESC

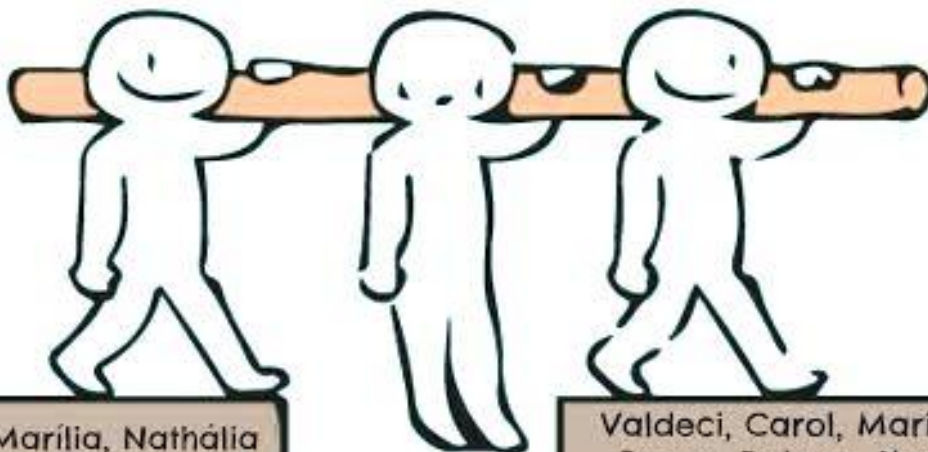
Florianópolis, 15/02/2017

AGRADECIMENTOS



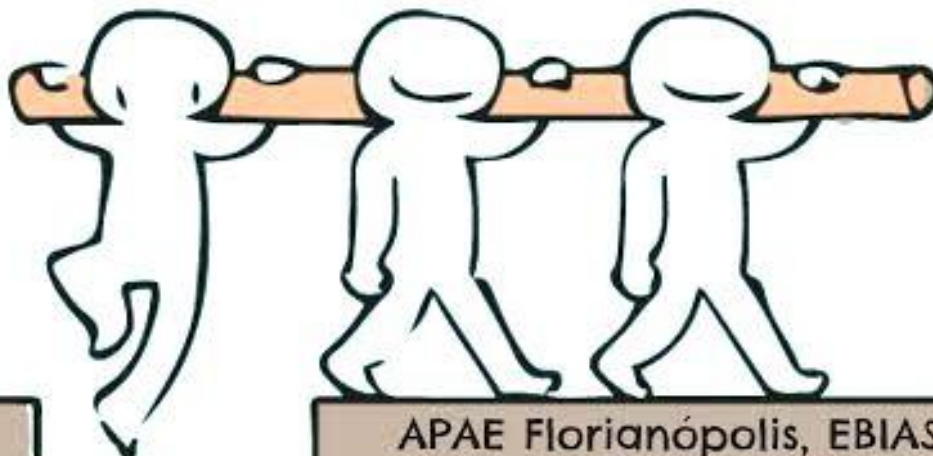
Martha, Geovana, Lourival
Marcia Pletsch, Ana Preve, Celso,
Ademilde, Vera Gaspar

Deize, Izabelle, Lenita
Maira, Mônica, Nane
Daieli, Gerusa



Marizilda, Marília, Nathália
Sandy, Vanio, Ruth, Yasmin

Valdeci, Carol, Marilene,
Bruna, Daleco, Simone
Dilce, Rô Machado



Luiza,
Rodolfo

APAE Florianópolis, EBIAS
CAPES, PMF, RME, UDESC/PPGE

“A tarefa não é tanto ver o que ninguém viu ainda, mas pensar o que ninguém pensou sobre algo que todos veem.”

Arthur Schopenhauer

RESUMO

KITTEL, Rosângela. **Facebook**: as ações que jovens com deficiência intelectual realizam na rede social digital à luz dos princípios da autoadvocacia. 2017. 108 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

Este estudo analisa as ações que jovens com deficiência intelectual realizam na rede social digital Facebook, para entender o que esta atividade revela sobre o exercício da autoadvocacia. A comunicação mediada pelo computador assume uma função determinante nas interações sociais e a participação em redes sociais digitais já é um importante componente nas relações humanas. Sendo os jovens que representam com maior expressão a tessitura dessa rede, interessa conhecer o que aqueles com deficiência intelectual estão realizando no ciberespaço. Para análise das ações, tomou-se por referência os princípios fundantes da autoadvocacia, movimento que destaca a importância de romper com a subestimação histórica vivenciada por pessoas com deficiência. Evidencia-se quatro princípios no exercício de desenvolvimento do papel de autoadvogado: (1) eliminação de rótulos, busca da desconstrução do efeito incapacitante e discriminador da deficiência; (2) identidade própria; sabe dos seus interesses e comunica suas preferências; (3) autonomia e participação; exerce o direito de fazer escolhas e arca com as consequências; (4) defesa dos direitos; fala em seu próprio nome sem a intervenção de terceiros. As reflexões deste estudo resultam de uma pesquisa de cunho qualitativo etnográfico, realizada com cinco jovens com deficiência intelectual no uso da rede social digital Facebook. A coleta de dados consistiu na análise do perfil virtual, entrevistas semiestruturadas, interação virtual e presencial da pesquisadora com os sujeitos da pesquisa. Esta metodologia valoriza o contato entre pesquisador e sujeitos de estudo, cria possibilidades para além dos diagnósticos estruturais sobre as redes sociais e caminha na direção da compreensão das dinâmicas interacionais realizadas no ciberespaço. Os resultados indicam que, apesar do desejo e necessidade de usar a comunicação mediada pelo computador, os jovens realizam uma participação pouco efetiva nas situações de diálogo e postagens, por não saberem ler e escrever ou por não reunirem conhecimentos que sustentem práticas sociais emancipatórias. Isto sugere a formulação de ações pedagógicas ajustadas às demandas que possam legitimar estas pessoas como sujeitos de direito no exercício da cidadania. Realizada na Linha de Educação, Comunicação e Tecnologia, a pesquisa, que é vinculada ao Observatório de Educação “Escarlarização de Alunos com Deficiência Intelectual: Políticas Públicas, Processos Cognitivos e Avaliação de Aprendizagem”, contou com bolsa CAPES e apoio financeiro do OBEDUC/CAPES.

Palavras-Chave: Deficiência intelectual. Autoadvocacia. Rede social digital Facebook.

ABSTRACT

KITTEL, Rosângela. **Facebook: as ações que jovens com deficiência intelectual realizam na rede social digital à luz dos princípios da autoadvocacia**. 2017. 108 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

In this work, the actions taken by young people with intellectual disabilities in the social network Facebook are analyzed, in order to understand how such actions impact in self-advocacy. The communication mediate by the computer has a determinant function upon social interactions, and the participation on digital social networks is an important component of human relationships nowadays. Since young people represent the vast majority of that network, it is interesting to know what actions those with intellectual disabilities are taking within the cyberspace. These actions were analyzed based on the fundamental principles of self-advocacy, which is a movement that emphasizes the importance of breaking up with the historical underestimation experienced by people with disabilities in general. During the development of the self-advocacy, four principles are evidenced: (1) elimination of labels and search for deconstruction of the incapacitating and discriminating effect of disability; (2) self-identity; knowledge of interests and communication of choices; (3) autonomy and participation; exercitation of the right making choices and deal with the consequences; (4) defense of rights; to talk in own name without interference of others. The thoughts of this work result from an ethnographic research, made with five intellectually disabled young people users of Facebook. Data were gathered based on the virtual profile analysis, semi-structured interviews, and virtual and personal interactions of the researcher with the selected people. Such methodology valorizes the contact between researcher and researched subjects, creates possibilities beyond structural diagnosis, and points towards the understanding of dynamic interactions within the cyberspace. Results indicate that, despite the desire and need to use computer-mediated communication, young people have a non-effective participation in dialogues and posting, either for being illiterate or not having enough knowledge that can sustain emancipatory practices. This suggests the need of development of pedagogical measures that are able to legitimate those people as effective citizens. This research is part of the Education, Communication and Technology research line, and it is linked to the Education Observatory "Schooling of Intellectually Disabled Students: Public Policies, Cognitive Processes, and Learning Evaluation". It was granted and financed by CAPES and OBEDUC/CAPES.

Key words: Intellectual disability. Self-advocacy. Facebook social network.

LISTAS DE ABREVIATURAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CMC – Comunicação Mediada pelo Computador

CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil

DI – Deficiente Intelectual

EJA – Educação de Jovens e Adultos

OBEDUC – Observatório de Educação

RSD – Rede Social Digital

RME – Rede Municipal de Ensino

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

TCLE – Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVO GERAL	24
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	24
 2 PRISMA CONCEITUAL: A PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS CONCEITOS QUE REFLETEM NESTE ESTUDO	 27
2.1 PRODUÇÕES CIENTÍFICAS: UM CRUZAMENTO ENTRE DESCRITORES QUE CARACTERIZAM ESTE ESTUDO	28
2.2 REDE SOCIAL DIGITAL: TECENDO UM UNIVERSO POR CONTATOS.....	34
2.3 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: A CONSTRUÇÃO DE UM (PRÉ)CONCEITO .	
2.4 AUTOADVOCACIA: NADA SOBRE NÓS SEM NÓS	43
 3 CAMINHOS DA PESQUISA: A ALTERIDADE NA ETNOGRAFIA VIRTUAL .	 49
3.1 ETNOGRAFIA VIRTUAL	51
3.2 QUEM E ONDE INVESTIGAR: FALANDO DOS CENÁRIOS E DOS SUJEITOS DA PESQUISA	52
3.3 COMO INVESTIGAR: INSTRUMENTOS, ETAPAS, CATEGORIAS ANALÍTICAS	54
3.3.1 Instrumentos x Etapas	55
3.3.2 Categorias analíticas	57
 4 OS ACHADOS DA INVESTIGAÇÃO NA CONJUGAÇÃO DO OFF E DO ONLINE: TUDO SOBRE ELES DITO POR ELES	 59
4.1 HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS	60
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 89
 REFERÊNCIAS	 92
 APÊNDICES	 100
 ANEXOS	 105

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é investigar as ações que jovens com deficiência intelectual realizam na rede social digital Facebook, para entender o que essa atividade revela sobre o exercício da autoadvocacia, movimento que se inicia na década de 1960, na Suécia, e destaca a importância de se romper com a subestimação histórica vivenciada por pessoas com deficiência. A autoadvocacia é compreendida como a ação ou expressão da voz de uma pessoa ou grupo de pessoas em seu próprio nome, sem a intervenção de terceiros (FERREIRA, 2005; GLAT, 2004).

O diagnóstico de deficiência intelectual é atribuído àquelas pessoas que possuem funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades conceituais, sociais e práticas (AAIDD, 2010). No presente estudo soma-se a este conceito a abordagem apresentada por Vygotsky (1997), que compreende os processos de desenvolvimento do ser humano como a síntese de um ser biológico, histórico e social. Portanto, a atividade mental, que é exclusivamente humana, resulta da aprendizagem social, da interiorização da cultura e das relações sociais que são estabelecidas (VYGOTSKI, 1997).

Assim, com a popularização da internet no Brasil, novos padrões de relacionamento se estabelecem entre os jovens, atores das redes sociais digitais. São práticas sociais, atitudes e modos de pensamento que, segundo Lévy (1999), caracterizam uma cibercultura. Isto forja outra forma de ser, de ver e de viver em sociedade, reconfigurando as interações no espaço social, real e virtual, que, agora, não disputam mais território e se unem de forma ubíqua (SANTAELLA, 2010). Importa esclarecer que o virtual não é algo imaginário, pois, mesmo estando separado do espaço físico, de ser algo não tangível, ele produz efeitos, transforma as estruturas, os processos, a cultura (BORGES, OLIVEIRA, 2016).

Desta forma, novos significados e representações são constituídas e as pessoas com deficiência intelectual veem, nesse ambiente, um espaço de igualdade na diferença, um espaço que pode ser um meio para sua inserção comunicacional. Castells (1999) corrobora essa ideia quando firma que: “o que caracteriza o novo sistema de comunicação, baseado na integração em rede digitalizada de múltiplos modos de comunicação, é sua capacidade de inclusão e abrangência de todas as expressões culturais” (p. 460).

Alguns destes aspectos também foram evidenciados em investigações realizadas junto a estudantes deficientes intelectuais pelos pesquisadores do Observatório de Práticas Escolares/OPE.¹

¹ Congrega pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Santa Catarina/UNESC, onde se encontra ancorado o Observatório de Educação “Escarlarização de alunos com Deficiência Intelectual: Políticas Públicas, Processos Cognitivos e Avaliação da Aprendizagem”. Desenvolvido em rede entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ e a Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI. Conta com

Foi observado que todos os estudantes eram usuários das redes sociais digitais, e, mesmo aqueles que não haviam alcançado êxito na aquisição da leitura e escrita pelos métodos convencionais, estabeleciam a comunicação mediada pelo computador a partir de outras estratégias. Assim, da experiência como pesquisadora do OPE é suscitada a questão que norteou esta pesquisa de Mestrado: à luz dos princípios da autoadvocacia, quais as ações que jovens com deficiência intelectual realizam na rede social digital Facebook?²

Segundo dados do censo MEC/INEP, disponíveis no documento intitulado Principais Indicadores da Educação de Pessoas com Deficiência (MEC, 2015), 69% dos estudantes matriculados em modalidades de Educação Especial apresentam deficiência intelectual. Esta população tem garantido o acesso ao ensino regular, porém, ainda enfrenta restrições em relação aos seus processos de escolarização e participação social equânime, a exemplo da baixa representação em entidades de classe³ e inserção no mercado de trabalho.

Tais barreiras podem ser denominadas como atitudinais, pois são restrições fundamentadas, na maioria das vezes, na crença da incapacidade das pessoas com deficiência intelectual em desenvolver pensamento abstrato, realizar planejamento e antecipação de ações, além do desconhecimento de suas características de aprendizagem (PLETSCH, 2010). Isto resulta, na maioria das vezes, em práticas pedagógicas centradas em atividades repetitivas, orientadas e controladas por métodos e técnicas específicas. A partir deste cenário, surgem questionamentos acerca do que as pessoas com deficiência intelectual fazem nos tempos e espaços fora da escola. Em tempos sem orientação de um modelo de escolarização, com possibilidade de livres escolhas e exercício da autonomia. Lembrando Freire (1997), “Afiml, minha presença no mundo não é a de quem nele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História” (p. 60).

A escolha por pessoas jovens com deficiência intelectual como sujeitos da pesquisa deve-se: a) ao fato de ser essa faixa etária aquela que tem maior vivência com o uso das redes sociais, conforme aponta o documento produzido pela UNICEF (2013); b) por se tratar de um grupo social duplamente vulnerabilizado, uma vez que são jovens e são pessoas com deficiência, condições que imprimem limites nas possibilidades de participação social (SOARES, 2010) e c) sofrem restrição à autonomia. De acordo com Dantas (2011), “Como consequência desta concepção, um dos direitos

financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES, no âmbito do Programa Observatório da Educação/OBEDUC.

² Facebook é uma rede social lançada em 2004. O Facebook foi fundado por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Andrew McCollum, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, estudantes da Universidade de Harvard. Este termo é composto por *face* (que significa cara/face/rosto, em português) e *book* (que significa livro), o que indica que a tradução literal de facebook pode ser “livro de caras”.

³Entende-se por entidade de classe uma sociedade de empresas ou pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita à falência, constituída para prestar serviços aos seus associados. Toda entidade de classe tem em comum a gratuidade do exercício de cargos eletivos.

humanos mais violados deste grupo social é o cerceamento do direito a ter voz própria, de fazer escolhas, de ter autonomia, de relacionar-se, de direcionar sua própria vida” (p. 13).

Cumpre-me dizer que o desenvolvimento desta pesquisa está ancorado no entrelaçamento de duas dimensões da minha vida: a pessoalidade e a profissionalidade docentes, fazendo alusão à Nóvoa (2009).

Logo entendi que definir um problema de pesquisa e dissertar seria uma tarefa reveladora, pois o exercício da escrita pode, também, servir como aprendizado sobre si mesmo. Isso exige um mergulho na história e trajetória de vida, uma entrega ao ato de registrar e comunicar, descolada, em certo grau, da individualidade e assumindo a evidente necessidade da partilha de ideias, opiniões, segredos e emoções. Pois, como escreveu Gaston Bachelard, em 1934, “é preciso substituir o aborrecimento de viver pela alegria de pensar”, e ninguém pensa no vazio, mas, antes, na aquisição e na compreensão do conhecimento (1993, apud NÓVOA, 2009, p. 30).

Então, a passos cuidadosos e atentos aos detalhes, para fazer escolhas pertinentes ao objeto de pesquisa, comecei a percorrer o caminho. Deixei que o passado aflorasse com seus blocos de força. Isto me remontou à infância e oportunizou encontros com um eu que havia passado despercebido, muito embora nunca tenha me abandonado.

Morei até os 17 anos em uma cidade interiorana, com menos de cinco mil habitantes, tranquila, onde o tempo relógio era ditado pelas badaladas do sino da igreja que se fazia ouvir por toda parte, marcando a rotina e as agendas do lugar. “*Quero todos sentados e quietos quando se ouvir a última badalada das 8 horas*”,⁴ dizia a professora. Já, em casa, tínhamos que nos fazer sempre presentes quando o sino anunciava meio dia e/ou a missa das 18 horas. Havia um tipo de arranjo, no soar dos metais, que informava a morte de um homem, uma mulher e uma criança, indicando que teríamos velório, ladainha e cortejo até o cemitério.

Um lugar encravado entre o cerro Santo Antônio e o rio Jacuí, encerrado pelo relevo e polarizado por questões políticas, étnicas e socioeconômicas. A cidade só comportava dois partidos políticos, direita e esquerda. Isso, por si só, já imputava uma divisão na relação interpessoal dos seus habitantes. Mas meu pai resolveu fundar o terceiro partido, uma outra força política que nunca entrou no território de disputas de poder, ficou à margem, coexistindo. As reuniões eram na minha casa e eu participava, ora embaixo da mesa, atrás do sofá ou sentada no canto da sala. Nem era notada. Daí aprendi a importância da legislação, pois há direitos humanos que precisam ser garantidos por força da lei, quando a humanidade das pessoas ainda está adormecida.

Tudo naquele lugar era dividido: os daqui os de lá, deste lado, daquele lado, o certo e o errado. Na escola, isso não era diferente, com nuances impactantes que marcaram minha dimensão pessoal e profissional.

⁴ Usarei *itálico* sempre que houver referência a uma frase/palavra dita por algum personagem trazido à história, ou expressão regional metafórica, esperando preservar a semântica do contexto.

Havia os alunos de descendência alemã, chamados de *os alemão* que moravam, predominantemente, no interior (*do interior*). Eram evangélicos luteranos, tinham que acordar muito cedo, para chegar ao colégio de ônibus. Apresentavam excelente desempenho escolar e eram minoria, pois só estudavam aqueles que *davam para o estudo*. Os outros ficavam na *lida*, trabalhando na roça. Constrangiam-se com o sotaque, denunciado pelas trocas fonéticas, já que tinham o alemão como língua materna.

O outro grupo, preponderante, era de italianos, *os gringo*, que moravam, na sua maioria, na cidade e próximo à escola. Eram católicos. Todos estudavam e tinham desempenho variável. A língua italiana não era cultivada entre eles, mas a descendência era motivo de orgulho e suas crenças, hábitos, costumes predominavam na cultura local, animando festas, enfeitando praças, dando identidade ao lugarejo, chamado *cidade*.

E, nesse cenário, composto por rica diversidade humana, predominavam culturas que dividiam o centro/*cidade* e os bairros/*interior*. Um grande paradoxo. Tudo estava demarcado e só nos restava cumprir o *script* de um roteiro definido pelas relações de poder que levavam à hierarquização, caracterização de grupos, classificação e rotulação de pessoas. Isso imprimia nas relações comunitárias uma certa dificuldade de aceitar o que não era familiar, conduzindo as pessoas a uma postura inflexível frente às mudanças ou ao diferente.

A impressão era que uma verdade organizava a vida, dava a sensação de conforto e segurança. Tudo isso esquadrihado pelos olhos atentos do padre, regulado pela fofoca das carolas, pelos conselhos dos anciãos e badaladas dos sinos.

Estes dois grupos, os alemães e os italianos, encontravam-se na escola da *cidade*, inclusive eu. E quem era eu? Uma *alemoa* que morava na *cidade*, falava alemão, cantava em italiano, era professora de catecismo na igreja católica e frequentava os cultos em alemão na comunidade evangélica luterana, no *interior*, moradia dos avós maternos.

Foi nesse cenário que me constituí como sujeito de direito. Aprendi a transitar entre os territórios e fui forjando minha identidade, a minha pessoalidade docente. Experimentei o significado dos entre-lugares, autorizada pela educação familiar que ensinava o respeito pelas diferenças, em debates acalorados nas rodas de chimarrão, palco de disputas constantes.

Quando fui para 5ª série,⁵ troquei de escola. Todos faziam esse caminho. Saí do colégio de freiras/particular e fui para a escola estadual/pública, onde conheci o Valdir e a Teka, que eram da cidade. Não eram *alemãos* nem *gringos*; eram chamados de *os brasileiros*. Moravam na barranca do rio e haviam estudado em uma escolinha do Estado que ficava... nem sei onde. Na verdade, nunca soube. Foi o que mais me impactou na nova escola: descobrir que havia outros habitantes naquela pequena cidade. Eu gostava deles, brincava com eles, mas só os encontrava na escola. Eles não

⁵ De acordo com a lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passa a vigorar o termo anos escolares em substituição a séries escolares.

frequentavam a igreja nem a praça do lugarejo. Este foi um período de grandes aprendizados e que resultaram, também, em grandes inquietações, pois um novo universo se descortinava e lhe configurava novo significado para mim. O grande marco dessa época se desenrolou mais ou menos assim:

Filha, sabe a fulana, filha da amiga da Mãe que mora em Agudo?

Claro que eu sabia. Ainda lembrava com detalhes o requinte da festa de aniversário dela, coisa difícil de se ver no interior.

Ela vai ter que vir estudar aqui e quero que tu sejas amiga dela, afinal, ela não conhece ninguém.

Como assim? Era inconcebível alguém vir de uma cidade do interior estudar em outra cidade do interior, e Dona Francisca ainda era menor. Aquela história parecia muito mal contada e minha mãe não teve como fugir do assunto.

É que a mãe dela é dona do cabaré da cidade e eles não deixaram ela estudar na escola de lá.

Minha mãe era revendedora dos cosméticos Avon e tinha as prostitutas como clientes, pois ninguém gostava de ir vender no local.

Hoje, percebo como meu olhar foi sendo educado para o reconhecimento e acolhimento da diferença, da diversidade, da desigualdade, e que viver a parcialidade da vida, acreditando que ela é uma verdade, pode ser um bom conceito para a ignorância. A dificuldade de conhecer, entender e aprender com quem está fora do círculo de interesse é uma atitude determinante para a exclusão. Para ampliar repertório, arriscar-se no novo, desenvolver uma postura receptiva ao conhecimento, é necessário partir da premissa de que a verdade está na soma das verdades de cada um.

Aquilo tudo sempre me instigou a curiosidade. Lembro-me de querer entender o porquê de a filha da vizinha não precisar ir para a escola, enquanto a avó dava sempre a mesma resposta, *sie its duum*⁶ (deficiente intelectual). E aquela outra menina que tinha os olhos puxados (Síndrome de Down), a outra com *cabeça de água* (hidrocefalia) e o menino que *demorou pra nascer* (paralisia cerebral). Em comum, tinham o fato de que eram sempre anunciados pelo outro, não falavam por si, não decidiam por si. Suas vidas eram silenciadas pelas crenças e costumes do lugar.

Então havia muitas categorias; desde aqueles que não precisavam ou não podiam ir para escola porque eram *bobos*, *não davam para o estudo*, até os que eram filhos de prostitutas.

Quando ouço comentários do tipo – *na minha época é que a escola era boa, todo mundo aprendia e respeitava os professores*, pergunto-me: quem era todo mundo?

⁶ Ela é boba, em alemão.

Então, aos 17 anos, fui estudar na Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, Rio Grande do Sul, no curso de Educação Especial com habilitação em deficiência mental.⁷ A escolha do curso foi muito tranquila e sua realização apazível. Encontrei verdadeiramente significado naquele aprendizado que a academia oferecia, entre teorias e práticas, que eram conduzidas com cargas horárias similares no currículo daquele tempo.

Foi na faculdade que descobri que eu tinha uma avó deficiente física, pois seu andar cocho nunca havia me mobilizado o olhar para percebê-la deficiente. Pensando bem, essa palavra “deficiente” entrou tarde no meu vocabulário, salvo melhor juízo, acho que ninguém usava ela na minha cidade. Seria curioso ou inusitado dizer que a vi, pela primeira vez, no livrinho da UFSM, quando fui escolher o curso para prestar vestibular? Lembro que recorri à biblioteca paterna para entender seu significado.

Do que se conclui que uma pessoa pode satisfazer os critérios de deficiência num dado período ou numa dada cultura ou subcultura, e não num outro período ou lugar. As características inatas do indivíduo podem ser mais ou menos acentuadas conforme os apoios ou suportes recebidos em seu ambiente. Isso significa que a deficiência tem por base o desenvolvimento da pessoa, as relações que estabelece e os apoios que recebe (VYGOTSKI, 1997).

Assim que me graduei, o gosto pelos estudos e a busca por conhecimento me levaram à Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG, no estado do Paraná, onde ofereceram a primeira especialização, no Brasil, em Educação Especial para Deficientes Mentais. Durante os dois anos em que permaneci na cidade para a realização do curso, trabalhei no Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha. Eram 450 leitos públicos e 50 particulares, divididos em 6 (seis) alas, conforme o grau de demência. Era um hospital espaçoso, com grandes pátios, corredores infinitos e muitas portas, o que me fazia carregar um pesado molho de chaves, simbolizando o poder do qual eu estava investida. Podia abrir e fechar portas, podia, até, embaralhar pacientes, deixar sair, deixar entrar em outra ala, em outra cela, em outra caixa, podia! Mas, mesmo assim, eles continuariam presos, confinados, classificados e rotulados. E, mesmo quando saíssem, carregariam consigo essas marcas.

Trabalhei, nessa época, principalmente com pacientes institucionalizados, que são aqueles abandonados ou esquecidos pelas famílias, muitos apenas com deficiência mental, e, por isso, *não eram tão loucos*.

Havia pacientes que nem sabiam que eram gente e, gente paciente, que estava ali há décadas, uns sem sair do hospital e outros com idas e vindas decorrentes da negligência familiar. Já tinham, no claustro, o conforto de um lar.

Foi quando conheci o Ico. Tinha sido encontrado num buraco, no interior do estado. Era mantido preso pelos pais que jogavam comida e água para mantê-lo vivo. Diziam que os pais *eram*

⁷ O termo deficiência mental foi substituído por deficiência intelectual em 2010.

loucos, e o filho tinha o mesmo problema. Calcula-se que o Ico tenha vivido por muitos anos naquelas condições, pois suas pernas estavam atrofiadas, o cabelo e unhas muito compridas, usava uma sobreposição de roupas imundas como ele, o que, no primeiro momento, deu a impressão de se tratar de um homem negro. No entanto, era um rapaz branco de cerca de 20 anos, revelado após muitos banhos.

Todas essas informações estavam no prontuário dele, onde havia, também, uma grande foto da capa de um jornal que noticiava o fato com destaque. E, enquanto eu lia sua história, fiquei imaginando como seria essa pessoa em outro contexto. Com outra família, com amigos e escola. E agora o Ico estava na ala masculina “D”, designada aos quadros mais graves. Não era o caso dele, que *era manso*, como diziam os enfermeiros, não falava, caminhava com o prejuízo de pernas atrofiadas e mantinha sempre um cobertor sobre a cabeça, como se ainda estivesse no buraco. Pensando bem, ele só trocou de buraco, pois continuava confinado. Estava naquela ala porque picotava tudo que encontrava pela frente e ali as *celas* não tinham colchão de espuma.

O trabalho, no hospital psiquiátrico, era organizado em oficinas de terapia ocupacional para a modificação comportamental, desenvolvendo competências como pontualidade, assiduidade, organização, zelo pelos materiais e relações interpessoais. O Ico não era elegível para as oficinas porque no seu prontuário estava escrito: “*ele não aprende nada*”. Pronto, lá estava, mais uma vez, uma voz dizendo sobre o outro, determinando seu destino, reforçando suas marcas, estigmatizando-o.

Para Goffman (1988), quando imprimimos um rótulo sobre pessoas ou grupos, criamos estigmas que, geralmente, são depreciativos e deterioram uma identidade por meio das interações sociais preconceituosas e discriminatórias.

Trabalhar e conviver com os pacientes do Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha me ensinou muito. Desbravar caminhos para criar oportunidades de aprendizagem, descobrir estratégias de comunicação e, principalmente, estabelecer a escuta dessas vozes silenciadas pelo estigma da loucura, da doença, da demência e da deficiência me mantiveram seduzida à questão de saber por eles das suas expectativas, desejos e medos.

Foi com essas inquietações que, no início dos anos 90, comecei minha carreira como funcionária pública no estado de Santa Catarina. Desde então, tenho intercalado atividades na gestão pública como proponente de políticas inclusivas e atuando como professora da Educação Especial nas escolas de Florianópolis. Creio que *peguei gosto* por circular e conhecer novos territórios, desbravar e aprender e, depois, seguir para outros lugares. Mas, nesses 25 anos de andanças, confesso que minhas melhores memórias estão na relação com os sujeitos ditos diferentes, deficientes.

Quando se adota uma postura investigativa, como educador, o espaço escolar é um campo fértil para reflexões e experimentos pedagógicos, mas, entre tantos cenários que compõem a escola, há um que me inquieta de maneira mais intensa e sobre o qual tenho dedicado especial atenção. Tudo se intensificou a partir da observação, em uma sala de aula regular, de um aluno (em) especial, no ano de 2011.

Ele frequentava o 5º ano do Ensino Fundamental, era um excelente copista, sem, contudo, escrever com autonomia (com exceção do seu primeiro nome); não estava alfabetizado. Pela dificuldade de comunicação, mantinha-se afastado do convívio com colegas e professores, o que fazia com que passasse quase despercebido. O que lhe garantia existência na escola era um diagnóstico de Deficiência Intelectual Moderada associada a graves distúrbios fonológicos, vinculando-o, assim, aos serviços da Educação Especial.

A professora regente observou que seu comportamento era introspectivo e mostrou alguns desenhos xerocados que ele havia pintado como atividade “adaptada”, enquanto a turma desenvolvia outro trabalho. Isso configurava uma prática pedagógica polarizada, como situa Mendes (2008) – “práticas com sujeitos ditos normais num polo e práticas com sujeitos deficientes em outro” (p. 109).

Eu era a nova Professora do Atendimento Educacional Especializado/AEE, de uma Sala de Recursos Multimeios/SRM,⁸ serviço que ele já frequentava desde a 1ª série. Ao analisar os planos de atendimento individual, percebi que as atividades se repetiam em tarefas percepto-motoras. Perguntei ao aluno do que ele mais gostava na Sala Multimeios e ele apontou para os computadores, muito embora não houvesse registro de que ele havia utilizado um naquele ambiente.

Creio que deduziram que ele não saberia usar o computador e nunca perguntaram se ele gostava ou desejava usar essa tecnologia. É o diagnóstico ditando os limites, cerceando as possibilidades, caracterizando o humano.

Goffman (1988) afirma: “como se alguém com estigma não fosse completamente humano e com base nisso fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida” (p. 15).

Autorizado, sentou-se em frente ao computador que estava ligado, clicou no ícone do *Google*, escreveu a palavra “carro” e, feliz, apontou para as imagens, relacionando os veículos aos professores da escola. Então estava decidido: no AEE daquele ano não haveria nada de lápis, caderno, borracha, tesoura, cola. Usaríamos computador, notebook e celular com acesso à internet, redes sociais, softwares educacionais e aplicativos. E foi assim que ele começou a escrever, mobilizado pelo desejo de comunicação por meio do chat do facebook e para fazer parte de uma rede social onde se encontravam amigos, familiares e colegas de escola. Uma busca pela

⁸ No município de Florianópolis, essa é a nomenclatura usada para definir as Salas de Recursos Multifuncionais da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

convivência em comum unidade virtual, com aqueles que, na vida real, “passam e nem me olham” [sic].

Autores como Lévy (2007); Santaella (2004); Petarnella (2008) afirmam haver mudanças cognitivas significativas nos sujeitos com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, pois a navegação no ciberespaço exige uma nova forma de estruturar o pensamento e, por conseguinte, de ensinar esta geração de “cabeças digitais”, expressão de Petarnella (2008).

Importa destacar que estas transformações não decorrem do uso estático da tecnologia e da comunicação digital, e, sim, estão imbricadas com os tipos de signos que circulam nesses meios, os tipos de mensagens e processos de comunicação que neles são gerados, inventados, criados. Estes, efetivamente, são os verdadeiros responsáveis por mudar ou moldar os pensamentos e promover novos ambientes socioculturais. A mediação não vem das mídias, mas dos signos, linguagem e pensamento que elas veiculam (SANTAELLA, 1992).

Atualmente, por força da lei, Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), todos podem e devem ir para escola, inclusive “*os considerados bobos, os que não aprendem, os filhos das prostitutas, os que demoram pra nascer, os alemão, os gringo e os brasileiros*”. E a escola é um território com muitas possibilidades exploratórias onde, na minha visão, há mais para aprender do que ensinar.

Mas, esta pesquisa ganhou outros deslocamentos, pois trabalho com estudantes da Educação Básica há tempos e preciso dar novos movimentos ao meu pensamento, descobrir e descortinar outros territórios. Neste sentido, foi dada ênfase à pergunta que norteia o presente estudo: à luz dos princípios da autoadvocacia, quais as ações que jovens com deficiência intelectual realizam na rede social digital Facebook?

1.1 OBJETIVO GERAL

Investigar as ações que jovens com deficiência intelectual realizam na rede social digital Facebook, na perspectiva dos princípios fundantes da autoadvocacia.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear o perfil virtual na rede social digital Facebook dos jovens com deficiência intelectual, usando como categorias analíticas os princípios da autoadvocacia.

- Analisar as ações que realizam os jovens com deficiência intelectual como atores da rede social digital Facebook.

- Relacionar as ações efetivadas no Facebook pelos jovens com deficiência intelectual com os princípios da autoadvocacia.

Para atender a estes propósitos, a pesquisa, de cunho qualitativo etnográfico, foi realizada com cinco jovens deficientes intelectuais, usuários da rede social digital Facebook. A coleta de dados consistiu na análise do perfil virtual, de entrevistas semiestruturadas e das ações efetivadas pelos sujeitos na rede digital.

A abordagem qualitativa tem notório reconhecimento científico entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas conexões sociais, estabelecidas nos mais diversos ambientes. Partindo de questões amplas que vão se refinando no decorrer da investigação, esta abordagem oferece três diferentes possibilidades de se realizar pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia (GODOY, 1995).

O enfoque escolhido para este estudo foi a etnografia, que pode ser entendida tanto como método, processo e produto (relatório, narrativa), resultante de uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo é a interpretação cultural (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2015; POLIVANOV, 2013). Ainda segundo Hine⁹ (2009), a etnografia também se dá no/de e por meio do on-line e nunca está desvinculada do off-line, ocorrendo por intermédio do engajamento intermitente do pesquisador com seu objeto de pesquisa, sujeitos pesquisados e campo de pesquisa.

Esta dissertação, portanto, está organizada em quatro capítulos. O primeiro, intitulado “Prismas Conceituais”, apresenta um panorama das discussões acadêmicas que estão sendo realizado no Brasil a respeito do jovem com deficiência intelectual no uso da comunicação mediada pelo computador, notabilizando a importância do tema, objeto deste estudo. Aborda os prismas conceituais do estudo, caracterizados pela tríade formada da união dos seguintes elementos teóricos: deficiência intelectual, redes sociais digitais e autoadvocacia. Em analogia ao caleidoscópio,¹⁰ propõem que estes três elementos componham a sua parte interna, formando o prisma conceitual que refletiu as possibilidades de análise dos dados coletados na pesquisa.

De acordo com Mantoan (2003), a metáfora da inclusão é o caleidoscópio, pois apresenta a oportunidade de algo ser considerado nas diversas nuances que o compõem. O prisma que há no interior do caleidoscópio tem a propriedade de decompor a luz branca em um espectro de cores, e, ao girar o caleidoscópio, é possível observar a grande diversidade de formas existentes. Quando se retira um pedaço dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico e não representa todo seu potencial. Esta imagem remete à intencionalidade dessa pesquisa, que é olhar para o jovem com

⁹ Hine cunhou o termo etnografia virtual.

¹⁰ Caleidoscópio é um aparelho óptico formado por três espelhos em forma de prisma. Através do reflexo da luz, ele apresenta combinações variadas e agradáveis de efeito visual. Disponível em: <http://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/caleidoscopio.htm>.

deficiência intelectual de forma multifatorial, a partir da diversidade que caracteriza o ser humano.

Neste sentido, importa, para esta pesquisa, oferecer espaço para ouvir os jovens com deficiência intelectual, dando-lhes voz e não, apenas, falando por eles. Dos trabalhos acadêmicos que versam sobre pessoas com deficiência intelectual, uma parcela ainda tímida se ocupa em colocar esse elemento na composição do caleidoscópio conceitual.

O segundo capítulo, “Caminhos da pesquisa”, discorre sobre a metodologia utilizada, qual seja, a investigação qualitativa etnográfica. Esta escolha permite maior segurança para dissertar acerca do tema aqui proposto, pois a experiência como Professora da Educação Especial confere intimidade com as características dos sujeitos dessa pesquisa e segundo Fonseca (1998), essa interação “é o ponto de partida desse método” (p. 58).

Na sequência, foi realizada a análise das ações que jovens com deficiência intelectual realizam na rede social digital Facebook, a qual constitui o capítulo intitulado “Tudo sobre eles, dito por eles”. A investigação buscou elementos que indicassem conexões com os princípios fundantes da autoadvocacia, usados, nesta pesquisa, como categoria de análise. Segundo Glat e Fellows (1999), podem ser assim caracterizados:¹¹

Identidade própria

Defesa de seus próprios direitos

Eliminação de rótulos

Autonomia e participação

E, finalizando esta dissertação, são apresentadas as “Considerações finais”, que corroboram a sustentação da pergunta que mobilizou este estudo investigativo, pois, como costumamos inferir, o que movimenta o mundo não são as respostas, e, sim, as perguntas. Ao demonstrar a relevância do estudo, o texto cogita possíveis contribuições para a área da Educação Especial, sua utilidade para a prática profissional e formulação de políticas educacionais ajustadas com as demandas atuais que colocam a pessoa com deficiência intelectual como sujeito de direitos para o exercício da cidadania.

¹¹ A organização da apresentação acróstica é proposta da autora, 2016.

2 PRISMA CONCEITUAL: A PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS CONCEITOS QUE REFLETEM NESTE ESTUDO

A área de Educação Especial permaneceu desvinculada da educação geral por muito tempo, tendo seu lócus de estudo voltado às deficiências, patologias e transtornos. Essa trajetória foi fortemente marcada pela ideia de que as pessoas com deficiência eram seres limitados, diminuídos, estranhos entre nós. Como consequência, o atendimento a elas foi conduzido por políticas paternalistas e assistencialistas, que reforçaram o estigma da diferença. Esta é uma longa história e, nesse percurso, temos valiosos estudos¹² que retratam o período e pontuam a necessidade de localizar a Educação Especial no âmbito da escola pública e da educação geral. Da mesma forma, após a assinatura da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2007, no Brasil, passamos a envidar esforços no sentido de compor um “novo conceito de deficiência para nortear as ações do Estado para a garantia de justiça a esse grupo social” (DINIZ, BARBOSA e SANTOS, 2010, p. 98).

Entre as trajetórias sobre desigualdade que se expressam no corpo, sejam elas de ordem física, intelectual, sensorial, de gênero ou raça, os estudos sobre deficiência foram os que mais tardiamente surgiram no campo das ciências sociais e humanas (DINIZ e SANTOS, 2010). Deste processo resulta, também, a escassez de estudos sobre o protagonismo e a juventude de pessoas com deficiência. Assim, “estas questões permanecem invisíveis” (FERREIRA, 2008, p. 27).

É usual encontrarmos estudos na área da Educação Especial que enfatizam como temas-chave o acesso à Educação Básica, a participação nos espaços escolares e os processos de aprendizagem, como se a vida das pessoas com deficiência se encerrasse nesse tempo e espaço. Por isso, esta pesquisa se propõe a investigar as pessoas com deficiência intelectual além da infância e adolescência, e, mais, em contextos fora de escolas e instituições, a partir do ponto de vista humanístico na relação com aqueles socialmente desvalorizados e desviados da norma, geralmente, aceita.

Para que essa visão possa se aproximar do matiz que caracteriza a diversidade humana, usaremos, em analogia, a mecânica do caleidoscópio, que é a metáfora da inclusão, uma vez que apresenta a oportunidade de algo ser considerado nas diversas nuances que o compõem (MANTOAN, 2003). O prisma que há no interior do caleidoscópio tem a propriedade de decompor a luz branca em um espectro¹³ de cores, e, ao girá-lo, é possível observar a grande diversidade de formas existentes. Quando se retira um pedaço do caleidoscópio, o desenho se torna menos complexo, menos rico e não representa todo seu potencial. Esta imagem remete à intencionalidade

¹² Importantes estudos de revisão histórica da Educação Especial podem ser encontrados em Pessotti (1984), Jannuzzi (1992) e Mendes (1995).

¹³ O físico inglês Isaac Newton estudou o fenômeno da difração, que consistia na decomposição da luz solar em várias cores quando atravessava um prisma, e denominou o conjunto de cores como espectro.

deste estudo, que é olhar para a pessoa com deficiência intelectual de forma multifatorial. Assim, as três partes que compõem a triangulação conceitual do prisma são: deficiência intelectual, rede social digital Facebook e autoadvocacia. Este capítulo, portanto, apresenta a revisão bibliográfica realizada com o intuito de buscar estofo teórico e metodológico para a investigação em tela e a apresentação do prisma conceitual, formado pelos conceitos de Rede Social Digital/RSD, Deficiência Intelectual e Autoadvocacia, refletidos neste estudo.

2.1 PRODUÇÕES CIENTÍFICAS: UM CRUZAMENTO ENTRE DESCRITORES QUE CARACTERIZAM ESTE ESTUDO

A revisão bibliográfica realizada para esta pesquisa contribuiu para a delimitação do problema e para obter uma ideia precisa sobre o estado atual das produções científicas a respeito do tema, suas lacunas e prováveis contribuições para o desenvolvimento do conhecimento científico.

Para dar visibilidade a esse cenário e fazer emergir como essa questão está sendo discutida nas produções científicas, foram analisados, prioritariamente, os trabalhos registrados na CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por ser uma agência pública de pesquisa vinculada ao Ministério da Educação, que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todo o país.

Em razão desta relevância e da expansão da pesquisa online, por meio da internet, desde março de 2006, as universidades brasileiras, públicas e privadas passaram a ter a obrigatoriedade de realizar a divulgação digital de todas as suas teses e dissertações (CAPES, 2016).

Fica caracterizada a importância desse repositório por ser o sistema online oficial do governo brasileiro, conjugado ao Banco de Teses do BICT/Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia que coordena o projeto da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e confere às universidades a possibilidade de dar visibilidade aos seus trabalhos por meio de um sistema online de armazenamento (BDTD, 2016).

Este alinhamento se faz necessário, pois, no Portal de Teses da CAPES, só se encontram os resumos dos trabalhos, sendo que o texto na íntegra pode ser localizado no site da biblioteca da respectiva universidade.

Na realização desta ação foram usados os seguintes descritores: jovem deficiente intelectual, rede social facebook e autoadvocacia/autodefensoria, destacando, primeiramente, cada um de forma personalizada e na sequência, realizando o cruzamento dos descritores, com o objetivo de refinar as informações. A pesquisa considerou os seguintes campos das produções: resumo, palavras-chave, título, área de conhecimento. Identificadas as pesquisas, a análise concentrou-se na identificação das palavras-chave e leitura dos resumos.

Grande parte dos trabalhos encontrados sobre a pessoa jovem com deficiência intelectual aponta temáticas relacionadas à análise da oferta de cursos profissionalizantes, o desempenho desse grupo social e sua inserção no mercado de trabalho. Estudos mostram que pessoas com deficiência intelectual/DI possuem os menores índices de inclusão profissional devido à baixa escolaridade, falta de autonomia e fragilidade dos programas de capacitação. Estes fatores dificultam a inserção e manutenção de pessoas com DI no mercado de trabalho. Da mesma forma, a Lei de Cotas brasileira, que tornou obrigatória a contratação de 2 a 5% de pessoas com deficiência nas empresas com mais de 100 funcionários, é pouco evocada para as pessoas com DI (DOTA, 2015).

Outro cenário importante, retratado nas produções científicas, é sobre a Educação de Jovens e Adultos/EJA, que já conta com um número elevado de estudantes com deficiência, oriundos da Educação Básica, por motivos de distorção idade x ano escolar. Percebe-se, nessa situação, uma tendência no sentido de reforçar o histórico de fracasso escolar das pessoas com deficiência, além de uma descaracterização dos objetivos e finalidades da modalidade de ensino EJA.

A ênfase dos trabalhos com esta temática teve como objetivo: caracterizar os tipos de deficiência existentes nas escolas que atuam na modalidade EJA; verificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores no trabalho pedagógico, o nível de evasão e permanência na modalidade, o perfil das professoras que atuam na EJA e sua visão com relação à inclusão, a dependência aos serviços de Atendimento Educacional Especializado/AEEE e o processo de exclusão que sofrem esses jovens ao longo da vida escolar.

No contexto histórico brasileiro, a EJA sempre representou um espaço de lutas contra a exclusão social e os trabalhos indicam que uma outra população – também submetida à exclusão (as pessoas com deficiência) – está sendo incluída nessa modalidade de educação.

Entretanto, para subsidiar a discussão deste estudo, foram selecionados para leitura dinâmica do texto da tese e dissertação apenas os trabalhos que apresentaram vinculação direta com a temática da pesquisa, evitando, assim, digressões. O quadro abaixo apresenta as produções científicas que auxiliaram a pesquisadora na composição do seu referencial teórico e subsidiam as reflexões aqui apresentadas.

Quadro 1 – Pesquisa das produções acadêmicas da CAPES/BDTD

Ano.	AUTOR.	Título.	Ano.	Tipo de trabalho.	Instituição.
2000. ¹⁴	NEVES, Tânia Regina Levada.	Movimentos Sociais, auto-advocacia e educação para cidadania de pessoas com deficiência mental.	Mestrado em Educação.	Universidade Federal de São Carlos/UFSCar.	
2002.	OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio.	Representações sociais sobre educação especial e deficiência: o ponto de vista de alunos deficientes e professores especializados.	Doutorado em Educação.	Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília.	
2006.	NEVES, Tânia Regina Levada.	Educar para a cidadania: promovendo habilidades de auto-advocacia em grupos de pessoas com deficiência.	Doutorado em Educação.	Universidade Federal de São Carlos/UFSCar.	
2007.	CORDEIRO, Mariana Prioli.	Nada sobre nós sem nós: os sentidos de vida independente para militantes de um movimento social de pessoas com deficiência.	Mestrado em Psicologia Social.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.	
2010.	SOARES, Alessandra Miranda Mendes.	Nada sobre nós sem nós: estudo sobre a formação de jovens com deficiência para o exercício da autoadvocacia em uma ação de extensão universitária.	Mestrado em Educação.	Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.	
2011.	DANTAS, Taisa Caldas.	Jovens com deficiência como sujeitos de direito: o exercício da autoadvocacia como caminho para o empoderamento e a participação social.	Mestrado em Educação.	Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.	
2012.	COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro do.	Cibercultura, juventude e alteridade: aprendendo-ensinando com o outro no Facebook.	133 f. Mestrado em Educação.	Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.	
2013.	MENESES, Soraya Cristina Pacheco de.	Estudo sobre a inclusão social e educacional do surdo por meio do Facebook.	Mestrado em Educação.	Universidade Tiradentes, Aracaju.	
2014.	TOMÉ JÚNIOR, Erivan Lopes.	Linguagem e redes sociais: o Facebook como espaço de aprendizagem da língua portuguesa para alunos surdos.	Mestrado Profissional em Linguística e Ensino.	Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.	
2014.	DANTAS, Taisa Caldas.	Estudo da autoadvocacia e empoderamento de pessoas com deficiência no Brasil e no Canadá.	Doutorado em Educação.	Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.	
2014.	CASTANHEIRA, Andrea de Oliveira.	Deixa que eu falo: a inclusão sob a ótica do estudante com deficiência intelectual.	Mestrado em Educação.	Universidade Federal do Rio de Janeiro.	

Fonte: Produção da própria autora a partir de pesquisa realizada no Portal de Teses da CAPES/BDTD, 2016.

No uso do descritor “rede social Facebook”, a dissertação de Couto Junior (2012) foi eleita por ser um dos primeiros trabalhos que possibilita conhecer o que está sendo produzido nas interações estabelecidas pelos jovens nesta rede social. A temática da pesquisa dá ênfase à “relação de jovens usuários do *software* social Facebook com os saberes que circulam na referida interface, e

¹⁴ Esse trabalho não está registrado no Portal de Teses da CAPES, pois é anterior à obrigatoriedade do registro online que data de março de 2006. Entra no quadro por seu caráter seminal.

considera que experiências mediadas por tecnologias que utilizam a realidade virtual” abrem novas janelas nos processos de criação, aprendizagem e interações sociais (COUTO JUNIOR, 2012, p. 17).

Em cruzamento com o descritor “deficiência intelectual”, os trabalhos encontrados são notadamente voltados às deficiências sensoriais e físicas, com destaque para o uso da Tecnologia Assistiva.¹⁵ No refinamento da pesquisa, dois trabalhos foram eleitos para leitura dinâmica, uma vez que abordam o uso da rede social digital Facebook por jovens surdos. Meneses (2013) destaca a influência e importância da comunicação mediada pelo computador na promoção da interação entre os jovens surdos e Tomé Júnior (2014) busca revelar os elementos que permitem entender como se dá o jogo de influências nos grupos de jovens surdos, na construção de suas identidades. Ambos os trabalhos concluem que o uso do Facebook só tende a potencializar a dinâmica do comportamento social e intelectual dos sujeitos surdos e demonstram ser este um ambiente acessível linguisticamente para eles (MENESES, 2013; TOMÉ JÚNIOR, 2014).

Assim, parece relevante buscar entender, também, como pessoas jovens com deficiência intelectual, usuárias da rede social digital/RSD Facebook, vêm se relacionando com o mundo, com a cultura e com o conhecimento a partir dos usos que fazem da referida interface. O tema de interesse da presente pesquisa de Mestrado, no entanto, se propõe a saber isto dito por este grupo social. Por esse motivo o trabalho de Castanheira (2014) foi considerado significativo, sendo que descreve e analisa o discurso de cinco alunos entre quatorze e vinte e sete anos, com deficiência intelectual, a respeito de seu processo de inclusão e sua percepção como atores nos espaços da escola e da sociedade. Todos frequentavam o ensino regular, na rede pública municipal do Rio de Janeiro, e eram atendidos em Salas de Recursos Multifuncionais na mesma rede. A autora concluiu que há um longo caminho a percorrer no sentido de dar voz e vez de expressão às pessoas com deficiência intelectual, destaca a necessidade de pesquisas e estudos nesse sentido, pois, “não perceber que faltam ações efetivas para a inclusão não significa que ela está ocorrendo e, muito menos, de forma satisfatória (CASTANHEIRA, 2014, p. 116).

Na mesma vertente, há o trabalho de doutorado de Oliveira (2002), que buscou identificar as representações sociais presentes no universo de pensamento de alunos com deficiência e de professores da Educação Especial, por meio da análise dos discursos. Para conduzir este estudo, foram entrevistados 43 alunos com deficiência (auditiva, física, mental e visual) e 23 professores de Educação Especial. Os resultados apontam que a escola parece não levar o aluno a transpor o limite do seu desenvolvimento natural. Ao contrário, aparentemente, está tão fragilizada como àqueles a

¹⁵ Segundo o Comitê de Ajudas Técnicas – CAT, instituído pela Portaria n.º 142, de 16 de novembro de 2006, Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

quem atende; por consequência, o aluno não sai do lugar, não avança nem no conhecimento, nem no desenvolvimento. Parece ter perdido o rumo da história e a essência humana que, do ponto de vista sócio-histórico, possui a possibilidade concreta de alterar a realidade objetiva, apesar da insistência dos autores da teoria sócio-histórica sobre o papel decisivo da aprendizagem para o desenvolvimento intelectual das pessoas com deficiência (OLIVEIRA, 2002).

No uso do descritor “autoadvocacia”, os trabalhos são pontuais e serão considerados na sua totalidade, pois, apesar desse movimento há vários anos ser difundido em outros países, no Brasil, ainda é incipiente e assistemático. Registra-se algumas iniciativas junto às pessoas com deficiência sensorial, mas com pouca expressão no que tange às pessoas com deficiência intelectual, grupo tradicionalmente tutelado tanto pelas famílias como pelas escolas, instituições especializadas e demais profissionais.

Neves (2000, 2005) sinaliza, em seus dois estudos, que há um descompasso entre a teoria e a prática propostas pelos discursos da inclusão. Revela, na ação pedagógica, atitudes de tutela tanto das famílias quanto dos profissionais da educação, numa evidente manifestação de conceitos antigos e preconceituosos, os quais caracterizam a pessoa com deficiência como incapaz. Isso fica evidenciado no estudo que Neves realizou junto às Organizações Governamentais/OG e Organizações Não Governamentais/ONGs que têm seus estatutos voltados ao atendimento de pessoas com deficiência e, no entanto, não os contemplam em seus quadros de dirigentes. Essa participação fica limitada aos seus representantes legais como se essas pessoas não tivessem condições de se manifestar acerca das suas vontades e necessidades (NEVES, 2000).

Ao aprofundar sua investigação em nível de doutorado, Neves (2005) parte do pressuposto de que a Educação Especial é assistencialista e tutelar, e propõe uma pesquisa-ação com 25 pessoas deficientes que, a partir de encontros semanais, discutem temas relacionados à autoimagem, percepção das condições de trabalho, educação, lazer e exercício da cidadania. Fica, assim, demonstrado que, diante de oportunidades significativas de participação, essas pessoas têm amplas condições de desenvolver uma atuação produtiva na defesa de seus direitos.

Estes dois trabalhos são importantes porque inauguram a temática sobre educação, Direitos Humanos e novas formas de participação social das pessoas com deficiência. Os estudos oferecem contribuições para se pensar em como educar esse grupo social para a vida de forma mais independente possível. Ainda, questiona se o processo educacional não estaria produzindo pessoas dependentes, sem autonomia nas escolhas, infantilizadas e sem habilidades e conhecimentos que favoreçam sua inclusão social (NEVES, 2000; 2005).

Em 2007, registra-se a dissertação de Cordeiro, no curso de Psicologia da PUC, de São Paulo, que, posteriormente, foi lançada em livro, dada a sua relevância para o conhecimento científico. Intitulado *Nada sobre nós sem nós: os sentidos de vida independente para militantes de*

um movimento social de pessoas com deficiência, o livro supriu uma lacuna na literatura brasileira. Vida Independente é um movimento bastante ativo em diversos países, e que tem, em seus pressupostos, um vetor orientador de políticas públicas internacionais. Os princípios da autoadvocacia estão ancorados nesse movimento, que traz em seu repertório o desenvolvimento da independência, autonomia, empoderamento, autodeterminação, participação e igualdade de oportunidades (CORDEIRO, 2007).

A pesquisa concluiu que, por meio desses repertórios, os militantes do Movimento de Vida Independente buscam ser reconhecidos como atores sociais, participar ativamente da sociedade e assumir o controle de suas vidas. Eles acreditam que isso é possível somente por meio da conquista da autonomia pessoal e da vida independente. Ou seja, que isso é possível somente quando as pessoas com deficiência passam a ser protagonistas de suas vidas, passam a ser cidadãs plenas, desinstitucionalizadas, que se ajudam mutuamente e que confrontam o sistema social e institucional que as colocam na condição de desviantes (CORDEIRO, 2007).

Outro trabalho que corrobora essa filosofia foi realizado por Soares (2010), e é intitulado “Nada sobre nós sem nós”. O estudo investiga como se dá o processo de formação da autonomia e independência de jovens com deficiência no âmbito de um projeto de extensão universitária, que desenvolve ações para o favorecimento do desenvolvimento da autoadvocacia. O estudo investiga como se desenvolve a ação ou expressão da voz de uma pessoa ou grupo de pessoas em seu próprio nome, sem a intervenção de terceiros, na luta por seus direitos.

A autora objetivou deixar indicativos para proposições de políticas públicas educacionais mais assertivas para esse público, pois seus achados revelam que o conhecimento até agora produzido está longe de contemplar a realização pessoal, social e profissional das pessoas com deficiência.

Dantas (2011; 2014) elaborou outros dois importantes trabalhos: um em nível de dissertação e outro de doutoramento. Ambas as pesquisas versam sobre o exercício da autoadvocacia da pessoa com deficiência e sua influência no desenvolvimento do papel do sujeito de direito. Fica sinalizado que esta é a forma para se romper com o ciclo de impossibilidades imposto desde cedo na vida dessas pessoas pelo estigma da deficiência. A reflexão avança para um estudo comparado entre Brasil e Canadá, em que se analisa como as leis, políticas, diretrizes e atitudes sociais destes países colaboram (ou não) para o processo de empoderamento e autoadvocacia na vida de pessoas com deficiência.

Esta pesquisa evidenciou que os dois países, por se caracterizarem distintamente em seus modelos econômicos, governamentais e culturais, refletem essa diferença nos processos de empoderamento e autoadvocacia das pessoas com deficiência. No Canadá, as pessoas com deficiência têm seus direitos humanos garantidos e encontram maiores chances de ter

oportunidades dignas para uma vida independente, conseguir um emprego, fazer faculdade ou morar sozinhas. Por outro lado, situações de opressão e negação dos Direitos Humanos, causadas pela desigualdade socioeconômica de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como no caso do Brasil, fornecem mecanismos excludentes e segregatórios, fazendo com que as pessoas com deficiência tenham que gerenciar sua vida por força individual, dada a negação dos Direitos Humanos pelo estado (DANTAS, 2014).

Podemos perceber a Universidade Federal de São Carlos/UFSCar como instituição pioneira na discussão sobre o movimento da autoadvocacia com pessoas deficientes intelectuais sob os princípios da autoadvocacia. Há quase duas décadas, vem alertando para como o processo educacional estaria produzindo pessoas sem autonomia, infantilizadas e alijadas de espaços de empoderamento social.

Vale ressaltar que a Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ também há muito tempo dedica-se a pesquisas e produções acadêmicas envolvendo deficiência e autoadvocacia, referindo-se ao processo de autonomia e participação social de pessoas com deficiências. Seus estudos destacam a importância de essas pessoas se engajarem pessoalmente na luta pela defesa de seus direitos, tomando suas próprias decisões a respeito de suas vidas, reivindicando voz e espaço para expressar suas ideias, desejos, expectativas e necessidades (GLAT, 1989; 2002; 2004).

Portanto, a revisão bibliográfica demonstrou que não há estudos que apresentam como objeto de investigação a análise, à luz dos princípios da autoadvocacia, das ações que as pessoas jovens com deficiência intelectual realizam como atores da rede social digital Facebook. Resulta deste fato o sentimento acentuado de responsabilidade frente à exploração de um tema que, além de instigante, seja inovador.

2.2 REDE SOCIAL DIGITAL: TECENDO UM UNIVERSO POR CONTATOS

O número de usuários de Internet tem crescido constantemente ao longo dos últimos 10 anos, segundo revela a pesquisa TIC Domicílios, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br, 2014). Atualmente, há, no país, cerca de 94,2 milhões de usuários de Internet, o que corresponde a 55% da população a partir dos 10 anos de idade. Em 2008, o percentual de usuários correspondia a apenas 34% da população nessa faixa etária.

Dados demonstram que, no ano de 2013, o computador estava presente em 49% dos domicílios brasileiros, sendo que 43% das residências estavam conectadas à rede mundial de computadores. A pesquisa demonstra, ainda, que, no Brasil, a renda é um fator determinante para a inclusão digital: enquanto nas famílias com renda mensal de até um salário mínimo somente 15%

dispõem de computador no domicílio, nas famílias com renda superior a 10 salários mínimos esse índice chega a 92%.

No que se refere ao acesso à internet, 51% dos brasileiros utilizam a rede de alguma forma – trabalho, escola, *lan house*, telecentro, casa de parentes. Quando ampliamos o zoom e focamos nos jovens, a pesquisa revela dados ainda mais relevantes. Entre eles, 77% se declaram serem usuários da rede, sendo que 74% acessam todos os dias ou quase todos os dias. Mas, o que fazem esses jovens no ciberespaço? De acordo com os últimos monitoramentos da CGI.br (2010; 2011; 2012; 2013; 2014), a atividade mais citada foi: *usou a internet para fazer o trabalho escolar ou da universidade*, mencionada por 87% dos entrevistados.¹⁶ A pesquisa aponta uma tendência crescente de o jovem procurar a rua – praças e locais públicos que disponibilizam *Wi-Fi* gratuitamente – para se conectar à rede por meio dos dispositivos móveis.

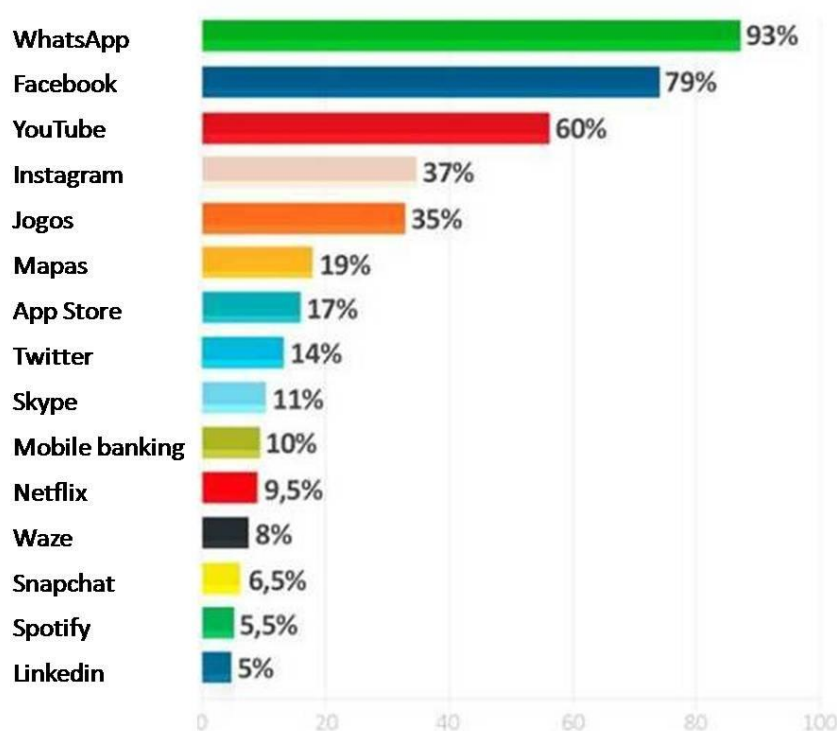
Outro dado emblemático, captado pelo monitoramento da CGI.br, é de que, a cada ano, locais como escolas, bibliotecas públicas, *cybercafés*, tele centros, vêm sendo menos procurado por jovens – como locais em que eles acessam a internet. A popularização dos *smartphones* tem contribuído para essa mudança de comportamento.

Sobre o acesso à internet por meio de dispositivos móveis, uma pesquisa realizada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (BRASIL, 2014) constatou que, do total de usuários da internet no país, 66% acessam a internet por meio do celular. Esse acesso é realizado, principalmente, com o objetivo de obter informações do que está acontecendo na sociedade ou acessar alguma rede social. Outro trabalho que corrobora a composição desse cenário é a pesquisa realizada com 2.000 internautas em dezembro de 2015 pelo CONECTA Express,¹⁷ revelando quais são as redes sociais da internet mais acessadas:

¹⁶ Outras atividades mencionadas pelos jovens foram: Entrou, acessou uma rede social; Pesquisou coisas na internet; Assistiu a vídeos (no YouTube, por exemplo); Colocou/postou fotos, vídeos e músicas nas redes sociais; Usou mensagens instantâneas para conversar com amigos; Enviou/recebeu e-mails; Leu/Assistiu a notícias na internet; Jogou games com outras pessoas na internet; Postou sua localização utilizando o facebook; Entrou na sala de bate papo, excluindo o Facebook; Escreveu em blog ou diário on-line; Comprou coisas pela internet; Pagou por downloads de aplicativos.

¹⁷ CONECTA é um serviço do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística/IBOPE, referência no Brasil e na América Latina em pesquisas baseadas na voz do consumidor. Presente na Europa, Brasil e Estados Unidos e com trabalhos desenvolvidos em diversas partes do mundo, é especializado em pesquisas on-line. <http://www.conectaibrazil.com.br/Home/About>.

Gráfico 1 – Apps mais acessados



Fonte: CONECTA Express, 2015.

Como demonstrado no gráfico 1, as redes sociais digitais mais acessadas são: WhatsApp, Facebook e YouTube. Tais redes sociais digitais são amplamente frequentadas pelos jovens que usufruem das possibilidades de compartilhar ideias e sentimentos acerca de diferentes assuntos. A exemplo de outras ferramentas similares, o Facebook gera uma forma de interação mais pública, visível, rastreável e que reúne características capazes de “delinear redes, trazer informações sobre sentimentos coletivos, tendências, interesses e intenções de grupos de pessoas” (RECUERO, 2014, p. 17). Essa tessitura realizada pelo que posta, com quem conversa, sobre o que fala, vai compondo um perfil e pode revelar muito sobre o autor, ator dessa rede¹⁸ social digital.

O Facebook¹⁹ divulgou, no final de janeiro, os números referentes ao último trimestre de 2015, anunciando ser a maior rede social digital do planeta. De acordo com os dados, já são 1,6 bilhão de usuários mensais espalhados pelo mundo, dos quais 99 milhões são brasileiros, ou seja, 8 (oito) a cada 10 brasileiros estão no Facebook.

Esta é uma ferramenta cada vez mais popular e, assim como outras, pertence à categoria dos “sites de rede social digital”, ou seja, ferramentas que proporcionam a publicação e a construção de redes sociais, conceituada por Recuero (2014) como

¹⁸ Usaremos “atores” em consonância com o conceito de *performance*, de Goffman (1988), considerando os sujeitos em representações performáticas.

¹⁹ Dados de <http://www.facebook.com/press/inf.php?statistics>. Acesso em: mar. 2016.

estruturas dos agrupamentos humanos, constituídas pelas interações, que constroem os grupos sociais. Nessas ferramentas, essas redes são modificadas, transformadas pela mediação das tecnologias e, principalmente, pela apropriação delas para a comunicação (p. 16).

A rede é uma metáfora para entender os padrões de conexão dos grupos sociais, a partir dos movimentos que realizam na tessitura dessa trama. Definida como um conjunto de dois elementos: os atores, que são as pessoas, instituições ou grupos, e suas conexões, formadas por interações ou laços sociais (WASSERMAN e FAUST, 1994; DEGENNE e FORSÉ, 1999, apud RECUERO, 2014). Portanto, a comunicação – mediada pelo computador – passa a proporcionar espaços de interação, de conversação, onde as pessoas buscam estabelecer e/ou manter laços sociais, expressar opiniões, reivindicar direitos, protestar, acompanhar eventos públicos, de lazer e políticos.

Lemos e Lévy (2010, p. 101) destacam que o desenvolvimento de comunidades e redes sociais digitais, por certo, é o que melhor caracteriza nosso complexo momento civilizatório tramado por fios e formas de culturas diversas que se sincronizam em uma nova maneira de “fazer sociedade”. Essas relações não têm um limite físico, mas um limite de expectativas, de confiança que é permanentemente mantido e renegociado pela rede de comunicações. Ou seja, para que o ator dessas redes possa aderir a uma determinada conexão, necessita compartilhar, identificar uma intenção, sentimento ou interesse.

Segundo Santaella e Lemos (2010), é fundamental investigar de que forma a multiplicidade de informações produzidas e hospedadas no ciberespaço pode contribuir para a formação de cidadãos mais críticos e atentos às necessidades emergentes da nossa sociedade contemporânea. Temos acompanhado a organização e a mobilização de pessoas e pautas reivindicatórias pelas redes sociais digitais e sabemos que esse advento cria uma real possibilidade de expressão dos pontos de vista e apreensão de conhecimentos e informações importantes para o desenvolvimento de nossa consciência crítica. O uso das redes sociais digitais proporciona um processo de comunicação aberto, de participação interpessoal e grupal efetivo. É um espaço público, aparentemente sem fronteiras, onde se formam grupos, comunidades em torno de qualquer assunto, onde as práticas sociais se desenvolvem.

As conexões entre os indivíduos na sociedade são comumente referidas como laços sociais. Esse laço é, portanto, constituído de interações, trocas que são estabelecidas através da conversa, do agir no espaço social. De acordo com Castells (1999),

a vantagem da rede é que ela permite a criação de laços fracos com desconhecidos, num modelo igualitário de interação, no qual as características sociais são menos influentes na estruturação, ou mesmo no bloqueio, da comunicação [...] os laços fracos facilitam a ligação de pessoas com diversas características sociais, expandindo assim a sociabilidade para além dos limites socialmente definidos do autoconhecimento [...] De fato, a comunicação on-line incentiva discussões desinibidas, permitindo assim, a sinceridade (p. 445).

Segundo Lévy (1999), com os avanços tecnológicos das telecomunicações, em especial, o advento da internet, as relações se estabelecem sobre diferentes demandas de aprendizagem, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (p. 17). Neste sentido, estaríamos passando por um processo de universalização da cibercultura, na medida em que estamos dia a dia mais imersos nas novas relações de comunicação e produção de conhecimento que ela nos oferece.

O termo “cyberspace” foi cunhado pelo escritor de ficção científica Willian Gibson em seu romance *Neuromancer*, escrito em 1984. Para Lévy (1999), o ciberespaço “é um espaço não físico ou territorial, que se compõe de um conjunto de redes de computadores através das quais todas as informações [...] circulam” (p. 87). Podemos afirmar que é nesse espaço que grande parte das relações humanas, atualmente, está acontecendo – uma dimensão da sociedade em rede, onde os fluxos definem novas formas de relações sociais. É um novo espaço de interação humana que já tem uma importância enorme, sobretudo no plano econômico e científico, e, certamente, na educação. Seu potencial reside no fato de instaurar uma comunicação ágil, livre e social que pode ajudar a criar uma “democratização dos meios de comunicação, assim como dos espaços tradicionais das cidades” (LEMOS, 2008, p. 34).

O ciberespaço constitui, para Lévy (1999), o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade. Trata-se de um novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização, acesso e transporte de informação e conhecimento. Isso gera novas formas de relacionamentos, cria outros hábitos e costumes, ou seja, uma outra cultura, aqui denominada de cibercultura. Pode ser definida como um conjunto de técnicas, práticas, atitudes, modos de pensamento e valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento da internet como um meio de comunicação que surge com a interconexão mundial de computadores. Lévy (1999) destaca a interconexão como um dos princípios básicos da cibercultura, responsável pela noção da rede – “que tece um universo por contato” (LÉVY, 1999, p. 127), mudando nossa relação com o espaço, que passa a ser um canal interativo, mergulhando a humanidade em um contínuo sem fronteiras. Esse é o princípio das comunidades virtuais, construídas a partir de afinidades de interesse, de conhecimentos, estabelecendo projetos em um processo de cooperação ou de troca.

Não há mais como duvidar que vivemos tempos que se “caracterizam por um novo paradigma de formação sociocultural que vem recebendo tanto o nome de cultura digital quanto de cibercultura” (SANTAELLA, 2010, p. 263). As redes sociais digitais são espaços de expressão de ideias, crenças, costumes e hábitos dos seus usuários, e isso importa para este trabalho, pois permite rastrear e reconhecer padrões de conexão dos atores desse universo tecido por contatos.

2.3 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: A CONSTRUÇÃO DE UM (PRÉ)CONCEITO

Em cada período histórico, mudam as dinâmicas culturais e surgem novas implicações de ordem política, social e científica, que norteiam práticas sociais e educacionais. Assim, a categoria deficiência intelectual passou por várias significações dualistas ao longo da história, que foram mudando de nome, mas mantiveram as representações negativas e estigmatizantes, apoiadas em abordagens normativas do desenvolvimento humano (PLETSCH, 2010; MENDES e ALMEIDA, 2010).

De acordo com Goffman (1988), quando percebemos que o indivíduo “tem um atributo que o torna diferente do outro, um atributo depreciativo, [...] deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída”. Dessa forma, “[...] acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano” (GOFFMAN, 1988, p. 12). A ideia da deficiência como desvantagem social não é um conceito neutro “sobre corpos com impedimentos, mas como resultado da discriminação pelos valores da ideologia da normalidade” (DINIZ; SANTOS, 2010, p. 12).

A deficiência já foi vista como uma marca pessoal, um drama familiar, uma expiação religiosa ou mesmo uma graça divina em quase todas as sociedades. Com o advento da biomedicina as narrativas místicas e religiosas são contestadas, representando um avanço para a recuperação da dignidade deste grupo social, mas criando outro estigma – a dicotomia entre o normal e o patológico. “As causas dos impedimentos não estariam mais no pecado, na culpa ou no azar, mas na genética, na embriologia, nas doenças degenerativas [...]” (DINIZ, BARBOSA, SANTOS, 2010, p. 102). A anormalidade é um (pré)conceito ancorado no julgamento social, no senso estético de uma sociedade e no modelo hegemônico de ser humano. O desafio agora é a transposição desta crença, que ainda imprime atitudes discriminatórias, para práticas sociais e educacionais que concebam as pessoas com deficiência como pessoas de direitos. Esse é o deslocamento conceitual que inaugura uma nova concepção de deficiência.

Com a Declaração Internacional de Montreal,²⁰ foi disseminado e indicado o uso do termo deficiência intelectual em substituição à deficiência mental, por considerar este último estigmatizante. Muito além da nomenclatura, há de se trabalhar para que as diretrizes destacadas no referido documento possam vigorar como reguladores sociais nas relações com as pessoas com deficiência intelectual – rechaçando a exclusão histórica desse grupo, sua falta de liberdade e controle das próprias necessidades.

Nesta perspectiva, o Brasil, ao ratificar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2007, como emenda constitucional, reconhece este texto legal como um marco

²⁰ Aprovada em 5 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional “Sociedade Inclusiva”, realizado em Montreal, Quebec, Canadá. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf. Acesso em: set. 2016.

jurídico para as ações de promoção de igualdade entre as pessoas com e sem deficiência (BRASIL, 2007). O documento proclama a inclusão deste grupo social na área dos Direitos Humanos e busca aproximar a questão da seara da justiça social. Este movimento político e teórico não pretende “ignorar o papel dos saberes biomédicos para o bem-estar das pessoas com deficiência, mas anuncia seu caráter insuficiente para a promoção da igualdade” (DINIZ; SANTOS, 2010, p. 11).

Na perspectiva histórico-cultural, corrobora as ideias de Lev Vygotsky (1997; 1998; 2001) ao trazerem subsídios para a compreensão da deficiência como uma das manifestações da condição humana. Este enfoque permite o seu reconhecimento como protagonista da sua própria trajetória, mediada pelas condições históricas e socioculturais. Neste sentido, a compensação social, enquanto conceito, traz a ideia de que o “defeito” ou a “falta” (nos termos de Vygotsky) carrega, em si, a possibilidade de aprendizagens reorientadoras do desenvolvimento do sujeito com deficiência, que se encontra em desvantagem quanto ao seu enraizamento na cultura (VYGOTSKY, 1997; 1998).

O autor explica que a população considerada como “deficiente” é um todo bastante heterogêneo, podendo encontrar nela diferentes formas de construção da própria deficiência. Em seu entender, o que se percebe em termos de desenvolvimento da maioria das pessoas com deficiência é resultado da ausência de uma educação que acredite que, “solo gracias a la dificultad, a la detención, al obstáculo, se hace posible el objetivo para otros procesos psíquicos” (VYGOTSKI, 1997, p. 47).

Vygotsky (1997; 2001) distingue dois tipos de deficiência: primária e secundária. A deficiência primária compreende a de ordem biológica (lesões cerebrais, lesões orgânicas, malformações orgânicas, alterações cromossômicas) e a deficiência secundária é aquela em que, com base nas interações sociais, o desenvolvimento orienta-se, no plano social, sobre as consequências advindas do plano primário. Esta ideia também é trabalhada por De Carlo (1999):

A influência de um meio desfavorável pode agravar os comprometimentos do desenvolvimento (gerando complicações secundárias), como também pode ser a desencadeadora de quadros que passam a ser classificados como sendo de deficiência. Estas são formas de construção social da deficiência, que conferem ao sujeito o *status* social de “deficiente” (p. 66).

Assim, a forma como compreendemos e conceituamos o processo de desenvolvimento humano infere diretamente na maneira como oferecemos os apoios e nos relacionamos com as pessoas com deficiência. A esse respeito, Carneiro (2008), ao se referir-se à abordagem histórico-cultural, afirma que:

O ser humano, ao nascer, dispõe apenas de recursos biológicos característicos da espécie, que podem ser considerados a base para o processo de humanização. Mas é a convivência com o outro que vai possibilitar que esse processo se concretize. Por isso, podemos falar metaforicamente em um duplo nascimento da criança: um biológico e outro cultural. A partir do momento em que a criança nasce, progressivamente ingressa num mundo onde as

relações são mediadas pelos valores, significações e verdades de sua cultura. Isso não quer dizer que ela será passivamente moldada pela cultura, mas que irá interagir com ela. É por meio dessas interações que irá se constituir como ser humano (p. 31).

Nesse sentido, a deficiência possui um caráter mais social do que biológico. O sujeito não é uma soma geral entre fatores inatos e adquiridos, mas, sim, produto de interações dialéticas (interação de sujeitos históricos), ocorridas desde o nascimento, sendo ele mesmo também produtor destas interações (BORGES; KITTEL, 2002, p. 52). Vygotsky chama atenção ao fato de que, concomitantemente com o defeito, estão colocadas as propensões psicológicas contrárias. Como foi destacado anteriormente, estão colocadas as possibilidades de superação do defeito, e isto constitui a força geradora do processo educativo. Para ele, “la fuente, el estímulo primario que hace surgir los procesos compensatorios son las dificultades objetivas con las que tropieza el niño e nel proceso de desarrollo” (VYGOTSKY, 1997, p. 136), ou seja, as mediações sociais, muito mais que o defeito orgânico, tornam-se as responsáveis pelos resultados da deficiência.

Adler, citado por Vygotsky (1997), também sinaliza que “el defecto no es unicamente la pobreza psíquica, es también fuente de riqueza; no es únicamente debilidad, es también fuente de energia” (p. 47). Pode-se dizer, assim, que o processo de compensação social não é dirigido ao complemento da deficiência, mas, sim, à tentativa de eliminação das dificuldades, criadas pela limitação e pelo próprio grupo social.

A eleição desta abordagem – segundo a qual as possibilidades da pessoa com deficiência se constituir, de forma autônoma, como partícipe de uma cultura, resultam de forma determinante da qualidade das interações sociais que ela estabelecer ao longo de sua história de vida – não nos coloca na condição de alguém que nega a existência da deficiência, mas na de quem considera que cada sujeito é único em condições, potencialidade e dificuldades (MENEZES e CASTRO, 2016).

Para este estudo, aliamos a concepção histórico-cultural ao conceito atualmente adotado pelos órgãos oficiais brasileiros e por estudiosos da área, que foi apresentado na 10ª edição do manual da AAMR, em 2010, passando a entender que DI é

[...] uma incapacidade caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, está expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa incapacidade tem início antes dos 18 anos de idade (AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION, 2010, p. 20).

Com esse conceito, o déficit na função cognitiva deixa de constituir a principal característica da deficiência intelectual e passa a ser um requisito para o diagnóstico desse variado grupo de síndromes. “A perspectiva possibilita um enfoque muito mais otimista e fecundo no que diz respeito à evolução do indivíduo” (PAN, 2003, apud MENEZES e CASTRO, 2016, p. 38). Portanto, a deficiência intelectual é um processo que se dá como resultado da interação entre aspectos sociais e aspectos biológicos.

Historicamente, o discurso incapacitante esteve presente no âmbito das perspectivas médicas, terapêuticas, assistencialistas, caritativas (SILVA, 1997), mantendo este grupo social em um constante processo de desempoderamento e invisibilidade social. Portanto, a visão que se tem acerca da incapacidade resulta de processos sociais nos quais todos estão sujeitos; uma crença de que as pessoas com deficiência não podem aprender.

Conforme afirma Ferreira (2008), essa invisibilidade da pessoa com deficiência caracteriza-se, notadamente, pela sua ausência física real, impedindo que ela se torne parte de um dado grupo social. Assim sendo,

a ausência física das pessoas com deficiência não permite que nos familiarizemos com elas ou com suas experiências, sejam estas de sucesso ou fracasso. Não permite que pessoas sem deficiência aprendam sobre as experiências discriminatórias vividas cotidianamente por pessoas com deficiências porque desconhecem sua ocorrência e, assim, permanecem na zona de conforto do alheamento social, não se tornando parte da construção de redes de proteção aos mais vulneráveis que sejam mais efetivas (FERREIRA, 2008, p. 20).

A questão conceitual da deficiência intelectual tem merecido atenção por parte de educadores, médicos, psicólogos e pesquisadores da área como Pessotti (1984) e Mendes (2012). Porém, ainda são muitos os desafios frente à educação, aprendizagem e inserção social destas pessoas. Na medida em que a sociedade não convive com as pessoas deficientes e suas experiências, prevalecem o entendimento estereotipado e atitudes preconceituosas acerca dessas pessoas. A promoção do isolamento social imputa à pessoa com deficiência uma condição que impede que a sociedade se relacione com o sujeito real, significa dizer, com a pessoa humana que verdadeiramente é (GOFFMAN, 2008).

Este cenário vem assumindo outros contornos a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2007), da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); da Resolução n.º 04, de 2009; do Decreto n.º 6.711, de 2011; da Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146, de 2015), entre outros, que preconizam a “defesa do direito de todos os estudantes estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2008, p. 01). Sabe-se que a tradução destes textos legais ganha diferentes matizes na proporção em que eles são desdobrados nas mais distintas realidades deste nosso país continental. Passados, no entanto, oito anos da anunciação da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Especial (2008), por exemplo, é possível perceber como seus princípios já refletem na dinâmica escolar, social, política e econômica.

A esse respeito, sinalizamos que as referidas políticas encontram na teoria vygotskiana importante sustentação, pois a partir das práticas inclusivas é possível promover a interação de pessoas com deficiência intelectual em espaços não segregados, proporcionando-lhes maior

qualidade nas trocas que estabelecem com os demais sujeitos.

Atualmente, os estudos, pesquisas, práticas educativas e sociais estão voltadas para as possibilidades deste grupo social e reconhecem que a pessoa com deficiência intelectual é capaz de elaborar noções sobre si mesma e narrar suas experiências em contextos dialógicos, com condições, portanto, de falar sobre si, dos seus sentimentos, interesses e necessidades. Então, para dar visibilidade a esta perspectiva, foram eleitos os princípios fundantes da autoadvocacia para se somar aos outros dois conceitos já apresentados e, assim, compor o prisma conceitual que orienta a presente investigação.

2.4 AUTOADVOCACIA: NADA SOBRE NÓS SEM NÓS

Historicamente, as pessoas com deficiência foram submetidas a um contínuo processo de exclusão social por serem consideradas incapazes, e foi-lhes negado o direito de opinar, participar e decidir mesmo sobre as coisas mais simples. Nas poucas ocasiões em que isso foi possível, a participação sempre foi tutelada e direcionada por familiares e profissionais técnicos, acentuando, assim, a dependência em detrimento da autonomia.

Esse fato tem especial recorrência entre as pessoas com deficiência intelectual, uma vez que esse direito foi negado por mais tempo a elas, e ainda hoje há descrédito e preconceito por parte da sociedade que julga estas pessoas incapazes de advogar e julgar em causa própria (NEVES, 2000). Isto se justifica em decorrência do constructo discursivo da deficiência intelectual ao longo da história, conforme abordado anteriormente. Atendendo aos apelos desse incômodo, encontramos a seguinte declaração, datada de 1985, em documentos da Liga Internacional de Associações em favor das Pessoas com Deficiência Mental:

[...] uma nova voz está começando a se fazer sentir entre nós e pede que nós a escutemos. É a voz das pessoas com deficiências mentais. Até agora, outros haviam falado em seu nome, acreditando que não tinham capacidade de falar por si mesmas. Nossa tarefa agora é escutá-las, ajudá-las a participar como iguais na vida da comunidade e proporcionar a elas a oportunidade de tomar decisões significativas (PROJETO SINERGIA, 2009, p. 17).

A partir do momento em que se percebe a necessidade de dar àqueles silenciados o direito à participação, o direito de falar por sua própria voz, outras formas de mobilização começam a ser estruturadas. E é nesse movimento que as vozes dessas pessoas se tornam audíveis e começam a construir outros espaços de participação, livres do rótulo do preconceito e da visão de incapacidade associada ao estigma que carregam por sua diferença (GLAT, 2004; NEVES, 2005; DANTAS, 2011).

Esta é a proposta da autoadvocacia, movimento que autoriza as pessoas com deficiência a falar de si enquanto autoras da sua própria história. É conceituada por Beresford (2013) como uma

proposta filosófica, científica e social, com o objetivo de romper com o ciclo de desempoderamento que circunda a vida das pessoas com deficiência e faz emergir a possibilidade de qualquer indivíduo ser advogado de si mesmo.

O exercício da autoadvocacia é embasado no movimento que esboça o seguinte pensamento: Nada sobre nós sem nós, originário do paradigma do *empowerment*.²¹ Disseminado em vários países, é originário da ação *self advocacy*, terminologia que pode livremente ser traduzida como “advogado de si próprio”, ou seja, aquele que fala em seu nome, sobre suas intenções, sentimentos e interesses (NEVES, 2000, 2005; CORDEIRO, 2007).

Embora seja difícil determinar quando o movimento de autoadvocacia começou oficialmente, há evidências históricas que determinam seu surgimento na Suécia durante a década de 1960. Um grupo de pessoas com deficiência intelectual foi incentivado a organizar de forma autônoma seus tempos de lazer. Para isso, organizaram-se cursos que visavam orientar as pessoas em como tomar as suas próprias decisões. Na Universidade de Berkeley, Califórnia, o movimento foi chamado de vida independente e caracteriza-se pela busca de uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, fortalecendo-as individualmente e resgatando seu poder pessoal para uma vida ativa e participativa, na tomada de decisões sobre tudo que diz respeito à sua vida (SOARES, 2010; DANTAS, 2011).

Em 1973, uma ampla discussão sobre os resultados que estavam sendo alcançados com essas ações resultou em uma conferência, no Canadá, que é considerada a primeira convenção de pessoas com deficiência intelectual da América do Norte. Sua principal meta foi conceder espaço de voz à pessoa com deficiência, possibilitando sua efetiva participação nas discussões e deliberações (NEVES, 2000).

Entretanto, a avaliação desta conferência foi de que os propósitos não haviam sido alcançados, pois se verificou uma grande interferência por parte dos profissionais que acompanhavam a organização, reforçando a ideia de que havia necessidade de tutela. Um grupo de Oregon, Estados Unidos, assumiu o posicionamento de insatisfação diante deste cenário e organizou um movimento denominado de “*People Firts*” (traduzido para pessoas em primeiro lugar) para enfatizar que, antes de tudo, deve prevalecer a pessoa, e, não, a deficiência. Este movimento lutou pela desinstitucionalização de pessoas com deficiência intelectual, sendo que estas passaram a residir na comunidade e participar da vida social. Com o crescimento deste movimento, foram sendo organizadas outras conferências e convenções, sempre zelando para que as lideranças fossem pessoas com deficiência. Isso resultou em um importante processo de aprendizagem no tocante à organização, planejamento e fortalecimento do movimento e exercício da autoadvocacia

²¹ Um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico sócio-cultural, político e econômico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania (PINTO, 1998).

(CORDEIRO, 2007; SOARES, 2010).

Com essa visibilidade, as ações foram se multiplicando e, em 1980, no Kansas, Estados Unidos, uma conferência reuniu pessoas com variadas deficiências e formou uma coalizão de forças. Assim, nasceu o movimento *United Together* (juntos e unidos), estabelecendo princípios que fortalecem este grupo social. A seguir, destacamos alguns (WILLIAMS; SHOULTZ, 1984, p. 61, apud PROJETO SINERGIA, 2009, p. 18):

- Não deixar que outros façam o que se pode fazer;
- Servir como apoio em diretorias e em comitês para, assim, poder ajudar mais as pessoas com deficiência;
- Tomar parte na organização das políticas, participando do trabalho para mudar a legislação naquilo que seja necessário;
- Escolher os próprios apoiadores;
- Desativar as instituições;
- Criar situações que permitam viver na comunidade;
- Buscar mais trabalhos para pessoas com deficiência;
- Garantir pagamento igual para trabalhos iguais;
- Encorajar outras pessoas para autoajuda.

Com estas mesmas intenções, foram organizados outros movimentos, manuais e materiais de orientação para organização de grupo de pessoas com deficiência que almejassem o desenvolvimento da autonomia, independência e vivência de direitos e deveres/exercício da cidadania (PROJETO SINERGIA, 2009). Desta forma, em 1981, consolidou-se um importante grupo de autoadvogados na Austrália, contribuindo de forma significativa para expansão do movimento não só na América do Norte, mas para várias partes do mundo, encorajando as pessoas com deficiência à participação, mesmo que haja muita dificuldade inicial. Cada um poderá contribuir de formas diferentes, fazendo da soma dessas diferenças a força da diversidade. De acordo com Williams e Shoultz (1984, p. 64, apud PROJETO SINERGIA, 2009, p. 19), “pessoas com deficiência necessitam de tempo e um suporte forte para desenvolver habilidades para participar do processo democrático que envolve o trabalho de um grupo”.

As pessoas com deficiência intelectual desejam ser consideradas na sua condição humana. Longe do assistencialismo, paternalismo e infantilização, buscam a equidade na igualdade de direitos com respeito às suas necessidades. Para tanto, é necessário articular o empoderamento ao conceito de autoadvocacia. A partir dele, as pessoas com deficiência aprendem sobre a história de seu grupo social, sua história de vida e seus direitos, e adquirem competências de expressão, reivindicação, participação, comunicação e liderança na sua própria vida, nas instituições educacionais e nos diferentes espaços sociais (DANTAS, 2011). O empoderamento pode ser visto,

portanto, como um conceito-chave para que o grupo de pessoas com deficiência se autorize a pensar e questionar a cultura que o incapacita e invisibiliza.

Sem esta prática, instala-se a invisibilidade social que conduz a vulnerabilidade das pessoas com deficiência, fazendo com que elas constituam “um grupo multiplamente vulnerável” (SOARES, 2010, p. 27). Nesse sentido, Ferreira (2005) e Glat (1989; 2002; 2004; 2008) debatem que a condição de deficiência aumenta o grau de vulnerabilidade à exclusão social, educacional e laboral, reduzindo as chances de participação que se constituem como obstáculo para o desenvolvimento da autonomia necessária à vida adulta e está na base da violação de diversos direitos humanos.

No Brasil, o movimento ainda é pouco estruturado, com iniciativas isoladas de instituições de ensino superior e organizações não governamentais. Nas APAEs, instituições reconhecidas pelo trabalho desenvolvido com pessoas deficientes intelectuais, esse movimento é denominado de Autodefensoria e vem sendo organizado e estimulado em seus estatutos, com base nos princípios da autoadvocacia. Seu início data de 1986, com a realização do 9º Congresso Mundial da Liga Internacional das Associações para Deficiência Mental, realizado no Rio de Janeiro, sob os auspícios da Federação Nacional das APAEs. Durante este evento, aconteceu um “Congresso Paralelo”, reunindo cerca de 150 pessoas com deficiência intelectual, representando 15 países e falando mais de seis idiomas diferentes. O encontro tinha por objetivo discutir a situação de vulnerabilidade social, educacional, econômica e política das pessoas com deficiência (PROJETO SINERGIA, 2009).

A partir dessa experiência, muitos outros eventos foram realizados, resultando em eleição de representantes estaduais que a cada dois anos – desde 2001 – se reúnem em Fóruns Nacionais de Autodefensores. Nestes espaços de reflexão são elaboradas cartas de intenções e reivindicações e seus textos têm demonstrado o amadurecimento do movimento que pauta suas agendas nos princípios da autoadvocacia (PROJETO SINERGIA, 2009).

Para garantir o direito à cidadania plena, a pessoa com deficiência precisa conhecer seus direitos e deveres para, então, aprender a criar e defender seu espaço. Isso define a autoadvocacia. Este movimento que, como já mencionado, engloba tanto o aspecto político como o educacional (no sentido amplo do termo) se norteia por quatro princípios fundantes que serão apresentados a seguir, de acordo com Rosana Glat (2002; 2004):

1 Eliminação de rótulos: quando nos referimos a pessoas com deficiência, a pessoa deve ser considerada em primeiro lugar, não a deficiência. O lema poderia ser resumido no seguinte slogan: “antes de sermos deficientes somos primeiro pessoas”! Justamente por isso o movimento de autoadvocacia nos Estados Unidos e Canadá é denominado “*People Firts*”.

Esse princípio reivindica que as pessoas com deficiência sejam tratadas com dignidade e

respeito, sem que a sua condição de deficiente seja um “cartão” de visita que, de imediato, as identifique e segregue, ou um fator limitador *a priori* das oportunidades, inclusive educacionais, que lhes são oferecidas.

2 Identidade própria: relacionado à questão da eliminação de rótulos, um dos objetivos do movimento de autoadvocacia é auxiliar pessoas com deficiência a afirmarem a sua identidade pessoal, serem reconhecidas e respeitadas como indivíduos únicos e iguais aos demais, apesar de suas dificuldades. Uma das consequências deletérias dos estigmas ou rótulos diagnósticos, no caso, a deficiência, é que, a partir do momento em que um indivíduo é classificado como deficiente (e isso vale para todas as outras categorias de estigma), tudo o que ele faz ou é passa a ser interpretado ou explicado em função dos atributos estereotipados do estigma. Como esses rótulos são sempre depreciativos, todas as potencialidades, aptidões e características pessoais do indivíduo são subestimadas, ou, mesmo, ignoradas: “não aprende porque é deficiente intelectual”. Em outras palavras, ele deixa de ser um indivíduo, o “João”, e passa a ser apenas um exemplo do rótulo: “aquele rapaz retardado”.

3 Autonomia e participação: por autonomia se entende a capacidade do indivíduo de gerenciar sua própria vida cotidiana, ou o máximo possível de aspectos dela, na medida de suas possibilidades, visando ao atendimento de suas necessidades individuais e ampliação de suas possibilidades existenciais, através de suas próprias opções. Nesse sentido, o desenvolvimento da independência e autonomia, sobretudo na tomada de decisões, é, talvez, o aspecto mais importante do movimento de autoadvocacia.

Esta proposta se contrapõe diretamente à concepção tradicional estereotipada da pessoa com deficiência como um indivíduo incapaz e dependente. Vale observar que as possibilidades do indivíduo acima referidas não constituem uma característica ou condição intrínseca fixa, determinada por seu diagnóstico clínico ou outra medida equivalente. Ao contrário, são ampliadas na medida em que lhe proporcionamos suportes e condições adequadas de aprendizagem, nos diversos campos.

O princípio básico é que todos os indivíduos têm o direito de fazer suas opções e tomar decisões sobre sua vida, e fazer com que essas sejam respeitadas. Atitudes de superproteção agredem a dignidade humana, pois impedem que as pessoas experimentem situações cotidianas de risco e erros – necessários para o crescimento e desenvolvimento humano. Nesse sentido, cabe aos profissionais e familiares que lidam com pessoas com deficiência incentivar, seja através de programas específicos, seja no contato diário pessoal, a independência, autonomia e poder decisório.

4 Defesa de seus próprios direitos: a defesa dos direitos pela própria pessoa com deficiência é a essência do movimento de autoadvocacia, como o próprio termo diz. Pessoas com

deficiência são capazes e devem ser estimuladas a falarem por si próprias e a serem os defensores de seus direitos. Assim como outros grupos excluídos – negros, mulheres, gays, índios – devem lutar para que suas reivindicações sejam atendidas, sem precisar da tutela de pais e profissionais.

Tal posição reflete o lema *Nada Sobre Nós Sem Nós*, incorporado como um princípio de direitos humanos na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pela ONU em 2006 e ratificado pelo Brasil em 2007. A Convenção cria consonância com o exercício da autoadvocacia e com o movimento de vida independente, pois adota, em sua construção, o lema acima mencionado, o qual pode ser traduzido na expressão “nada sobre as pessoas com deficiência, sem as pessoas com deficiência” (BARONI, 2008).

Esse lema contribui com os objetivos do movimento de autoadvocacia, pois implica dizer que são as pessoas com deficiência que sabem o que é melhor para elas e que, para isso, é imprescindível ter a sua presença ao discutir ou decidir qualquer coisa que diga respeito às suas necessidades ou interesses.

O exercício da autoadvocacia, por conseguinte, contribui para o processo de conscientização trazido pelo empoderamento, pois proporciona às pessoas com deficiência a consciência sobre a sua condição, os possíveis desafios que possam ter com ela, mas, também, o valor que possuem enquanto seres humanos independente de qualquer condição. E isso as autoriza ao convívio social, à conquista de espaços de exercício da cidadania como sujeito de direitos.

Dessa forma, este estudo também pretende trazer contribuições para o movimento de autonomia e independência das pessoas com deficiência, revelando-as como capazes de tomar suas próprias decisões e dignas de terem as mesmas oportunidades.

3 CAMINHOS DA PESQUISA: a alteridade na etnografia virtual

Este capítulo tem especial importância para esta investigação, pois reflete a visão que permeou os caminhos da pesquisa, o seu processo, o tratamento que foi dado às perguntas que compuseram as entrevistas, a conveniência da metodologia de coleta dos dados, assim como a busca de uma forma respeitosa e ética para apresentação dos mesmos. Por conseguinte, as considerações pretendem avançar para o direito da inserção social das pessoas com deficiência intelectual por meio do pleno exercício da cidadania. Em outras palavras, reconhecê-las como autoras de suas ações e cuja existência está entrelaçada na vida de outras pessoas que, por sua vez, constituem o tecido social.

Acredito que este movimento exige alteridade, ou seja, a interação entre o “eu, interior e particular a cada um, e o outro, o além de mim” (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2006, p. 7). O conceito infere que todo indivíduo social é interdependente dos demais sujeitos do seu contexto social, isto é, o mundo individual só existe diante do contraste com o mundo do outro; é a negação estrita da identidade e afirmação da diferença. “A noção de outro ressalta que a diferença constitui a vida social à medida que esta se efetiva através das dinâmicas sociais. Assim sendo, a diferença é, simultaneamente, a base da vida social e fonte permanente de tensão e conflito” (VELHO, 2008, p. 47).

Essa inferência, de inspiração antropológica, é que levou à escolha da abordagem qualitativa etnográfica para a realização desta pesquisa, pois a mesma permite o estudo e a coleta de dados dentro do contexto natural, sensível às pessoas e aos lugares em investigação. Seus fundamentos filosóficos sinalizam a preocupação com o empoderamento dos seres humanos, para que transcendam as restrições que lhes são impostas pela cultura em que estão inseridos (FRAGOSO, RECUERO e AMARAL, 2015). Nas palavras de Fonseca (1998), a etnografia “é, de certa forma, o protótipo do quantitativo” (p. 58).

Ademais, nela, o pesquisador é parte importante do processo a partir das suas experiências e capacidade de reflexão e enfatiza a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, como vínculo indissociável entre o mundo objetivo e sua subjetividade, que não pode ser traduzida em números (ANGROSINO, 2009; CRESWELL 2014).

Assim, ao assumir, na investigação, a perspectiva de trabalhar *com* os jovens com deficiência intelectual – e não *sobre* eles –, a concepção de que o pesquisador leva a campo seus instrumentos de coleta de dados prontos e acabados é refutada. O jovem é convidado a falar de si; logo, precisa ser considerado como coautor na organização desta metodologia. Essa ideia fica materializada na imagem a seguir, que foi compartilhada na página “Depósito de Tirinhas” do *Facebook*, que me inspira e me revela como pesquisadora (COUTO JUNIOR, 2012). Foi esta relação de alteridade que busquei estabelecer e construir com os sujeitos desta investigação não só

de me colocar no lugar do outro na relação interpessoal, mas considerar sua voz, valorizar seus sentimentos, identificar seus interesses e dialogar sem tutela.

Figura 1 – Perguntas



Fonte: Orlando Pedroso (2012).

Outro indicativo importante é por se tratar de uma pesquisa descritiva e

o relatório final ou a apresentação inclu[irem] as vozes dos participantes, a reflexão do pesquisador, uma descrição complexa e interpretação do problema e a sua contribuição para a literatura ou um chamado para a mudança (CRESWELL, 2014, p. 50).

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa etnográfica, sem a necessidade de evocar métodos e técnicas estatísticas. A coleta de dados ocorre em ambiente familiar aos sujeitos e o pesquisador é instrumento-chave do processo, pois tende a analisar seus dados indutivamente. Essa pesquisa, entretanto, não tem a pretensão de ser reconhecida como de cunho etnográfico, mas utilizar técnicas e procedimentos de coleta de dados associada ao campo da antropologia, com o uso da etnografia, a partir da interação com o grupo estudado, observação participante e entrevista semiestruturada.

Em Eckert e Rocha (2008), vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

O método etnográfico é um método específico da pesquisa antropológica. Outras ciências sociais recorrem, não obstante a determinadas técnicas de pesquisa que são singulares ao método de pesquisa qualitativa. Mas neste caso trata-se de adotar alguns procedimentos técnicos próprios da pesquisa etnográfica como a observação e as entrevistas, vinculadas agora a outros campos teóricos de interpretação da realidade social que não a teoria antropológica.

Na opinião de Creswell (2014) e Angrosino (2009), a etnografia é uma abordagem metodológica que estuda pessoas em grupos organizados e específicos quando há variáveis que não podem ser medidas facilmente e se propõe a escutar vozes silenciadas, dando poder aos indivíduos para que compartilhem suas histórias. Ainda, segundo Spradley (1979, apud POLIVANOV, 2013), etnografia é a descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo, objetivando entender um outro modo de vida, mas do ponto de vista do informante, e afirma que mais do que um estudo sobre as pessoas, etnografia significa ‘aprendendo com as pessoas’. Deste modo, entendemos que fica caracterizada a alteridade no processo de investigação etnográfica.

3.1 ETNOGRAFIA VIRTUAL

Pela tradição do método, o deslocamento, o estranhamento, o ‘ir a campo’ são características importantes da etnografia e do fazer etnográfico. Agora, todavia, as dimensões espaço e tempo ganham outras proporções, ressignificadas pela relação do homem com as Tecnologias da Informação e Comunicação/TIC. Assim foi introduzido o termo **etnografia virtual**, para localizar essa nova perspectiva de investigação (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2015).

Como destaca Christine Hine (2000), sua compreensão se deve ao caráter qualitativo, no qual a análise da internet pode ser observada em seus efeitos sob duas óticas: como cultura e como artefato cultural. Em síntese, ela contribui para a compreensão do papel e da complexidade da comunicação mediada pelo computador. Segundo a autora,

[...] a etnografia virtual se dá no/de e através do on-line e nunca está desvinculada do off-line, acontecendo através da imersão e engajamento intermitente do pesquisador com o próprio meio (HINE, 2000, apud FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2015, p. 173).

Segundo Hine (2000, apud FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2015), essa abordagem leva em consideração funções e formações sociais, além de tipos de organizações, tais como os conflitos, cooperações e o fortalecimento das comunidades virtuais.

O pesquisador pode planejar um estudo etnográfico para “sugerir mudanças na forma como as pessoas pensam e encorajá-las a interagirem, formarem redes, grupos de discussões acerca das suas condições e necessidades” (CRESWELL, 2014, p. 40).

De acordo com as autoras Eckert e Rocha (2003),

a etnografia consiste em descrever práticas e saberes de sujeitos e grupos sociais a partir de técnicas como observação e conversações, desenvolvidas no contexto de uma pesquisa. Interagindo-se com o Outro, olha-se, isto é, ordena-se o visível, organiza-se a experiência (p. 3).

Importa a esse estudo olhar à guisa do caleidoscópio conceitual, que tem seu prisma

formado pelos conceitos da autoadvocacia, rede social digital e deficiência intelectual para investigar as ações que jovens com deficiência intelectual realizam no ciberespaço, no uso da rede social digital Facebook. Essa acuidade do olhar incita o abandono de estereótipos e conduz à desnaturalização de fatos e fenômenos que são entendidos como constructo histórico e social.

3.2 QUEM E ONDE INVESTIGAR: FALANDO DOS CENÁRIOS E DOS SUJEITOS DA PESQUISA

A escolha do campo de investigação demandou especial atenção, considerando que minha formação acadêmica, experiências pessoais e profissionais estão intimamente ligadas aos contextos e sujeitos, foco deste estudo. Atuando há mais de duas décadas na Rede Municipal de Ensino/RME de Florianópolis, com estudantes da Educação Básica, o contato com pessoas com deficiência ocorre, notadamente, naquele espaço e com uma faixa etária definida, pois, via de regra, os estudantes concluem essa etapa aos 15 anos. Logo, o campo de pesquisa não poderia ser a RME, pois os sujeitos devem ter entre 15 e 29 anos²² de idade – para caracterizar pessoas jovens.

Outro ponto considerado refere-se à interação com os sujeitos da investigação, colocado pela literatura como condição primeira da pesquisa etnográfica, pois “não se trata de um encontro fortuito, mas de uma relação que se prolonga no fluxo do tempo e na pluralidade dos espaços sociais vividos cotidianamente por pessoas” em diferentes contextos (ECKERT; ROCHA, 2003, p. 3). Por certo foi esta perspectiva que motivou a realização do estudo em uma instituição com a qual eu tivesse familiaridade dando, assim, fluidez ao diálogo e às interações. Este foi o caminho que orientou a escolha do campo de pesquisa e nos conduziu à Associação de Amigos e Pais dos Excepcionais/APAE de Florianópolis, uma vez que grande parte dos estudantes que frequentam ou concluem a Educação Básica na RME de Florianópolis acessam os serviços educacionais oferecidos por esta Instituição.

As duas instituições mantêm estreita parceria desde 2004, ano em que a APAE condiciona a frequência de estudantes com deficiência em idade escolar à rede regular de ensino. A partir de então, as escolas da RME passam a receber, principalmente, estudantes com deficiência intelectual, sob o acordo de que, na instituição, eles acessariam os serviços especializados (fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia) e caberia ao ensino regular sua escolarização (MACHADO, 2009). Deste marco, que é temporal, fica assinalada a responsabilidade histórica assumida com esses meninos e meninas que agora já são jovens e “tecem uma rede diferente para as diferenças”, nas palavras de Machado (2009, p. 139).

²² Segundo o Estatuto da Juventude, Lei n.º 12.852/2013, jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Disponível em: <www.juventude.gov.br>. Acesso em: 14 jun. 2016.

Soma-se a este fato a importante iniciativa do Movimento Apaeano, iniciado em 2001,²³ para organizar e incorporar nas suas atividades o Programa Nacional de Autogestão e de Autodefensoria, com a finalidade de

[...] contribuir para o desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, frente à sua realidade, dando-lhe estímulo para tornar-se autodefensora; e, nesse papel, ampliar sua possibilidade de atuar, efetivamente, influenciando o cotidiano de sua família, da comunidade onde vive e da sociedade em geral (PROJETO SINERGIA, 2009, p. 9).

Desta forma, as APAEs do Brasil passam a desenvolver práticas pedagógicas que constituem instrumentos facilitadores da participação social e expressão das pessoas com deficiência sobre questões que ensejam uma vida autônoma e independente.

Como referido anteriormente, a escolha por jovens como sujeitos desta pesquisa deve-se ao fato de ser essa faixa etária aquela que tem maior vivência e acesso às redes sociais digitais, conforme aponta o documento produzido pela UNICEF (2013). Outra razão pela escolha em pauta é o fato de que os jovens constituem um grupo social “duplamente vulnerabilizado, porque são jovens e porque são pessoas com deficiência, condições que imprimem limites nas possibilidades de participação social” (SOARES, 2010, p. 57). “Como consequência desta concepção, um dos direitos humanos mais violados deste grupo social é o direito de ter voz própria, de fazer escolhas, de ter autonomia, de relacionar-se e direcionar sua própria vida” (DANTAS, 2011, p. 13).

Para analisar as ações que as pessoas com deficiência intelectual realizam na rede social digital Facebook, usando os princípios fundantes da autoadvocacia como categorias analíticas, foram selecionados, portanto, cinco jovens da APAE de Florianópolis. Esta seleção foi realizada pela instituição, atendidos os seguintes critérios, indicados pela pesquisadora (Apêndices):

1. Idade compreendida entre 15 e 29 anos;
2. Diagnóstico de deficiência intelectual;
3. Usuários da rede social digital Facebook.

A escolha foi realizada pela Coordenação Pedagógica da Modalidade Educação Profissional. Ademais, o Coordenador observou outras características para efetuar sua seleção:

1. Ser seu amigo na rede Facebook, para que tivesse certeza de que o jovem é usuário desta rede;
2. Ter fala inteligível, para que haja fluência e facilidade na comunicação.

Por meio deste processo, cinco jovens foram eleitos, sendo três do sexo feminino e dois do sexo masculino, com idades entre 19 e 27 anos, aqui apresentados com nomes fictícios. A seguir, apresentamos uma breve caracterização dos sujeitos:

²³ Realização do 1º Fórum Nacional de Autodefensores, realizado em Fortaleza, associado ao 20º Congresso Nacional das APAEs.

Gustavo, 19 anos - Concluiu o Ensino Fundamental em escolas públicas, soube nomear as instituições e localizá-las, lê e escreve com autonomia. Faz uso do transporte coletivo. Sai de casa sozinho para passear e realizar pequenas tarefas. Administra uma mesada. Diz que vai trabalhar como vendedor de roupas masculinas.

Maju, 20 anos - Coursou o Ensino Fundamental/séries iniciais em uma escola pública próxima da sua casa, lê e escreve com dificuldades. Usa o transporte exclusivo da Instituição para o deslocamento até a APAE. Diz que sobre trabalho quem decide é a mãe, mas pensa em trabalhar numa loja quando terminar o curso e aparecer uma vaga. Só sai de casa acompanhada.

Poliana, 24 anos - Não soube informar seu grau de escolarização nem a escola em que estudou anteriormente. Não está alfabetizada. Escreve algumas palavras, que foram memorizadas. Usa o transporte exclusivo da Instituição para o deslocamento até a APAE. Nunca pensou em trabalhar. Só sai de casa acompanhada.

Margô, 25 anos - Não soube informar seu grau de escolarização, tão pouco o nome da escola que frequentou antes de ir para a APAE. Não está alfabetizada. Usa carro particular para o deslocamento até a Instituição. Diz que é muito nova para trabalhar. Só sai de casa acompanhada.

Gerson, 27 anos - Frequentou o Ensino Fundamental até a 2ª série.²⁴ Relatou sua trajetória por duas escolas públicas, com históricos de repetências até os 15 anos, quando foi encaminhado para a APAE. Lê e escreve com certa autonomia, disse que aprendeu em casa, sozinho, lendo histórias em quadrinhos. Tem dificuldades para interpretar. Recebe uma pensão e administra o dinheiro. Faz uso do transporte coletivo para o deslocamento até a APAE. Diz que pretende trabalhar no comércio quando terminar o curso profissionalizante.

No período de realização da pesquisa nenhum deles trabalhava. Assinaram, juntamente com seus pais, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE (Apêndices) e foram informados sobre o objetivo do trabalho e suas prováveis contribuições para a formulação de políticas sociais e educacionais que favoreçam a vida independente e autônoma das pessoas com deficiência.

3.3 COMO INVESTIGAR: INSTRUMENTOS, ETAPAS, CATEGORIAS ANALÍTICAS

A opção pela etnografia virtual como metodologia de pesquisa forneceu subsídios teóricos importantes à relação que estabeleci com os sujeitos ao longo da investigação, e que não se esgotou com o término da pesquisa. De acordo com Sá (2002), “na reflexão dos principais estudiosos da comunicação em rede, as práticas e metodologias de pesquisa são pouco explicitadas e discutidas” (p. 155). Esta afirmação corrobora o motivo pelo qual considero adequado discorrer sobre os procedimentos que realizei no presente estudo.

²⁴ De acordo com a lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passa a vigorar o termo anos escolares em substituição a séries escolares.

Na literatura, encontramos, usualmente, entrevistas caracterizadas como **estruturadas**: aquela diretiva, sem espaço para outras questões; as **semiestruturadas**: nas quais, apesar das questões predefinidas, há liberdade para o entrevistado colocar informações que julgar de interesse e as **não estruturadas**: com uma abordagem aberta, não diretiva (TRIVINOS, 1987; MANZINI, 2001, 2003).

Os autores Trivinos (1987) e Manzini (2003) possuem várias produções científicas acerca da caracterização da entrevista semiestruturada, e ambos concordam que uma boa entrevista começa com a formulação de perguntas básicas, que deverão atingir o objetivo de pesquisa. Para isso, é importante planejar, experimentar e analisar o roteiro para identificar a sua adequação em termos de linguagem, estrutura e sequência das perguntas da entrevista.

O foco principal é colocado pelo investigador-entrevistador e “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]”, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVINOS, 1987, p. 152). A entrevista “[...] é essencialmente uma forma de interação social como forma de buscar informações, face a face com um entrevistado” (MANZINI, 2003, p. 13).

Considerando que o objetivo desta pesquisa é identificar quais as ações que jovens com deficiência intelectual realizam no uso da rede social Facebook à luz dos princípios da autoadvocacia, entendemos ser a entrevista semiestruturada a mais adequada ao objeto de estudo. Assim, a investigação foi conduzida por um conjunto de questões que se relacionam entre si, sendo os instrumentos planejados e orientados pelos princípios da autoadvocacia, em observância: ao tipo de linguagem usada para não inspirar múltiplas finalidades e fugir do objetivo; à forma e sequência de apresentação das perguntas; ao cuidado com a influência da intervenção da pesquisadora na produção do discurso do entrevistado, nos seus processos de raciocínio e memória (MARQUEZINE, OMOTE, 2003; MANZINI, 2004).

3.3.1 Instrumentos x Etapas

Os instrumentos de pesquisa foram compostos considerando os princípios fundantes que caracterizam a autoadvocacia (GLAT, 2004) e planejados a partir da análise prévia de alguns perfis virtuais no Facebook. Dois jovens voluntários, que não fazem parte dos sujeitos selecionados para esta pesquisa, com deficiência intelectual, testaram os instrumentos indicando a necessidade de alterações para atender de forma mais assertiva aos objetivos pretendidos. As adequações realizadas contemplaram maior cuidado com a linguagem para não inspirar múltiplas finalidades e, assim, fugir do objetivo; forma e sequência da apresentação das perguntas; cuidado com a influência da

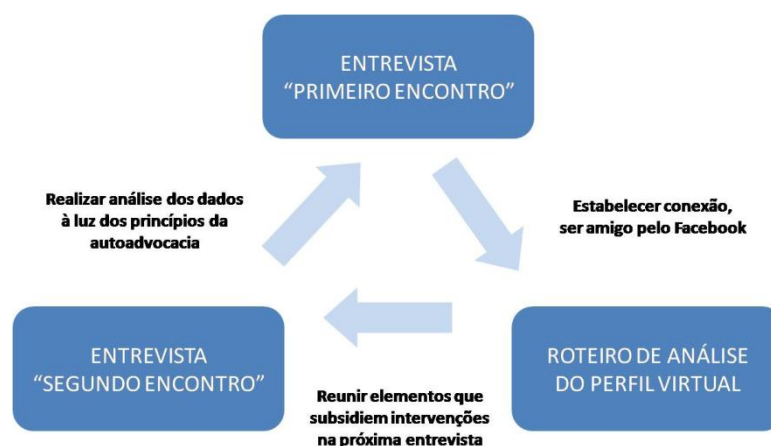
pesquisadora na produção do discurso do entrevistado, nos seus processos de raciocínio e memória (MANZINI, 2004; MANZINI, MARQUEZINE, OMOTE, 2003). Desta forma, para coleta de dados, realizada entre os meses de maio e agosto de 2016, foram organizadas três etapas, com os instrumentos assim denominados:

1º) Entrevista semiestruturada: ‘Primeiro Encontro’ (Apêndice 1) – foram elaboradas questões mais abrangentes, que compuseram a caracterização dos sujeitos e oportunizaram conhecer suas histórias e trajetórias de vida. Foi importante saber sobre suas rotinas, seus hábitos, suas relações familiares e sociais. Entender como são tratados no exercício de seus direitos e deveres, se fazem escolhas, do que gostam, o que pretendem para o futuro e como se posicionam no cenário familiar e institucional com relação aos seus sentimentos, interesses e necessidades. Este panorama se reflete a forma como usam a rede social digital Facebook, pois, online e offline, já não disputam territórios, e estar presente em várias atividades ao mesmo tempo é uma das características da cibercultura, diz Santaella (2010) ao se referir à ubiquidade.

2º) ‘Roteiro de análise’ do perfil virtual no Facebook (Apêndice 2) – este instrumento foi composto por tópicos que orientaram o olhar da investigação para: o que o jovem posta, compartilha e curte; número de amigos, se é seguido na rede etc. As informações desta etapa subsidiaram as intervenções na entrevista seguinte. A pesquisadora estabeleceu contato com os sujeitos da pesquisa, provocando diálogos pelo chat de conversação. O intuito é verificar a fluência e teor da comunicação mediada pelo computador

3º) Entrevista semiestruturada ‘Segundo Encontro’ (Apêndice 3) – aqui, as perguntas foram efetivamente sobre as ações que estes jovens desenvolvem no uso do Facebook, sendo respondidas e ilustradas por meio do acesso à rede social digital. Para isso, foi disponibilizado um computador para que o jovem demonstrasse como entra e usa sua conta no Facebook.

As perguntas que conduziram as entrevistas foram previamente apresentadas, para que o jovem conhecesse o roteiro que lhe indicava a estrutura e o processo temporal da entrevista. Estes são elementos que podem promover segurança e acolhida ao sujeito, criando um ambiente de confiança e fluidez à conversa (MANZINI, 2003, 2004). As entrevistas foram gravadas em áudio/vídeo com o uso de celular, nas dependências da APAE. O tempo médio de cada encontro foi de 3 horas e envolvia a participação no momento do lanche da instituição para oportunizar a convivência, da pesquisadora, também com os colegas e amigos dos entrevistados. Desde o primeiro encontro, sinalizamos aos jovens a importância da explicitação de suas opiniões, para que a pesquisa pudesse evidenciar seus sentimentos, interesses e necessidades no uso da comunicação mediada pelo computador. O esquema abaixo ilustra as etapas da coleta de dados.

Figura 2 – O movimento da pesquisa

Fonte: Produção da autora, 2016.

Os desafios da investigação nas Ciências Humanas e Sociais, em consonância com a abordagem empírica em pesquisas a respeito das Tecnologias da Informação e Comunicação/TIC, consistem em como fazer, como aplicar e como pensar metodologicamente as relações mediadas pelo computador em redes sociais digitais. Portanto, é mister manter o rigor científico e a eficiência na coleta e análise dos dados, de forma compatível com o problema de pesquisa e perspectivas teóricas (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2015). Assim, se, por um viés, os princípios da autoadvocacia se revelaram nas questões das entrevistas e roteiro, por outro, estes instrumentos foram importantes para manter o foco nas informações necessárias à composição do cenário de pesquisa.

3.3.2 Categorias analíticas

A percepção do exercício da autoadvocacia é complexa e, para ser revelada nas ações que jovens com deficiência intelectual realizam no uso da rede social digital Facebook, somou informações e dados do off e do online. Então, a partir dos seus princípios fundantes, usados como categorias analíticas, emergiram as pistas que manifestam os propósitos desta pesquisa. No quadro abaixo, é possível visualizar como a análise foi conduzida.

Quadro 2 – Princípios da Autoadvocacia e questões a serem observadas na coleta de dados

Quadro dos princípios da autoadvocacia usados como categorias analíticas
<p>Identidade própria - Sabe dos seus interesses e comunica suas preferências.</p> <p>O que analisar: Investigar por quem é composto seu círculo de amigos, com quem estabelece diálogos, qual o teor das comunicações, como e com quem interage. Verificar se este jovem é considerado por suas habilidades e competências e não apenas por suas limitações. Se o que ele faz ou deixa de fazer está ancorado na sua capacidade ou no seu diagnóstico.</p>
<p>Defesa dos direitos - As pessoas com deficiência falam por si, são porta-vozes dos seus direitos.</p> <p>O que analisar: Analisar o que posta e por que posta determinado conteúdo. Mais uma vez, há necessidade de conjugar o off e o online para compor um cenário que faça emergir esse princípio que pode ser considerado a bandeira da autoadvocacia no slogan “Nada sobre nós sem nós”. Saber se o jovem exprime suas ideias, seus sentimentos, intenções e necessidades e se é considerado nas suas opiniões.</p>
<p>Eliminação de rótulos - Busca desconstruir o efeito limitador e discriminador da deficiência, destacando a pessoa e não sua deficiência.</p> <p>O que analisar: Entender como esse jovem se coloca ou é colocado no uso da rede social digital Facebook com relação à autonomia na administração dessa atividade. Se tem acesso livre ou monitorado; se precisa ou tem acompanhamento de outra pessoa para compor sua página e tecer sua rede. É necessário conhecer a rotina deste jovem para entender se a deficiência intelectual está sendo um fator limitador para suas experiências e aprendizagens.</p>
<p>Autonomia e participação - Exercício do livre arbítrio, com o direito de exercer plenamente sua cidadania, fazendo escolhas e arcando com as consequências.</p> <p>O que analisar: Observar como este jovem gerencia sua vida cotidiana, como resolve problemas, como toma decisões, como busca e usa informações nas redes sociais, como amplia seus conhecimentos e seu círculo de amizades no Facebook.</p>

Fonte: Produção da autora, 2016

Esta organização permitiu maior segurança na realização da análise das narrativas e ações que os jovens empreenderam na rede social digital Facebook, à luz dos princípios da autoadvocacia. Soma-se a isso a experiência da pesquisadora como Professora da Educação Especial, o que confere intimidade com as características dos sujeitos dessa pesquisa, interação esta que, segundo Fonseca (1998), “é o ponto de partida desse método” (p. 58) ao fazer referência à etnografia.

Desta forma, encerramos o capítulo sobre a metodologia usada neste estudo, que já contemplou a apresentação dos jovens de forma individual quando nos referimos à ‘caracterização dos sujeitos’. Estas informações trazem uma visão sobre suas histórias e trajetória de vida escolar, familiar, social e institucional. No próximo capítulo, elaboro um apanhado sobre os dados levantados a partir da análise do perfil virtual de cada um e apresento, na voz do jovem com deficiência intelectual, suas impressões sobre as ações que realiza (ou não) na rede social digital Facebook. A narrativa está expressa em *itálico*, uma fonte diferente do texto da dissertação.

4 OS ACHADOS DA INVESTIGAÇÃO NA CONJUGAÇÃO DO OFF E DO ONLINE: TUDO SOBRE ELES DITO POR ELES

Como anunciado no início desta dissertação, a presente investigação se estruturou a partir de um prisma conceitual de estudos caracterizado pela tríade formada da união dos seguintes elementos teóricos: deficiência intelectual, redes sociais digitais e autoadvocacia. Foi feito uso deste estratagema em analogia ao caleidoscópio, que é a metáfora da inclusão, pois apresenta a oportunidade de algo ser considerado nas diversas nuances que o compõem (MANTOAN, 2003). A imagem a seguir remete à intencionalidade dessa pesquisa, que é olhar para a pessoa com deficiência intelectual de forma multifatorial, a partir da diversidade que a caracteriza.

Figura 3 – Prisma conceitual



Fonte: Produção da autora (2016).

Figura 4 – Imagem caleidoscópio



Fonte: Elo7 (2016).

Outros elementos conceituais – juventude, alfabetização, gênero, emergiram durante a investigação e, por certo, trariam valiosas contribuições ao campo da Educação Especial. Para manter a coerência de todo o trabalho, entretanto, a análise dos dados se valerá do prisma acima referido.

Portanto, analisar as ações que jovens com deficiência intelectual realizam nas redes sociais digitais a partir dos princípios fundantes da autoadvocacia constitui o foco deste estudo. Isto porque um dos espaços constitutivos da linguagem, da comunicação e interação pode ser a rede social digital, neste estudo entendida como “metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores” (SANTAELLA, 2010, p. 270). A conectividade é uma característica marcante nas relações sociais e afetivas da sociedade contemporânea; associada ao uso dos dispositivos móveis de comunicação, evidencia profundas mudanças organizacionais, econômicas, culturais e sociais. Isto também impacta a forma como interagimos com o mundo, em como conhecemos pessoas, adquirimos informações, estabelecemos laços afetivos e sociais.

Então, a partir do rastreamento das postagens,²⁵ somado à interação vivida com os jovens, sujeitos desta pesquisa, os achados desta investigação foram organizados, na conjugação das ações realizadas tanto *off* como *online*, de maneira a conhecer e analisar o movimento que eles realizam no uso da rede social digital Facebook. Inicialmente, há a apresentação de cada sujeito da pesquisa com histórias e trajetórias de vida contadas por eles. Assim, na primeira parte, os dados oferecem uma visão geral sobre o jovem com deficiência intelectual, sua família, vida escolar, rotina familiar, social e institucional. Na sequência, os dados foram agrupados segundo os princípios da autoadvocacia e ilustrados pelas narrativas dos jovens, identificadas com escrita em itálico. Nenhuma informação obtida tanto na rede social como nas entrevistas foi comprovada ou validada, pois o intuito desta pesquisa é revelar a percepção que eles têm acerca de si e do outro, na sua constituição enquanto sujeito de direitos. Neste estudo, tudo sobre eles é dito por eles.

4.1 HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS

Figura 5 – Gustavo



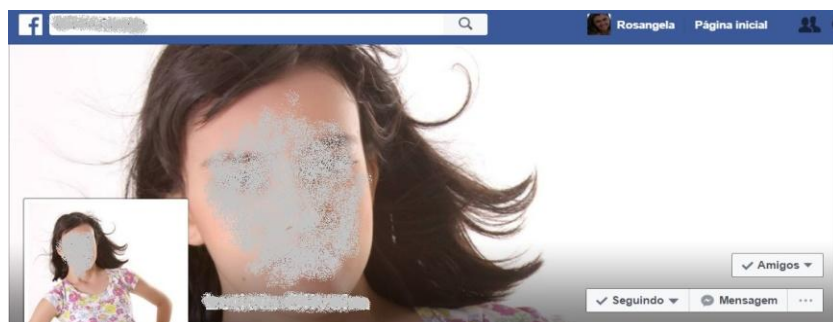
Fonte: Facebook (2016).

GUSTAVO: tem 19 anos. Mudou-se para Florianópolis há cerca de 3 anos, após a morte da mãe, por câncer. Mora com o Pai, com quem tem uma excelente relação: *“ele é meu amigo”*. Concluiu o Ensino Fundamental em escola pública, lê e escreve com autonomia. Acessa o Facebook diariamente e com independência, tem internet no celular com plano fixo pré-pago²⁶ no seu nome e contratado pelo pai. Faz uso do transporte coletivo para o deslocamento até a APAE. Possui independência para o uso do transporte coletivo, mas não autonomia. *“Eu queria ir na casa do meu amigo, mas o pai não deixou porque é longe e tem que pegar uns ônibus diferentes”*. O que mais gosta de fazer no Facebook é conversar com os amigos. Sua rede é composta por 1124 pessoas. A foto de perfil foi escolha própria e traz uma paisagem ao fundo que representa aquilo de que ele mais gosta: *“o céu e a terra se juntando”*.

Gustavo: *Nessa foto (referindo-se à da capa) está minha irmã, uma amiga e eu. Escolhi essa porque eu gosto muito de ficar junto com a minha família.*

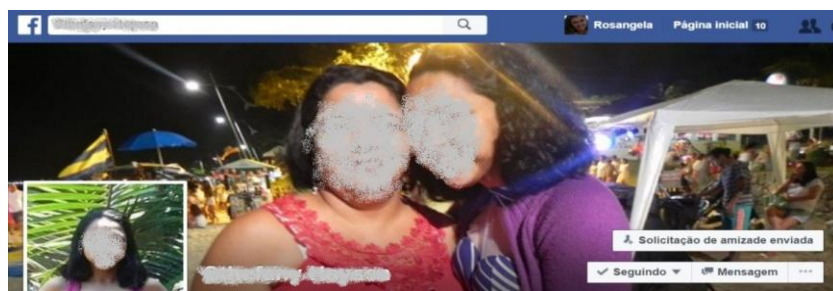
²⁵ Ações observadas ao longo de 60 dias, compreendidos entre os meses de maio/junho.

²⁶ No serviço de telefonia celular pré-pago, o consumidor credita um determinado valor, do qual serão debitados os serviços e as ligações efetuadas.

Figura 6 – Maju

Fonte: Facebook (2016).

MAJU: tem 20 anos, concluiu o Ensino Fundamental – séries iniciais – em uma escola pública próxima à sua casa. Lê, escreve e interpreta com dificuldades. Usa o transporte exclusivo da Instituição para o deslocamento até a APAE. Só sai de casa acompanhada. *“Eu saio pouco, tenho que ajudar em casa e cuido da minha irmã”*. Tem celular, mas sem crédito. Usa o Wi-fi²⁷ e computador de mesa. Acessa o Facebook todos os dias, em casa, com a ajuda da mãe, pois não sabe a senha. Tem cerca de 120 qmigos na sua rede virtual. O chat de conversação Maju diz usar pouco, devido à dificuldade para escrever, embora articule várias estratégias para estabelecer a comunicação mediada pelo computador. O que mais gosta de fazer no Facebook é jogar *FarmVille*.²⁸ As fotos do perfil foram feitas em estúdio fotográfico – *“para ficar bem bonita”*.

Figura 7 – Poliana

Fonte: Facebook (2016).

POLIANA: tem 24 anos e não soube informar seu grau de escolarização nem o nome das escolas onde estudou, tão pouco o tempo em que frequenta a APAE. Não lê nem escreve. Para escrever, usa um pequeno repertório de palavras memorizadas. Depende de ajuda para acessar ao Facebook e só entra na internet em casa, no notebook com Wi-fi e sob supervisão de alguém da

²⁷ Wifi é uma abreviação de “Wireless Fidelity”, que significa fidelidade sem fio, em português. Wifi, ou wireless, é uma tecnologia de comunicação que não faz uso de cabos, e, geralmente, é transmitida através de frequências de rádio, infravermelhos etc. (SIGNIFICADOS).

²⁸ É um game social baseado em Flash, neste caso, um simulador de uma fazenda em tempo real. Embora seu acesso possa ser feito pelo website da própria produtora, o grande sucesso do Farmville deu-se no momento em que foi disponibilizado como um aplicativo da rede social Facebook.

família que autorizou cada um dos 277 amigos do seu Facebook. Faz uso do transporte da Instituição para o deslocamento até a APAE. Para sair de casa, precisa de companhia, pois, “*é muito perigoso*”. Disse que os melhores passeios que fez foi com os amigos da APAE. O que mais gosta de fazer na rede social é “*namorar e ver as fotos dos amigos*”. Para compor sua apresentação no Facebook, usou a foto de um passeio que “*foi um dia muito feliz*”.

Poliana: *O (namorado) disse que eu estou muito bonita nesta foto e deixa o coração dele feliz.*

Pesquisadora: É por isto que você postou ela várias vezes na sua página?

Poliana: *Não. É que eu errei e não sabia como tirar (risos).*

Figura 8 – Margô



Fonte: Facebook (2016).

MARGÔ: tem 25 anos. Não lê nem escreve, mas usa símbolos e imagens na comunicação mediada pelo computador. Acessa a internet diariamente com ajuda de um adulto, pois não sabe a senha de acesso e é orientada a fazer isso em casa, sob supervisão. Tem computador de mesa, notebook, tablet e celular com “*plano da família*”. Usa carro particular para o deslocamento até a APAE. Margô passeia muito, sai com familiares para restaurantes, parques, praia, cinemas, viagens turísticas etc. São os registros destes momentos que movimentam sua página no Facebook que contabiliza 199 amigos. Troca as fotos do perfil e da capa de apresentação com frequência e quem faz as postagens, é o Pai: “*eu escolho e ele faz*”. O que mais gosta de fazer no Facebook é olhar as fotos dos amigos para saber o que eles fazem. Usa pouco o chat de conversação porque não sabe escrever letras, mas “*boto figurinha para dar oi*”.

Figura 9 – Gerson

Fonte: Facebook (2016).

GERSON: tem 27 anos. Frequentou o Ensino Fundamental até o 2º ano, com histórico de múltiplas repetências e, aos 15 anos, foi encaminhado para a APAE. Lê e escreve, mas tem dificuldades para interpretar. *“Eu aprendi a ler foi em casa mesmo, com as revistinhas”*. Acessa o Facebook com total autonomia e exclusivamente pelo celular, com plano fixo pré-pago, contratado por ele e em seu nome, como fez questão de frisar. Recebe uma pensão e administra o dinheiro. Mora com o pai, que é viúvo, e um irmão, que frequenta a APAE também. *“Mas cada um faz as suas coisas, cuida das suas coisas”*. Faz uso do transporte coletivo público para o deslocamento até a APAE. Acessa o Facebook todos os dias e faz uso do chat de conversação com a mesma frequência. *“Eu sou o cara top do Facebook”*, diz Gerson ao revelar que possui vários perfis na rede social. Com relação à escolha das fotos, diz que não colocou nada na capa porque entende que tem que ser algo importante, como o local de trabalho ou a foto de uma viagem e *“por enquanto não trabalho”*. Sobre a foto do perfil:

Gerson: *Sempre tiro uma do rosto, bem de perto, que é para saberem como eu sou.*

Pesquisadora: E como você é?

Gerson: *Assim, elegante, entende?*

Contribuindo, ainda, para colocar os sujeitos em contexto na análise dos dados, a partir dos princípios da autoadvocacia, apresento o quadro abaixo, retomando algumas informações gerais e lembrando que, para preservar a identidade dos sujeitos desta pesquisa, os nomes usados são fictícios.

Quadro 3 – Informações gerais dos Jovens

Nome	Sexo	Idade	Lê e escreve?	Acessa com	Para acessar usa
Gerson	M	27	Sim	Autonomia	Celular
Margô	F	25	Não	Dependência total	Celular/tablet/CM/notebook
Poliana	F	24	Não	Dependência total	Celular/notebook
Maju	F	20	Com dificuldades	Dependência parcial	Celular/CM
Gustavo	M	19	Sim	Autonomia	Celular

*CM – Computador de Mesa

Fonte: Produção da autora (2016).

O ciberespaço nunca esteve tão próximo da vida cotidiana dos sujeitos, e as redes sociais digitais são prova disso, pois registram e compartilham inúmeras mensagens – a todo instante –, à medida que seus usuários vivenciam simultaneamente acontecimentos no espaço físico. Santaella (2008) comenta que “o mundo tecnológico não está separado do mundo físico, mas está incrustado nele” (p. 96). Gerson, Margô, Poliana, Maju e Gustavo sabem disso. Declararam de forma enfática que gostam de usar o Facebook e não imaginam suas vidas sem essa rede social, pois é onde encontram os amigos, dizem de si e sabem dos outros.

O ser humano é um ser social, constituindo-se sujeito nas relações que estabelece e tem, na comunicação, seu maior aliado. Desde a invenção da escrita, passando pela revolução da imprensa de Gutenberg até a internet dos dias atuais, o foco é sempre a comunicação. Como caracteriza Paulo Freire (2011):

A construção de minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isenta da influência das forças sociais, que não se compreende fora da tensão entre o que herdo geneticamente e o que herdo social, cultural e historicamente, tem muito a ver comigo mesmo (p. 53).

“Dar às pessoas o poder de compartilhar e tornar o mundo mais aberto e conectado” (FACEBOOK PÁGINA OFICIAL [tradução da autora])²⁹. Essa foi a proposta dos criadores do Facebook, em 2004, ao ser lançada esta rede social digital que, hoje, reúne milhões de pessoas ao redor do mundo, em torno de uma interface com múltiplas possibilidades comunicativas. Seus usuários podem compartilhar sons, imagens e textos por meio de links, estabelecerem o diálogo em tempo real por meio do chat, criar e postar álbuns de fotos, jogarem interativamente, utilizar

²⁹ Do original: “Facebook’s mission is to give people the power to share and make the world more open and connected. People use Facebook to stay connected with friends and family, to discover what’s going on in the world, and to share and express what matters to them” (FACEBOOK PÁGINA OFICIAL).

aplicativos que propiciam ampliar a rede de conexões, agendarem encontros, organizar festas, promover eventos, dentre outras. Por isto, interessa, para este estudo, conhecer as ações que os jovens com deficiência intelectual estão realizando na rede Facebook. Os quadros a seguir revelam os dados que foram coletados ao longo de 60 dias, compreendidos entre os meses de maio/junho/julho, a partir do acompanhamento das ações realizadas em seus perfis na rede.

Quadro 4 – Ações no Facebook

Análise realizada em 60 dias de atividades	GUSTAVO 19 anos	MAJU 20 anos	POLIANA 24 anos	MARGÔ 25 anos	GERSON 27 anos
Número de postagens gerais	24	19	05	37	04
Postagens compartilhadas	04	*17	03	02	3
Postagens de autoria	18	01	01	#34	1
Postagens onde são marcados	02	01	01	01	0

*sendo que 14 são postagens produzidas automaticamente pelo jogo Farmville, ou seja, compulsórias

lembrar que é o Pai quem realiza as postagens

Fonte: Produção da autora a partir da análise dos perfis (2016).

Segundo Lemos (2008, 2010), hoje, com o uso da internet, podemos acessar, produzir e distribuir informação, de maneira autônoma, estabelecendo redes colaborativas e processos comunicativos mais complexos, revelando essa possibilidade de participação e de coautoria no ciberespaço. É isso que torna o Facebook um espaço característico da cibercultura, pois “cada usuário é estimulado a produzir, distribuir e reciclar conteúdos digitais, sejam eles textos literários, protestos políticos, matérias jornalísticas, emissões sonoras, filmes caseiros, fotos ou música” (LEMONS, 2008, p. 7).

Considerando, porém, que todos acessam diariamente a rede social Facebook, percebe-se uma atividade ainda muito tímida nas ações que estes jovens imprimem, se associada ao desejo expresso por eles para o uso desta forma de comunicação. Com relação às meninas, há uma evidente restrição imposta pela dificuldade em escrever, mas isto não pode ser atribuído exclusivamente a este fato, pois, no caso dos meninos, o cenário não se altera. Então, podemos cogitar um forte sentimento de falta de autorização para exercitar o movimento de autoria como usuários de redes sociais digitais.

Outro elemento importante está na tessitura e manutenção da rede virtual de amigos, pois “sem investimento, os laços sociais tendem a enfraquecer com o tempo”, aponta Recuero (2005, p. 8). Devido à grande quantidade de informação que é produzida e compartilhada no Facebook, é exigido cada vez mais tempo para que possamos nos manter ativos, lembrados e pertencentes às redes sociais. Isso se constitui como um verdadeiro desafio e uma maratona para os usuários que têm centenas de amigos adicionados às suas redes. É o caso de Gerson. Para efeitos desta pesquisa, foi considerado apenas um dos seus perfis no Facebook, mas investiguei os 8 (oito) perfis em que

fui aceita como amiga virtual e há grande similitude entre eles. Ou seja, todos possuem um baixo índice de postagens, poucas curtidas, nada de comentários e um grande esforço para manter um elevado número de amigos, em média 1.000 usuários em cada perfil.

O uso da tecnologia da informação e da comunicação mediada pelo computador gera a oportunidade para que os sujeitos sejam capazes de participar, questionar, produzir, decidir, transformar a dinâmica social, o que se deve pela “liberação da palavra” (LE MOS; LÉVY, 2010) nos processos comunicacionais pós-massivos.³⁰ Mas, no caso de Maju, mesmo acessando diariamente o Facebook, não foi possível identificar esse movimento referido por Lemos. Maju é a usuária que registra o menor índice de ações no uso da rede enquanto ferramenta de troca, compartilhamento, comunicação. Isto fica evidenciado no fato de que, das 19 postagens computadas no período de 60 dias de atividade, 14 são decorrentes do jogo Farmville, ou seja, compulsórias. Toda vez que Maju joga usando o acesso pelo Facebook, o sistema gera automaticamente uma postagem, anunciando seu ranking e suas necessidades para continuar avançando no entretenimento. Vejamos outros movimentos:

Quadro 5 – Reações no Facebook

Análise realizada em 60 dias de atividades	GUSTAVO 19 anos	MAJU 20 anos	POLIANA 24 anos	MARGÔ 25 anos	GERSON 27 anos
Número de postagens	24	19	05	37	04
*Número total de curtidas que recebeu	53	26	115	655	15
Média de curtidas por postagem	2,2	1,3	23	18	4

*todos curtem suas próprias postagens

Fonte: Produção da autora (2016).

Nas redes sociais digitais, não há aquele que “ensina” e aquele que “aprende”, mas há a troca constante de sentimentos, interesses e necessidades, rompendo com a antiga lógica de que a comunicação se dá numa perspectiva linear. Santaella e Lemos (2010) apontam que “enquanto uma superfície tem um dentro e um fora separados por uma borda, nas redes não há bordas, nem dentro nem fora” (p. 32). Isso porque, na rede, todos têm a possibilidade de ensinar/aprender uns com os

³⁰ Lemos define as mídias de função massiva e de função pós-massiva. As primeiras, normalmente concessão do Estado, controlam o fluxo da informação — “que deve passar pelos mediadores profissionais”. São mantidas por verbas publicitárias, grandes empresas e grupos políticos. Já as de função pós-massiva, potencializadas pela articulação e globalização das redes telemáticas, descentralizam o fluxo informativo (que escapa aos profissionais institucionalizados). “A emissão é aberta, sem controle, mais conversacional”.

outros. Isto, no entanto, não ficou evidenciado nesta pesquisa, pois em nenhum dos casos analisados foi possível perceber este movimento indicado por Santaella e Lemos. Consideremos o participante Gustavo, que possui o maior número de postagens efetivamente realizadas por ele. Das 24 postagens, 75% são de autoria, ou seja, uma ação intencional, pensada, planejada, mas não devidamente anunciada. São fotos pessoais – familiares e amigos, mas não são acompanhadas de indicativos que suscitem comentários. Por exemplo: o local onde foram feitas, o caráter do evento que representam ou algum sentimento que ilustre o registro. Logo, não registram comentários e pouco incitam questionamentos.

Comunicar-se no ciberespaço pressupõe que os internautas interajam entre si. A produção de saberes, a identificação de interesses mútuos e o compartilhamento de sentimentos, portanto, ganham uma proporção coletiva, com a participação e interação dos usuários a partir de seus comentários. Então, em não havendo comentários, há pouco movimento de ideias, de conhecimento; logo, fica manifesta a fragilidade da “apropriação social desses dispositivos”, nas palavras de Lemos (2010, p. 136).

São as possibilidades de conhecer e pensar sobre diferentes ângulos no ciberespaço que fazem das redes sociais digitais um ambiente de encontro de pessoas de diferentes gêneros, idades, etnias, crenças. Pessoas que são, antes de tudo, “seres políticos, ou seres da comunicação” (p. 135), segundo ressalta Lemos (2010), e que precisam, de acordo com o autor, “lutar sempre contra as dificuldades da comunicação” (p. 135). Assim, podemos caracterizar Margô, que empreende esforços para participar da cultura digital e notadamente busca se comunicar, interagindo com seus amigos do Facebook por meio de diversas interfaces virtuais, fazendo uso da linguagem não verbal (emojis) e compartilhando todos os seus momentos de lazer.

O número de curtidas, por postagem, que Margô realiza, é o mais expressivo do grupo de jovens analisados: são 655 contra 15 de Gerson, que é alfabetizado, por exemplo. Da mesma forma, é quem mais faz postagens: são 37 no período analisado contra 04 de Gerson. No caso de Margô, mesmo tendo um número tão expressivo de curtidas, foi possível identificar que são provocadas por um círculo restrito de pessoas, inspirando ser aquelas de convívio íntimo dos seus pais. Não identifiquei, no período analisado, nenhuma curtida de amigos da APAE, daqueles referidos por Margô como sendo desta categoria. A jovem também tem uma atividade intensa no chat de conversação do Facebook, usando emojis e fotografias suas. Mas não responde às perguntas simples, como: oi, tudo bem?; onde foi esta foto?; que restaurante é este?. Isto denota que esta atividade, no Facebook, é realizada exclusivamente por ela, diferente das demais – postagem de fotos na página do Facebook, acesso à internet –, que conta com auxílio e supervisão do pai.

Segundo Lévy (1999), o advento da escrita eleva o conhecimento e a inteligência humana, mas a escrita não depende só das palavras, e, sim, da representação destas sobre um “suporte

estático” (p. 38). Foi esta ideia de Lévy que me ocorreu ao ouvir o relato de Poliana sobre suas estratégias para usar o Facebook. Assim como Maju, ela faz uso do dispositivo do whatsapp que converte a palavra falada em palavra escrita e, então, copia o texto para o Facebook. Também reconhece algumas palavras pelo arranjo das letras e recorre às postagens antigas para copiar o que lhe interessa: “*eu consigo ler porque eu já sei o que está escrito*”. Nas palavras do Lévy (1999):

Na verdade, é somente na tela, ou em outros dispositivos interativos, que o leitor encontra a nova plasticidade do texto ou da imagem [...]. A tela informática é uma nova ‘máquina de ler’, o lugar onde uma reserva de informação possível vem se realizar por seleção, aqui e agora, para um leitor particular. Toda leitura em computador é uma adição, uma montagem singular (p. 41).

Dos jovens sujeitos desta investigação, Poliana é quem apresentou a menor atividade na rede social Facebook, e também a que mais demonstrou interesse e desejo de usá-la. “Me ensina a postar?”. “Me mostra como se faz?”. “Escreve no papel para eu copiar?”. “Eu amo Facebook!”. Estas foram frases recorrentes durante os dois encontros presenciais realizados para aplicação das entrevistas semiestruturadas.

As significativas transformações na forma de interagir e, portanto, de se relacionar com o conhecimento a partir da inserção na cibercultura nos fazem repensar antigas lógicas de ensinar e de aprender, baseadas, muitas vezes, na perspectiva de uma gramática escolar que pouco valoriza o interesse dos estudantes na relação que estabelecem com os processos de leitura e escrita presentes na comunicação mediada pelo computador. O quadro a seguir exemplifica esse interesse e, aliado ao desejo expresso por eles para realizar o efetivo uso, é importante reconhecer as redes sociais digitais como espaços que propiciam a aprendizagem, uma vez que estas oportunizam o diálogo, o exercício da autonomia e o movimento do pensamento.

Estamos frente a inúmeros desafios relacionados à necessidade de pensar uma educação para o século XXI que esteja atenta às linguagens dinâmicas da *Web* na mesma medida em que precisamos oferecer condições para dar visibilidade aos sentimentos, interesses e necessidades das pessoas com deficiência intelectual. Este é um importante passo para o exercício da autoadvocacia.

Quadro 6 – Acesso ao Facebook

Análise realizada em 60 dias de atividades	GUSTAVO 19 anos	MAJU 20 anos	POLIANA 24 anos	MARGÔ 25 anos	GERSON 27 anos
Frequência com que acessa Facebook	Todos os dias	Todos os dias	Todos os dias	Todos os dias	Todos os dias
Frequência de uso do chat	Todos os dias	Pouco	Muito pouco	Pouco	Todos os dias

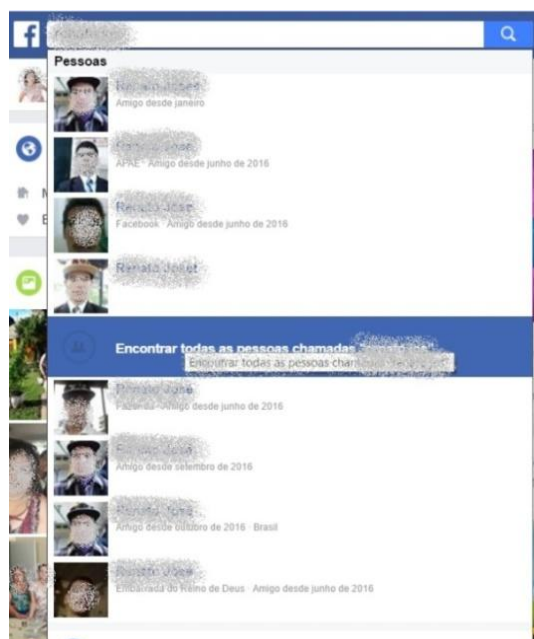
Fonte: Produção da autora (2016).

Evidencia-se, conseqüentemente, o movimento que os jovens, sujeitos desta pesquisa, realizam no sentido de exercitar o direito para afirmar sua **identidade própria**. Isto está expresso na ação que realizam para a composição das suas redes sociais e em como estabelecem a comunicação. Gerson e Gustavo são alfabetizados, usam a internet com autonomia e com acesso irrestrito. Cada um tem 1.256 (um mil duzentos e cinquenta e seis) e 1.124 (um mil cento e vinte quatro) amigos respectivamente, vangloriam-se do tamanho das suas redes sociais. Seus amigos são familiares, vizinhos, colegas de escola, professores e amigos dos amigos de todos estes segmentos. Um tecido social virtual tramado com muito zelo, para ancorar o desejo de fazer parte desta rede e comunicar sua existência. Gerson tem 18 (dezoito) perfis no Facebook, sou amiga dele em 8 (oito),³¹ sendo que um, especificamente, ele criou para conversar comigo:

Gerson: *Fiz com foto de terno e gravata. É mais elegante. Para falar com uma professora da universidade e participar da pesquisa, entende?*

³¹ Na análise dos dados foi considerado apenas o primeiro perfil, informado pelo sujeito, pois só fui tomando conhecimento dos demais no decorrer da coleta de dados.

Figura 10 – Os perfis de Gerson



Fonte: Facebook (2016).

Figura 11 – Número de amigos Gerson



Fonte: Facebook (2016).

Figura 12 – Número de amigos de Guilherme



Fonte: Facebook (2016).

Segundo Santaella (2013, 2015), a conectividade oferece às pessoas novas possibilidades de experimentar identidades e o senso de espaço livre, sem cerceamentos, cria um ambiente propício para viver novas experiências. Estes dois jovens estão, notadamente, neste movimento. Acompanhe as narrativas (a letra P significa a fala da pesquisadora):

Gerson: *Eu convido todo mundo para ser meu amigo. Quanto mais tem, mais importante você é, entende?*

P: Por que você acredita nisso?

Gerson: *É só olhar na rua... todo mundo tem celular e fica mexendo. Agora é assim... Mas, tem que cuidar porque uns saem e daí tem que convidar outros, entende?*

Gustavo: *Eu tenho muitos amigos no Facebook, mas de verdade não tem muitos. Eu falo sempre com os mesmos... os outros eu nem conheço.*

P: Por que você convidou tanta gente para ser amigo no Facebook?

Gustavo: *Acho bom ter muitos amigos, lá eu tenho.*

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman tem uma frase que traduz esse sentimento: “Estamos todos numa solidão e numa multidão ao mesmo tempo” (CHARDELLI, 2016), ou seria algo mais trágico, como ‘estou conectado, logo, existo’, no bom e velho clichê? O fato é que há, nesta conectividade, uma forma de autoafirmação de uma identidade, uma identidade própria da modernidade líquida³² para tratar da dinâmica e fluidez das relações do mundo contemporâneo (BAUMAN, 2000).

Entretanto, Maju, Poliana e Margô tecem outros caminhos; precisam de ajuda para entrar na internet, pois não sabem a senha e só acessam o Facebook em casa. Elas possuem, em média, 198 (cento noventa e oito) pessoas nas suas redes sociais e porque são monitoradas no seu uso, os critérios para essa composição são bem definidos: precisam ser familiares, amigos e conhecidos da família.

³² Termo cunhado por Bauman, a ideia baseia-se na construção do conceito sócio-histórico de modernidade, que atravessa um enorme período da história humana e, da mesma forma, marca mudanças no pensamento e nas relações entre seres humanos e instituições sociais (BAUMAN, 2000).

Figura 13 – Número amigos Maju



Fonte: Perfil do Facebook (2016).

Figura 14 – Número amigos Margô



Fonte: Perfil do Facebook (2016).

Figura 15 – Número de amigos Poliana

Fonte: Perfil do Facebook (2016).

Maju: *Minha mãe que diz se eu posso aceitar amizade. Tem que perguntar para ela primeiro.*

Poliana: *Eu queria todo mundo de amigo, mas eles não deixam (se referindo à família).*

Margô: *Tem que ser gente de verdade, senão não dá para ser amigo.*

P: E quem é gente de verdade?

Margô: *Quem meu pai conhece... ou eu.*

Com exceção de Margô, os demais namoram pelo chat de conversação. Em comum, o fato de só estabelecerem diálogo – pelo Facebook – com aqueles que conhecem pessoalmente e com quem possuem intimidade. Vejamos alguns diálogos com Gustavo:

P: O que tu mais gosta de fazer no Facebook? Me mostra?

Gustavo: *Conversar com os amigos. Sempre tem gente querendo conversar. Olha as bolinhas verdes.*

Figura 16 – Bolinhas verdes



Fonte: Chat de conversação do Facebook de Gustavo (2016).

P: Você conversa com todos estes?

Gustavo: *Não. Converso mais com minha colega da outra escola e minhas primas.*

P: E com teus amigos da APAE?

Gustavo: *Eu queria conversar com eles, mas eles não escrevem, só mandam figurinhas.*

P: E o que tu achas disso?

Gustavo: *Seria melhor se eles escrevessem, daria para gente conversar mais...*

Figura 17 – Uma conversa



Fonte: Chat de conversação do Facebook de Gustavo (2016).

O mesmo questionamento foi realizado com os demais sujeitos:

Maju: *Converso com o... (primo), a madrinha e com as... (duas colegas da APAE).*

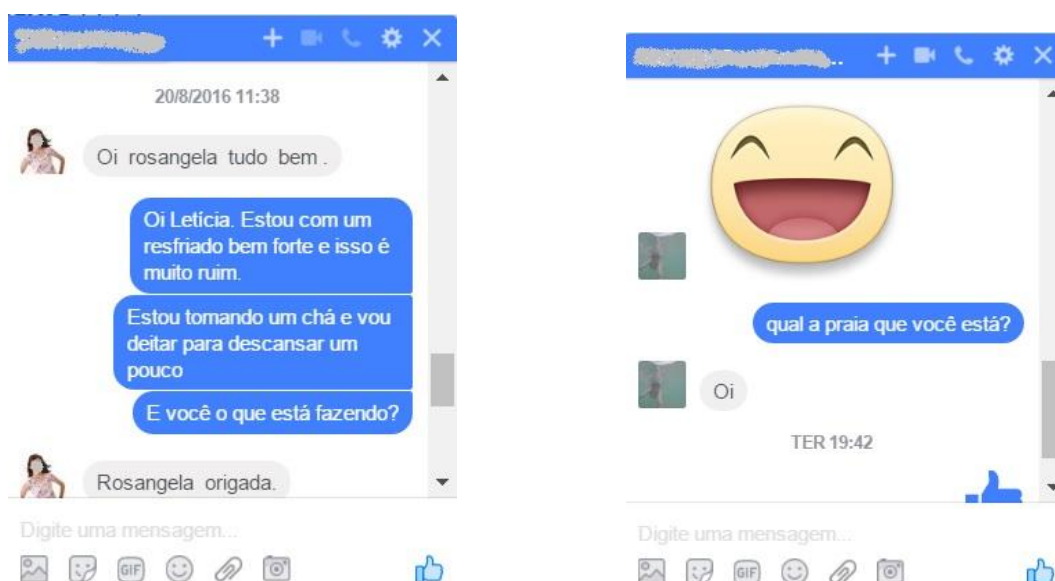
Poliana: *Falo com o... (nome do namorado), com a minha madrinha... e, agora, contigo.*

Gerson: *Só falo com quem fala comigo e se eu gosto da pessoa. É por respeito, entende?*

Isso nos remete para a ideia de que, para este grupo social, seria preciso investir mais em informação a respeito da cultura digital que tece as relações na cibercultura e formação sobre os recursos da rede social como ferramenta de comunicação mediada pelo computador. Esta seria uma possibilidade para estabelecer efetivamente a comunicação, permitindo uma maior participação e envolvimento dos usuários nas conversas estabelecidas, fortalecendo, assim, os laços sociais. Pois, como refere Recuero (2005), nada impede “que um laço fraco que é alimentado continuamente pela interação social possa tornar-se um laço forte” (p. 8).

O conceito de laço social, segundo Recuero (2005), passa pela ideia de interação, de partilha, comunhão de ideias e envolve investimento, tempo, vontade de mantê-lo, sendo, então, denominado de laço relacional. Este tipo de relacionamento virtual se caracteriza pela intimidade, proximidade e intencionalidade de criar e manter a conexão, ou seja, são estabelecidos laços fortes entre duas pessoas. Em contraposição, temos os laços associativos, geralmente vinculados aos grupos de trabalho, por exemplo, que são conexões meramente formais. São os laços fracos, porque os contatos são esparsos, não traduzem proximidade e intimidade (RECUERO, 2005). No caso da comunicação de três dos participantes desta pesquisa, podemos classificá-la como sendo de laços fracos pela falta de elementos que promovam a conectividade – trocas de mensagens. Veja esses exemplos:

Figura 18 – Conversas no chat do Facebook



Fonte: Facebook (2016).

É possível perceber que a comunicação via chat de conversação do Facebook é realizada com critérios por todos os sujeitos da pesquisa. Duas jovens demonstraram evidente preocupação com o fato de não saberem escrever e, por este motivo, usam ícones para se expressar. Elas declaram que têm consciência de suas dificuldades no uso da língua escrita, o que as leva a manter diálogo apenas com pessoas muito próximas e de confiança, nas suas palavras. Os emoji (SIGNIFICADOS), que são imagens que transmitem a ideia de uma palavra ou frase completa, são muito populares nas redes sociais, principalmente no Facebook e WhatsApp, mas, para estes jovens com deficiência intelectual, eles funcionam como uma verdadeira panaceia. Com um simples clique na imagem escolhida para representar um sentimento, um interesse ou uma necessidade é possível estabelecer a comunicação, sem a necessidade de escrever textos explicativos. A popularidade e a influência dos emojis são tão importantes nas comunicações contemporâneas que, em 2015, um desses emoticons foi escolhido como ‘a palavra do ano’ (PAVOWSKI, 2016) pelo Oxford Adicionar, devido à sua ‘significância cultural’.

Maju ilustra bem esse cenário; ela usa várias estratégias para poder escrever e transpor a barreira de comunicação. Tem um repertório de palavras memorizadas e escreve frases num estilo telegráfico, ou seja, sem determinados elementos como conjunções, preposições e artigos, que, mesmo suprimidos, não trazem consequências negativas ao discurso. Usa um aplicativo de pesquisa do Google que converte a voz em texto e mostrou como faz:

Maju: *É assim, aperta aqui (microfone), daí pode falar e aparece escrito lá em cima a palavra que você falou. Daí é só copiar.*

Figura 19 – Estratégia de escrita



Fonte: Perfil Facebook (2016).

Portanto, fica visível que os jovens atores, ao utilizarem as redes sociais digitais, expressam suas opiniões de maneiras diversas, por meio de práticas discursivas e não discursivas, no processo de comunicação mediada pelo computador. Utilizam imagens, Emojis e monossílabos para expressar o visível e o enunciável. Para eles, são as representações online que ilustram as relações construídas em espaços sociais presenciais e não presenciais e colocam as opiniões, as crenças, os

hábitos e os costumes à disposição de todos aqueles que estão no ciberespaço.

As redes sociais digitais/RSD trazem uma importante mudança de paradigmas na comunicação mediada pelo computador. Segundo Santaella (2010), nessa dinâmica, há um elemento que é fundamental: os laços sociais. Grande parte dos atores das RSD leva para o ciberespaço os vínculos que são anteriores ao encontro na rede. No Facebook, foi possível rastrear e mapear os processos de formação de laços e, embora “exista a possibilidade de formação de grupos ao redor de interesses compartilhados, a tônica da interação continua sendo o vínculo pessoal preexistente na história afetiva e/ou profissional de cada um” (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 91).

Lemos (2009) enfatiza essa posição ao afirmar que “as comunicações eletrônicas contemporâneas não substituem os contatos face a face ou a relação com o espaço urbano” (p. 32); logo, não excluem outras formas de interação do dia a dia. Entretanto, no caso das jovens que são tuteladas na ação do uso da rede social fica expressa a preocupação familiar quanto à capacidade das mesmas em avaliar os convites recebidos no Facebook e, por conseguinte, ficam cerceadas de usar a rede social, onde poderiam tecer novas experiências, com autonomia e responsabilidade.

Margô: *Eu tenho celular, tablet, computador grande... mas, não sei usar o Facebook sozinha. Meu pai sempre ajuda.*

Poliana: *Meu sonho é ter um celular com internet só para mim. Para eu fazer tudo que eu quero, SO-ZI-NHA!* (Falou pausadamente e em tom mais alto).

Maju: *Eu tenho a senha num papel. Posso entrar no Facebook, mas conto tudo para minha mãe. Já faço muita coisa sozinha, ela me ensina.*

Na análise deste princípio da autoadvocacia – identidade própria –, observa-se que são as experiências que favorecem o processo de autoafirmação e constituem a identidade do sujeito. Para isso, a pessoa com deficiência intelectual precisa ser reconhecida e respeitada como única e igual às demais, com limitações que não são incapacitantes. As pessoas com deficiência não podem ser comparadas, medidas, padronizadas, pois cada indivíduo se desenvolve de forma única e singular, independente da sua condição física, intelectual ou social. Ainda que não se ignore “a importância de fatores biológicos na explicação da ontogênese”, importa “privilegiar a análise dos fatores sociais (que operam dentro de um marco biológico) como forças determinantes do desenvolvimento cultural” (DE CARLO, 1999, p. 73).

Isto significa “que os impedimentos corporais somente ganham significado quando convertidos em experiências pela interação social” (DINIZ, BARBOSA e SANTOS, 2010, p. 101), uma vez que nem toda pessoa com deficiência é cerceada no seu direito de aprender, tão pouco vivencia discriminação ou desigualdade em decorrência da sua deficiência. Esta é uma situação que tem relação direta com o grau de acessibilidade de uma sociedade. Quanto maiores forem as

barreiras, maiores serão as restrições de participação impostas a estes jovens no uso dos bens e recursos organizados pelo homem contemporâneo. Aqui é preciso evocar os direitos humanos, pois possuem uma alegação de validade universal que devolve a responsabilidade pelas desigualdades às construções sociais, educacionais e econômicas.

A pessoa com deficiência intelectual é capaz e deve ser estimulada a falar por si própria, ser defensora de seus direitos. É o que configura o princípio da **defesa dos direitos**. Na história desse grupo social, ainda são poucas as experiências de sucesso daquelas que conseguiram obter êxito na escolarização, desenvolver a vida afetiva, atuar no mercado de trabalho, constituir família. Isto ocorre porque, quando se trata de pessoas com deficiência intelectual, ainda é dada ênfase ao diagnóstico, à limitação, tornando invisíveis as potencialidades que essas pessoas possuem, como qualquer outro ser humano (FERREIRA, 2008; GLAT, 2004; DANTAS, 2011).

Portanto, elas devem ser orientadas e ensinadas a exercer o direito de expressar seus sentimentos, interesses e necessidades, assumindo o protagonismo de suas vidas, pois não é o biológico que as oprime, e, sim, os resquícios da cultura da normalidade que marcou alguns corpos como indesejáveis. No diálogo transcrito a seguir, Gustavo é apoiado nesse sentido.

Gustavo: *Eu quero trabalhar e conversei com uma amiga, no Facebook, sobre isso.*

P: O que tu conversaste, me mostra.

Gustavo: Eu disse para ela que *preciso de dinheiro para poder fazer as minhas coisas. Por isso quero trabalhar.*

A amiga orienta que ele busque uma empresa de grande porte para que seja contratado pelas cotas designadas a pessoas com deficiência e combinam se falar pessoalmente para que ela explique sobre a legislação.

Gerson também conversa pelo Facebook com sua irmã sobre trabalho.

Gerson: *Sabe onde eu posso trabalhar? Tenho que ir de terno, né? Dá mais respeito e é mais elegante. Será que eles pagam salário se eu já ganho a pensão? Mas, é meu direito, né?*

Gustavo e Gerson estão planejando o futuro, estão se preparando para entrar no mercado de trabalho, procuram informações para alcançar este objetivo e são incentivados ao pleno exercício dos direitos. Para isso, é necessário que vivenciem relações pessoais e sociais na perspectiva emancipatória e não incapacitante. É preciso reconhecer nas pessoas com deficiência intelectual “suas capacidades internas de participação, de controle por eles próprios sobre a sua vida e sobre a importância das redes de apoio, visando ao seu próprio crescimento” (NEVES, 2005, p. 36). Passados seis meses desta conversa, foi pelo Facebook que Gustavo me contou a novidade:

Figura 20 – Notícia de emprego

Fonte: Chat de conversação do Facebook (2017).

Mas, outros sujeitos da pesquisa, quando indagados sobre suas prospecções profissionais, demonstraram posições diferentes. Vejamos:

Margô: *Sou muito nova para trabalhar, tenho só 25 anos.*

Maju: *A mãe que sabe disso, mas eu penso em trabalhar.*

Poliana: *Trabalhar? ...não sei.*

Esta diferença de posicionamentos – exemplificada acima – resulta do processo de empoderamento que se dá pelas relações que o sujeito estabelece com sua família, amigos, ambiente escolar e institucional. Segundo Glat (1989) e Pletsch (2010), devemos sempre considerar que as pessoas com deficiência intelectual não formam um grupo homogêneo, uma vez que são diferentes entre si e, “existindo a diferença, é necessário estar atento às singularidades de cada pessoa e conhecer as suas histórias de vida” (PLETSCH, 2010, p. 117). De acordo com Vygotsky (1997), as leis que orientam o desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual são equivalentes às leis que regem o desenvolvimento das demais pessoas e isso se aplica aos processos de aprendizagem também. Aquela que foi comprometida por alguma deficiência apenas apresentará outras estratégias, ritmos e tempos para se desenvolver, mas seguirá o curso das ditas ‘normais’.

Assegurar uma vida digna às pessoas com deficiência, no exercício pleno dos seus direitos enquanto cidadãos, não se resume mais à oferta de bens e serviços médicos ou ao Atendimento Educacional Especializado. Exige a eliminação de barreiras arquitetônicas e atitudinais para a promoção de ambientes acessíveis e inclusivos. Apenas em 2008 as demandas deste grupo social foram reconhecidas como uma questão de direitos humanos, com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), da Organização das Nações Unidas, associada ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), que estabelecem um novo paradigma para compreensão da deficiência.

Estes aspectos nos remetem ao princípio da **eliminação de rótulos** que reivindica, para as pessoas com deficiência, um tratamento digno e respeitoso, sem que a sua condição de deficiência seja destacada de imediato e se sobreponha à pessoa. O quadro demonstra algumas das ações que foram analisadas à luz deste princípio:

Quadro 7 – Ações na RSD

Ações Realizadas	Gustavo/19	Maju/20	Poliana/24	Margô/25	Gerson/27
Autonomia para acessar	x				x
Independência para postar	x				x
Busca informações na RSD	x	x			x
Precisa de ajuda para acessar a RSD		x	x	x	
Monitorado no uso da RSD		x	x	x	

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Podemos resumir o lema deste tópico no slogan “antes de sermos deficientes somos pessoas!” – razão pela qual este movimento é denominado de “People Firts” nos Estados Unidos e Canadá. Apesar das questões relativas à igualdade e à dignidade, constantemente, (re)interrogarem a maneira de tratar socialmente as pessoas com deficiências, ainda encontramos situações onde é possível perceber que o diagnóstico se sobrepõe. Nestes casos, elas precisam render-se à obediência ou à vontade dos outros. Acompanhe estas narrativas:

Maju: *Eu preciso da ajuda da minha mãe para usar a internet, não sei a senha, as vezes ela me dá no papel.*

P: Mas você gostaria de aprender a entrar no Facebook sozinha?

Maju: *Minha mãe que sabe o que é melhor para mim.*

Poliana: *Agora eu estou sem entrar no Facebook, minha mãe tirou meu celular.*

P: Por quê?

Poliana: *Fiz besteira.*

P: O que você fez?

Poliana: *Não sei.*

Margô: *Eu não sei entrar no Facebook sozinha, meu pai que entra para mim. Meu pai que salva as fotos para mim. Ele que posta, mas eu escolho.*

P: Mas você gostaria de aprender?

Margô: *Sim, eu gostaria, mas meu pai disse que ele faz mais ligeiro.*

Embora pareça o relato de crianças, trata-se de jovens com 20, 24 e 25 anos, respectivamente. Evidencia-se, nesses depoimentos, que o rótulo da deficiência tem predominância e reflete a incapacidade destas jovens de se sentirem socialmente de posse de suas vidas.

Gráfico 2 – Forma de acesso



Fonte: Produção da autora (2017).

Expõe-se, portanto, a necessidade de favorecer um acesso igualitário aos direitos, bens e serviços, equiparando, também, as chances de acesso à educação, ao emprego e a uma vida social plena. A exemplo do posicionamento dos relatos a seguir:

Gustavo: *O pai que paga minha internet, mas eu que fiz tudo sozinho. Peguei o ônibus, conheço todas as placas e fui lá comprar, sozinho.*

Gerson: *Eu tenho plano de internet no meu celular, no meu nome, eu que pago com a minha pensão. Eu entro na internet a hora que eu quero. Sei fazer tudo sozinho. Sei ler.*

Quando o diagnóstico se sobrepõe à pessoa, seu efeito deletério é traduzido por condutas como as relatadas acima, no caso das 3 jovens, onde a condição de deficiência é sinônimo de incapacidade e resulta em um fator limitador de oportunidades e aprendizagens. Ao reportar para a história dos 2 jovens, percebe-se que o fato de estarem alfabetizados contribui para desconstruir o efeito limitador da deficiência, destacando a pessoa, e, não, seu diagnóstico. Neste caso, os jovens podem tomar decisões sem depender de outras pessoas; aliados à condição de domínio do ambiente físico e social, preservam sua privacidade e dignidade. Isto caracteriza o último princípio da autoadvocacia, a **autonomia e participação** (GLAT, 2002, 2004).

Gustavo e Gerson fazem uso do transporte coletivo convencional e saem de casa sozinhos. A carteirinha do passe escolar é exibida com satisfação e os dois fizeram questão de relatar com detalhes os trajetos que percorrem. Demonstraram capacidade de administrar e planejar as situações cotidianas. Glat (1989) reitera essa posição ao afirmar que “um dos pré-requisitos para uma vida independente é autonomia de locomoção [...] e, talvez, um dos primeiros passos que uma pessoa com deficiência mental deve dar para participar normalmente da vida social” (p. 136).

Ocupar um lugar na rua, no bairro, na vida cotidiana, estar entre os outros e parecer um outro em atividades simples da vida diária; este é o desejo expresso pelos jovens, sujeitos desta pesquisa, em diversas situações.

Poliana: *Eu queria ir na casa da minha amiga, ela mora bem perto da minha casa. Mas não dá. Só saio de casa com alguém da minha família.*

Maju: *Sair sozinho não dá... é muito perigoso.*

Margô: *Eu saio bastante... sozinho não! Não dá* (risos, como se eu houvesse falado algo absurdo).

É o exercício da autonomia e participação no mundo, sem a tutela familiar e ou institucional, que é evocado neste princípio da autoadvocacia. Isto oportuniza às pessoas com deficiência intelectual o contato com o cotidiano, com possibilidades de aprendizagens significativas, uma vez que ocorre em contextos reais, longe de ambientes controlados, cerceados por metodologias e estratégias especiais. “Coloca as pessoas com deficiência em contato com um universo de ferramentas necessárias para que se tornem autores/as de sua própria história e decidam a respeito de todos os aspectos que dizem respeito às suas vidas” (DANTAS, 2011, p. 13). Por exemplo:

Figura 21 – Bate papo do Gustavo A



Fonte: Bate papo do Facebook de Gustavo.

É possível perceber o uso que Gustavo faz do Facebook na busca de informações que estão ligadas à organização e gerenciamento do seu dia a dia e isso também está expresso no relato que fez sobre a confecção dos seus documentos e na forma como usa o transporte coletivo. Ele demonstra capacidade de administrar e planejar as situações cotidianas.

Gustavo: *Fiz o CPF para ir na colônia de férias e daí já fiz a carteira de trabalho.*

P: E você fez tudo isso sozinho?

Gustavo: *Sim, pego um ônibus até o terminal de Canasvieiras - Titri, um até o terminal da Trindade e um até aqui, na APAE. Saio de casa às 5 e meia, bem cedo, e venho sozinho.*

O desenvolvimento da autonomia, sobretudo na tomada de decisões, é algo que realmente

impacta a vida destes jovens. Falas como: *minha mãe que sabe; meu pai que diz se posso fazer; não posso ir sozinha; não sei minha senha; nunca entrei no Facebook sozinha; preciso perguntar para minha mãe se ela deixa* foram recorrentes nos diálogos. Esta posição, de invisibilidade, também é marcante na forma como usam o Facebook, na ação de postagens. Vejamos, primeiramente, a questão do conteúdo.

Quadro 8 – O que posta no Facebook

CONTEÚDO	GUSTAVO 19 anos	MAJU 20 anos	POLIANA 24 anos	MARGÔ 25 anos	GERSON 27 anos
Fotos pessoais, de familiares e amigos	67%	16%	80%	79%	68%
Conteúdo de cunho religioso ou de autoajuda	16,5%				3%
Conteúdo de propaganda ou divulgação	16,5%	84%	20%	11%	29%
Conteúdo da APAE				10%	

Fonte: Elaboração da autora (2016).

Soma-se a estes dados a forma como essas postagens são realizadas. Na questão das mensagens ‘compartilhadas’ e ‘marcadas’, o jovem não tem autoria sobre a matéria e acaba simplesmente repassando conteúdo, como forma de postar alguma coisa e dar movimento para seu perfil. Nas postagens aqui denominadas de ‘autoria’, a forma não se altera muito. As postagens são fotos suas ou suas com familiares, entretanto, raramente trazem algum comentário, localização ou descrição da atividade. Isto acaba dificultando a interação com outros usuários. Veja:

Guilherme: *Eu não sei como fazer uma notícia no Facebook. Queria que eles escrevessem alguma coisa.*

P: Quando você posta uma foto sua, escreva onde você está, como está se sentindo, o que achou daquele lugar, estas coisas.


Guilherme: *ahhhhhh!!!! Entendi.*

Maju: *Eu vejo que no Facebook dos outros tem sempre curtidas e palavras escritas...*

Esta jovem tem a seguinte postagem no seu Facebook:

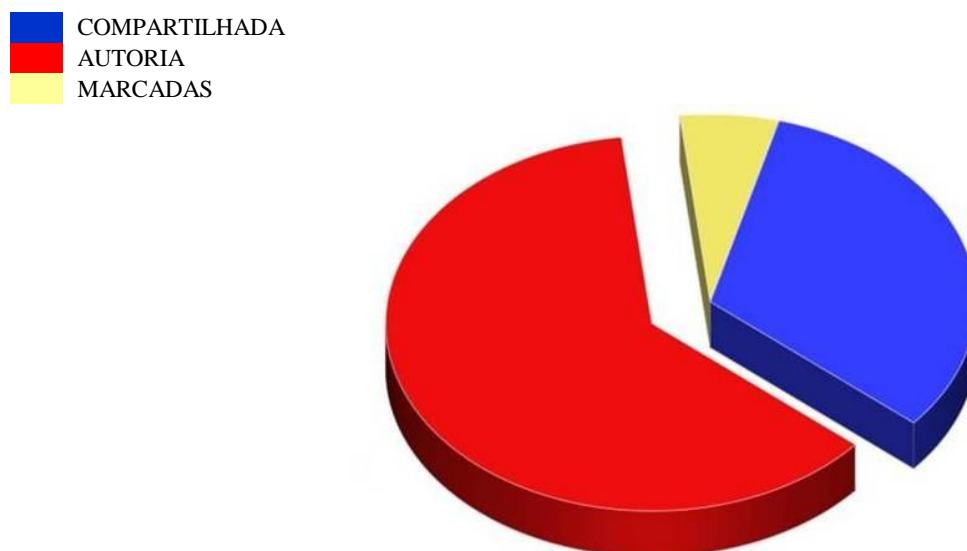
Figura 22 – Emoji triste

Fonte: Facebook (2016).

Com relação às curtidas, todos postam e curtem seus conteúdos, garantindo, assim, um .³³ Gerson, que possui vários perfis no Facebook, usa deste recurso para aumentar o número de curtidas e foi possível rastrear sua presença nos perfis dos colegas de instituição com presença marcante no perfil de Maju, que foi sua namorada.

Outro fato que chama a atenção é a repetição de fotos nas postagens, fotos com falta de foco ou cortadas e sem contexto. Atribuíram isto ao fato de não saberem arrumar ou desfazer uma postagem que não ficou como era esperado. Então, mesmo nas postagens, aqui caracterizadas como de ‘autoria’, não há um domínio sobre as ferramentas do Facebook. As ações são ainda baseadas no ensaio e erro. A falta de processos de aprendizagem, efetivamente acaba expondo as fragilidades cognitivas deste grupo social e inspiram reações infantilizadas ou de compaixão, por parte dos usuários que compartilham as redes sociais destes jovens. O gráfico a seguir traduz em percentuais os tipos de postagens para ilustrar essa questão:

³³ Significa curtir uma postagem.

Gráfico 3 – Tipo de postagem

Fonte: Elaboração da autora (2016).

A proposta do exercício da autoadvocacia se contrapõe diretamente à concepção tradicional estereotipada da pessoa com deficiência como um indivíduo incapaz e dependente. Vale observar que as particularidades dos jovens anteriormente referidas não constituem uma característica ou condição intrínseca fixa, determinada por seu diagnóstico clínico ou outra medida equivalente (VYGOTSKI, 1997). Ao contrário, estas se ampliam na medida em que lhes proporcionamos suportes e condições adequadas de aprendizagem nos diversos espaços. E, finalmente, contribuem para romper com a crença da incapacidade das pessoas com deficiência, “revelando a possibilidade de qualquer indivíduo ser advogado de si mesmo” (SOARES, 2010, p. 15).

Esta possibilidade é percebida com os 2 (dois) jovens que estão alfabetizados. Eles administram suas contas de internet com autonomia e gerenciam as atividades na rede social Facebook, assumindo responsabilidades sobre o que postam e com quem conversam. Durante a coleta de dados, foi possível acompanhar uma confusão via Facebook, envolvendo dois dos sujeitos da pesquisa. O conflito foi gerado por uma informação falsa, postada por Gerson, a respeito de Maju. Segundo o coordenador pedagógico, foi necessária uma intervenção para que o grupo regulasse o comportamento e estabelecesse normas de boa convivência. Para Goffman (2001, apud RECUERO, 2014a), “esse é o contexto da interação, que é negociado pelos participantes e acatado pelo grupo” (p. 97), um acordo que é estabelecido pelos atores envolvidos.

Figura 23 – Namoro rompido

Fonte: Perfil do Facebook (2016).

Observa-se, a partir dos excertos expostos, que o uso da internet e de seus recursos é realizado de forma intuitiva, com pouca ou nenhuma mediação no sentido de instrumentalizar estes jovens para a busca de conhecimentos ou entretenimento. É sabido que, no acesso sistemático à internet, o conteúdo vai ficando customizado conforme o uso, e, necessariamente, não é preciso saber ler para navegar, pois os ícones estão lá para auxiliar, os comandos de voz já se popularizaram e os algoritmos conspiram para levar você ao seu destino. Mas, ao nos referir às pessoas com deficiência intelectual, esse caminho não é tão intuitivo e necessita de mediação para que seja realizado de forma cônica.

Veja esse caso. Quando questionados sobre a questão da privacidade nas suas postagens, todos ignoravam o fato de que poderiam ser selecionadas as opções: público/amigos/somente eu. Gustavo (19) acreditava que somente ele poderia ver os vídeos pornográficos postados na sua página, desde que não ‘marcassem’ ninguém. Gerson (27) ficou admirado quando “*outras pessoas que nem são meus amigos viram o que eu escrevi*”. Maju acha improvável que outras pessoas, que não sejam seus amigos, visitem sua página: “*não sabem que eu existo*”. Poliana (24) e Margô (25) nunca pensaram sobre isso e dizem não se preocupar, pois são monitoradas nesta ação.

Soma-se a esta questão, que cerceia o desenvolvimento da autonomia e participação, o

controle dos familiares e tutela dos técnicos, que limitam a participação dos jovens, de forma mais efetiva e orientada, no uso do Facebook. Por exemplo, os jovens informaram que é proibido o uso do celular durante a permanência na instituição, onde realizam curso profissionalizante de preparação para o ingresso no mercado de trabalho. Isto interfere no aprendizado sobre os direitos e deveres no exercício da cidadania, uma vez que eles são protegidos dos erros e, por consequência, protegidos de aprender e entender os acertos.

Na conjugação do off e do online para compor o cenário de coleta dos dados, foi possível perceber as conexões entre as ações que são realizadas na rede social Facebook e a maneira como esses jovens são considerados no seu dia a dia. Reflete no movimento que eles imprimem na rede social a forma como estão se constituindo enquanto sujeitos de direitos. A maneira como exercem a autonomia na tomada de decisões no seu cotidiano não se afasta do comportamento que expressam no uso do Facebook e as reações dos usuários que compõem suas redes ainda carrega fortes marcas da cultura da normalidade. Mas, as redes sociais digitais constituem-se em um espaço onde todos estão experimentando novas relações a partir da liberdade em estabelecer conexões. É uma janela para a participação social, mas, nesta nuvem de informações digitais, muitas vezes, a deficiência fica invisibilizada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não são as respostas que movem o mundo, são as perguntas, já anunciou Albert Einstein.³⁴ De acordo com essa perspectiva, creio que o presente trabalho materializa este prenúncio, pois deixa muitas perguntas em aberto. Entretanto, este fato não foi de todo inusitado, pois, dada a originalidade do tema investigado, estávamos preparados para esta incursão rumo ao desconhecido, ao não anunciado e, mesmo, invisibilizado pela computação nas nuvens.³⁵ Resulta daí a escolha da etnografia como procedimento de investigação, usando a conjugação do off e online para compor o cenário do campo de pesquisa e a metáfora do caleidoscópio para formar o prisma conceitual que orientou o olhar na análise de dados. Ao tempo em que entendo que a presente investigação cumpriu com seu objetivo ao identificar as ações que jovens com deficiência intelectual realizam na rede social Facebook e analisar este movimento à luz dos princípios fundantes da autoadvocacia, também desejo que outros trabalhos possam surgir para aprofundar as questões suscitadas neste estudo.

Então, para finalizar este estudo, o que não significa concluí-lo, retomamos seu prefácio: “a tarefa não é tanto ver o que ninguém viu ainda, mas pensar o que ninguém pensou sobre algo que todos veem”, nas palavras do filósofo Arthur Schopenhauer. E o que todos vemos são pessoas com deficiência intelectual acessando e usando dispositivos móveis e redes social digitais, mas o que podemos pensar sobre essas ações diante dos dados que essa pesquisa revela?

Assim, surge outro desafio: como traduzir em palavras o olhar daqueles jovens, marcados pela (in)diferença e responsabilizados por um fracasso que não lhes pertence? A primeira constatação registrada foi a importância atribuída pelos jovens à rede social Facebook para suas interações sociais. Ávidos em usar, efetivamente, os recursos da tecnologia digital, mas cerceados pelos conceitos da incapacidade que ainda caracteriza a história e trajetória desse grupo social.

Historicamente, as pessoas com deficiência intelectual estão assujeitadas pela vulnerabilidade impressa socialmente na condição de incapacidade o que faz com que seus movimentos se restrinjam aos espaços da casa e instituições. Isso ficou destacado nas falas dos jovens, mesmo aqueles que possuem independência para o uso do transporte coletivo, não possuem autonomia para realizar deslocamentos. A rua não está autorizada como um espaço de exploração, de conhecimento ou domínio. Pelo contrário, está sempre associada a um lugar perigoso, embora sedutor (GLAT, 2009). Assim, o uso do Facebook funciona como uma alternativa para integração, conhecimento e comunicação com o grupo social, sendo considerado por eles como seguro.

³⁴ Físico teórico alemão. Entre seus principais trabalhos, desenvolveu a teoria da relatividade geral, ao lado da mecânica quântica, um dos dois pilares da física moderna (WIKIPÉDIA).

³⁵ Possibilidade de acessar arquivos, diferentes serviços online e executar tarefas pela internet, sem instalar aplicativos no seu computador, já que os dados estão em uma rede (AMOROSO, 2012).

Contudo, os dados da pesquisa também revelaram as barreiras encontradas nessa ação. Seja pelo fato de não saberem ler e escrever, de dependerem da tutela de outras pessoas para acessarem a rede e/ou por não reunirem conhecimentos para comunicar seus sentimentos, interesses e necessidades.

Este cenário acaba por invisibilizar a participação efetiva das pessoas com deficiência intelectual no ambiente digital, pois, apesar do acesso ao computador, há um manejo precário dos recursos disponíveis na internet. Isto deixa sua utilização frágil e pouco eficaz enquanto uma ferramenta de acesso aos conteúdos, bens culturais e serviços historicamente produzidos e organizados pelos homens. Segundo Soares (2010), acaba caracterizando um processo de invisibilidade social, que resulta na “infantilização do jovem e do adulto com deficiência por aqueles que os cercam, pela exclusão (social, relacional e educacional) e pelas restrições colocadas ao acesso a experiências em novos espaços sociais” (p. 14). Estas barreiras, denominadas como atitudinais, são restrições fundamentadas na crença da incapacidade das pessoas com deficiência intelectual em desenvolver pensamento abstrato, realizar planejamento e antecipação de ações, além do desconhecimento de suas características de aprendizagem (PLETSCH, 2010).

Para Goffman (1988), quando imprimimos um rótulo sobre pessoas ou grupos, criamos estigmas que, geralmente, são depreciativos e deterioram uma identidade por meio das interações sociais preconceituosas e discriminatórias. O autor afirma: “como se alguém com estigma não fosse completamente humano e com base nisso fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida” (GOFFMAN, 1988, p. 15). Isto foi observado tanto nas narrativas dos sujeitos da pesquisa, quanto na análise das ações que os mesmos realizam no Facebook.

A pesquisa evidenciou que ainda é presente a ideia da deficiência associada à incapacidade, o que cerceia as pessoas deste grupo ao pleno exercício da autoadvocacia e destaca a importância de estudos que façam emergir estas questões. Por conseguinte, faz-se necessária a constante atualização das políticas públicas rumo à conscientização de que esta crença é equivocada, pois decorre de uma construção social. Na mesma medida, é preciso a promoção de práticas educacionais e sociais que enalteçam a autonomia e independência das pessoas com deficiência, para romper com o ciclo da invisibilidade no qual estão imersas. Só assim este grupo social poderá cogitar uma vida independente, autônoma e com participação social, a partir de ambientes onde elas possam entender e viver sua identidade como sujeito de direitos, na defesa das suas necessidades.

É imprescindível oferecer os suportes e apoios adequados para que as pessoas com deficiência intelectual possam usar a comunicação mediada pelo computador com autonomia e responsabilidade, pois este é um dos ‘cliques’ mais importantes para a inclusão na contemporaneidade. Desta forma, penso que os serviços da Educação Especial, sob a égide dos textos legais que a regulamentam, podem contribuir para a construção de uma sociedade aberta às

diferenças, focada nos direitos políticos, sociais e educacionais dos diferentes. Um processo de produção e movimento do conhecimento, onde as pessoas aprendam e cresçam na diferença e, sobretudo, na atenção a ela, uma vez que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”, nas palavras de Paulo Freire (2011, p. 58).

Vivemos tempos de relações conectadas pelas redes sociais digitais, impulsionados pelo caráter social e pela ideia de partilha, somados ao fato de ser um ambiente atrativo, fluído e catalisador, ou seja, com uma grande capacidade de acelerar e modificar as interações sociais. Isso contribui para que, cada vez mais, as pessoas com deficiência intelectual acessem as redes sociais digitais e, notadamente, o Facebook. Então, a rede se transforma em rua ou em uma janela, uma possibilidade para experienciar uma sociedade que começa a conviver e dar visibilidade às diferenças, a partilhar do princípio da equidade como elemento constitutivo de relações inclusivas.

REFERÊNCIAS

- ALBERT Einstein. **Wikipédia. A enciclopédia livre**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Albert_Einstein>. Acesso em: 25 jan. 2017.
- AMOROSO, Danilo. **O que é computação em nuvens?** Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/computacao-em-nuvem/738-o-que-e-computacao-em-nuvens-.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2017.
- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE DEFICIÊNCIAS INTELECTUAL E DO DESENVOLVIMENTO (AADID). **Avaliação, Diagnóstico e Classificação**. Washington: AAIDD, 2010.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante**. São Paulo: Artmed, 2009.
- BARONI, Alexandre Carvalho. “Título”. In: RESENDE, Ana Paula Crosara; VITAL, Flávia Maria de Paiva (Orgs.). **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.
- BARTON, Len. “Estudios sobre discapacidad y la búsqueda de la inclusividad. Observaciones”. **Revista de Educación**, 2009.
- BERESFORD, Peter. “Empowerment and Emancipation”. In: ALBRECHT, Gary L. (Ed.). **Encyclopedia of Disability**. v. 2. Thousand Oaks: SAGE Reference, 2013. p. 593-601.
- BDTD, o que é**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- BORGES, Deize; KITTEL, Rosângela. “Constituindo-se sujeitos: uma história de compensação social”. **Revista Ponto de Vista**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, n.3/4, p. 47-58, 2002.
- BORGES, Martha; OLIVEIRA, Sandro. “Virtualização e sociedade digital: reflexões acerca das modificações cognitivas e identitárias nos sujeitos imersivos”. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 21, n. 2, p. 420-440, maio/ago. 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: SECON, 2014.
- _____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde); 2007.
- _____. **Decreto n.º 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- _____. **Lei n.º 11.129/2005, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as leis n.º 10.683, de 28 de maio de 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em: 25 fev. 2016.

_____. **Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Brasileira**, 2009. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. **Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Brasileira**, 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. **Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Brasileira**, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. **Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Brasileira**, 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. **Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Brasileira**, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

CALEIDOSCÓPIO Kit 1. **Elo7**. Disponível em: <https://www.elo7.com.br/caleidoscopio-kit1/dp/39D4E9>.

CAPES. **Banco de Teses CAPES**. BDTD. Disponível em: <<http://bdtb.ibict.br/pt/a-bdtb.html?showall=1>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CARNEIRO, Maria Sylvia. **Adultos com síndrome de Down: a deficiência mental como produção social**. Campinas: Papirus, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. v. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTANHEIRA, Andrea de Oliveira. **Deixa que eu falo: a inclusão sob a ótica do estudante com deficiência intelectual**. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CHARDELLI, Luciana. “Estamos todos numa solidão e numa multidão ao mesmo tempo”. [entrevista Zygmunt Bauman]. **Pragmatismo político**, 2016. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/08/estamos-solidao-multidao-mesmo-tempo.html>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.Br. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC domicílios e empresas 2013**. São Paulo: Comunicação Nic.br, 2014.

_____. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC domicílios e empresas 2012**. São Paulo: Comunicação Nic.br, 2013.

_____. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC domicílios e empresas 2011**. São Paulo: Comunicação Nic.br, 2012.

_____. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC domicílios e empresas 2010**. São Paulo: Comunicação Nic.br, 2011.

_____. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC domicílios e empresas 2009**. São Paulo: Comunicação Nic.br, 2010.

CORDEIRO, Mariana Prioli. **Nada sobre nós sem nós**: os sentidos de vida independente para militantes de um movimento social de pessoas com deficiência. 2007. 276 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

COSTA, Marisa Vorraber. “O papel dos estudos culturais na atualidade”. Nova América, n. 96, dezembro de 202.

_____. “Estudos culturais e educação: um panorama”. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. (Org.). **Cultura, poder e educação**: um debate sobre estudos culturais em educação. Canoas: ULBRA, 2005. p. 107-121.

CRESWELL John W. **Investigação qualitativa e projetos de pesquisa**. 3.ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro do. **Cibercultura, juventude e alteridade**: aprendendo-ensinando com o outro no Facebook. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DANTAS, Taísa Caldas. **Jovens com deficiência como sujeito de direitos**: o exercício da autoadvocacia como caminho para o empoderamento e a participação social. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

_____. **Estudo da autoadvocacia e empoderamento de pessoas com deficiência no Brasil e no Canadá**. 2014. 237 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

DE CARLO, Marysia Mara Rodrigues do Prado. **Se essa casa fosse nossa... Instituições e processos de imaginação na Educação Especial**. São Paulo: Plexus, 1999.

DINIZ, Debora; SANTOS, Wederson. **Deficiência e Discriminação**. Brasília: Letras Livres; UnB, 2010.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson. “Deficiência, Direitos Humanos e Justiça”. In: DINIZ, Debora; SANTOS, Wederson (Orgs.). **Deficiência e Discriminação**. Brasília: Letras Livres; UnB, 2010. p. 97-115.

DOTA, Fernanda Piovesan. **Inclusão da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho**: avaliação de um programa de capacitação profissional. 2015. 83 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124047>>.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **Etnografia de rua**: estudos de antropologia urbana. Porto Alegre, Iluminuras, v. 3, n.7, p. 1-22, 2003.

_____. “Etnografia: saberes e práticas”. In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

FACEBOOK. **Página oficial**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/facebook/about/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

FARMVILLE. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/FarmVille>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

FERREIRA, Windyz Brazão. “Vulnerabilidade à violência sexual no contexto da escola inclusiva: reflexão sobre a invisibilidade da pessoa com deficiência”. **REICE – Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 6, n. 2, 2008.

_____. **Rompendo Paradigmas para incluir:** nada sobre os portadores de deficiência sem as suas vozes. 2005. Trabalho apresentado ao XII Encontro de Psicologia de Campina Grande: 40 anos de psicologia: Humanização e Cidadania. Campina Grande, 2005.

FONSECA, Claudia. **Quando cada caso NÃO é um caso:** pesquisa etnográfica e educação. Trabalho apresentado na XXI Reunião anual da ANPED, Caxambu, setembro 1998.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet.** Porto Alegre: Sulina, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GLAT, Rosana. **Somos iguais a vocês:** depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

_____; FELLOWS, Maria Martha Boeira. **A pessoa portadora de deficiência defendendo seus direitos.** XIX Congresso Nacional das APAEs. Belo Horizonte: 1999.

_____. Estudos sobre auto-percepção: uma contribuição teórico-metodológica para o processo auto-defensoria de pessoas com necessidades especiais. In: ANAIS DO VIII CONGRESSO ESTADUAL DAS APAES DE MINAS GERAIS, v. 1, p. 37-39, 2002.

_____. Auto-defensoria/auto-gestão: movimento em prol da autonomia de pessoas com deficiência mental – uma proposta político-educacional. **ANAIS DO 9º CONGRESSO ESTADUAL DAS APAES DE MINAS GERAIS.** Disponível em CD-ROM. Belo Horizonte, MG, 2004. Disponível em: <<http://www.fortaleza.apaeceara.org.br/repositorio/CE/juazeirodonorte/Auto-defensoria.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

GODOY, Arilda S. “Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais”. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 2009.

HINE, Christine. **Virtual ethnography.** London: SAGE Publications, 2000.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia.** 4.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LE MOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet:** em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. **Inteligência coletiva:** para uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 2007.

MACHADO, Rosângela. **Educação Especial na Escola Inclusiva:** Políticas, Paradigmas e Práticas. São Paulo: Cortez, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada:** análise de objetivos e de roteiros. Departamento de Educação Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Marília, SP. 2004. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/llsipq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 16.

_____. “Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada”. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; OMOTE; Sadao. (Orgs.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial.** Londrina: EDUEL, 2003. p. 11-25.

_____; SIMÃO, Livia Mathias. “Formas de raciocínio apresentadas por adolescentes deficientes mentais: um estudo por meio de interações verbais”. In: MANZINI, Eduardo José (Org.). **Linguagem, cognição e ensino do aluno com deficiência.** Marília: UNESP, 2001.

MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia (Orgs.). **Das margens ao centro:** perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.

MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. “Nas trilhas da exclusão: as práticas curriculares de sala de aula como objeto de estudo”. In: BUENO, José Geraldo Silveira; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SANTOS, Roseli Albino dos. **Deficiência e escolarização:** novas perspectivas de análise. São Paulo: Junqueira & Marin; Brasília: Capes, 2008. p. 109- 162.

MENESES, Soraya Cristina Pacheco de. **Estudo sobre a inclusão social e educacional do surdo por meio do Facebook.** 2013, 143f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tiradentes, Aracaju.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de; CASTRO, Sabrina Fernandes de. “Ações da Educação Especial no contexto da escola regular: problematizações sobre a inclusão de alunos com deficiência intelectual”. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 30-44, set./dez. 2016.

NEVES, Tânia Regina Levada. **Movimentos Sociais, auto-advocacia e educação para cidadania de pessoas com deficiência mental.** 2000. 247f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.

_____. **Educar para a cidadania:** promovendo a autoadvocacia em grupos de pessoas com deficiência. 2005. 247 f. Tese (Doutorado) – programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

NÓVOA, António. **Professores, imagens do futuro presente.** Lisboa: EDUCA, 2009.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio. **Representações sociais sobre educação especial e deficiência:** o ponto de vista de alunos deficientes e professores especializados. 2002. 348 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, Marília.

PAVOWSKI, Carolina. **Emojis como forma de comunicação.** “Tendências digitais”, 2016. Disponível em: <<https://medium.com/tend%C3%A2ncias-digitais/emojis-como-forma-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-cd68714df50c#.1av4y0ru3>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

PEDROSO, Orlando. **Depósito de tirinhas**, 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DepositoDeTirinhas/photos/a.319032798144764.71055.261705443877500/325461824168528/?type=3&theater>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência mental:** da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP, 1984.

PETARNELLA, Leandro. **Escola Analógica:** cabeças digitais. O cotidiano escolar frente às Tecnologias Midiáticas e Digitais de Informação e Comunicação. Campinas: Alínea, 2008.

PINTO, Carla. “Empowerment: uma prática de serviço social”. **Política Social**, Lisboa, ISCSP, p. 247-264, 1998 – Portal do MEC/INEP. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16759-principais-indicadores-da-educacao-de-pessoas-com-deficiencia&Itemid=30192>. Acesso em: 23 jul. 2016.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental:** diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: Nau; EDUR, 2010.

PLETSCH, Márcia Denise; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; HOSTINS, Regina Celia Linhares. **A escolarização de alunos com deficiência intelectual:** políticas públicas, processos cognitivos e avaliação da aprendizagem. Projeto de Pesquisa em rede (UFRRJ, UDESC, UNIVALI), 2012.

POLIVANOV, Beatriz. “Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos”. **Esfera**, Brasília, n. 3, p. 61-71, 2013. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/4621>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

PROJETO SINERGIA. **Autogestão e Autodefensoria:** conquistando autonomia e participação. v. 3. Brasília, 2009.

PROUCA. In: **35ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, Porto de Galinhas, 2012.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede:** comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

_____. **Redes Sociais na Internet.** 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

_____. “Comunidades em Redes Sociais na Internet: Um estudo de uma rede pró-ana e pró-mia”. **Faro**, Valparaíso, v. 1, n. 2, 2005.

SÁ, Simone Pereira de. “Netnografias nas redes digitais”. In: PRADO, José Luiz Aidar. (Org.). **Crítica das práticas midiáticas:** da sociedade de massa às ciberculturas. São Paulo: Hacker Editores, 2002. p. 147-164.

SANTAELLA, Lúcia; LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTAELLA, Lúcia. **Mídias sociais como espaços de cultura**. Conferência proferida no XIV Congresso IBERCOM. São Paulo: USP, 2015.

_____. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2013.

_____. **Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação**. São Paulo: Paulus, 2013.

_____. **A ecologia pluralista da comunicação: conectividade, mobilidade, ubiquidade**. São Paulo: Paulus, 2010.

_____. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. **Cultura das mídias**. 4.ed. São Paulo: Experimento, 1992.

SIGNIFICADO de Emoji. **Significados**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/emoji/>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

SIGNIFICADO de Wi-Fi. **Significados**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/wi-fi/>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu. “A política e a epistemologia do corpo normalizado”. **Espaço: informativo técnico-científico do INES**, Rio de Janeiro, n. 8, agosto-dezembro, 1997.

SOARES, Alessandra Miranda Mendes. **Nada sobre nós sem nós: formando jovens com deficiência para o exercício da autoadvocacia**. 2010. 126 f. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <<http://biblioteca.virtual.ufpb.br/>>. Acesso em: 15 out. 2015.

TELFORD, Charles Witt e SAWREY, James M. **O indivíduo excepcional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

TOMÉ JÚNIOR, Erivan Lopes. **Linguagem e redes sociais: o Facebook como espaço de aprendizagem da língua portuguesa para alunos surdos**. 2014. 47f. Dissertação (Mestrado Profissional em Linguística e Ensino) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNICEF. **O uso da internet por adolescentes**, 2013. Disponível em: <http://www.unicef.org/brasil/pt/br_uso_internet_adolescentes.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 8.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

VYGOTSKI, Lev Semenovitch. “Fundamentos del trabajo con niños mentalmente retrasados y físicamente deficientes”. In: _____. **Obras Escogidas V: Fundamentos de defectología**. Madrid: Visor, 1997. pp. 197-202.

_____. **A formação social da mente**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Obras escogidas:** fundamentos de defectología. Madrid: Vísor, 1997. t. 5.

_____. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone/EDUSP, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Primeiro encontro: entrevista semiestruturada

PRIMEIRO ENCONTRO - Entrevista semiestruturada

Data:	Início:	Término:
-------	---------	----------

Caracterização do sujeito

Nome:		
DN:	Idade:	Sexo:
Vida escolar:		
Atual:		
Turma:	Período:	
Prof.:		

Questionário

- 1 Desde quando frequenta a APAE?
- 2 E antes de vir para APAE, onde você estudava?
- 3 Você mora aonde? Com quem?
- 4 Como você vem para a APAE?
- 5 Você trabalha? Ou Você já trabalhou?
- 6 Você tem vontade de trabalhar?
- 7 O que gostaria de fazer?
- 8 Tem computador em casa?
- 9 Usa computador em outros lugares como casa de amigos, parentes, APAE, Lan House?
- 10 Você tem celular?
- 11 Você entra na internet pelo celular?

12 No seu celular tem internet:

☐ com créditos, limitada

13 ☐ 3G, ilimitada

☐ usa wi-fi dos lugares aonde vai

Em que lugares você usa o celular para entrar na internet:

☐ em casa

14 ☐ na APAE

☐ na casa dos parentes

☐ na casa de amigos

Você entra na internet:

☐ Todos os dias

15 ☐ Quase todos os dias

☐ Uma ou duas vezes por semana

Quando você entra na internet, vai primeiro no:

☐ Whatsapp

16 ☐ Facebook

☐ Conversa no Facebook – Messenger

☐ YouTube

☐ Instagram

O que você sabe fazer:

☐ baixar um jogo/aplicativo

17 ☐ gravar um vídeo com o celular

☐ gravar um vídeo e postar no facebook

☐ tirar uma foto com o celular

☐ tirar uma foto e postar no facebook

☐ tirar uma foto e salvar para ficar guardada

☐ conversar usando o chat do facebook

☐ conversar em grupo pelo chat do facebook

O que você mais gosta de fazer no Facebook?**18 Desde quando tem Facebook:**

APÊNDICE 2 – Segundo encontro: entrevista semiestruturada

SEGUNDO ENCONTRO – Entrevista semiestruturada

Data:	Início:	Término:
-------	---------	----------

1. Como se deu o ingresso no Facebook?
 - como soube do Facebook;
 - por que quis criar uma conta?
 - recebeu ajuda para criar a conta?
 - quando isso aconteceu (idade tinha)?

2. Como compôs seu perfil no Facebook?
 - recebeu ajuda?
 - como escolheu a foto de perfil e da capa?
 - como preencheu os dados de apresentação do perfil?

3. Como tece sua rede social digital?
 - como escolhe os amigos?
 - com quem conversa pelo chat?
 - curte e ou faz comentários nas postagens suas e de amigos?

4. Como alimenta seu perfil no Facebook?
 - tem autonomia para postar?
 - qual o tipo (conteúdo pessoal, religioso, divulgação, entretenimento) de postagem que faz?
 - está ciente do nível de privacidade das suas postagens?
 - seleciona sua postagens para “público”, “amigos” e ou “somente eu”?
 - se preocupa se os amigos vão gostar das postagens?

5. Como navega pela rede social digital Facebook?
 - o que mais gosta de fazer no Facebook?
 - o que aprende/descobre de novidades no Facebook?
 - as informações colhidas no Facebook servem para quê?
 - segue alguém no Facebook?

6. Como se sente no uso do Facebook?

- qual a importância do Facebook para sua vida social?
- qual a importância do Facebook para sua comunicação?
- o que você sente quando os amigos curtem suas postagens?
- o que você sente quando os amigos comentam suas postagens?

APÊNDICE 3 – Perfil virtual

ANÁLISE PERFIL VIRTUAL DO FACEBOOK

Nome:

Data:

1. Fotos

	Perfil	Capa
Se é sua		
Cuidado com a imagem pessoal		

2. Quais informações disponibiliza na sua apresentação:

3. Número de amigos:

4. Rede de amigos:

	Buscar identificar procedência
familiar	
escolar	
institucional	
social	

5. Tipo de postagem:

	Buscar tipificar
cunho político	
religioso	
Informes diversos/propaganda/divulgação de opinião pessoal	

ANEXOS**ANEXO 1 – Ofício APAE**

Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Prezada Senhora
NIVIA MICHELLI GARCIA VIEIRA
M.D. Diretora da APAE Florianópolis
Nesta

Assunto: **Apresentação de Projeto de Pesquisa e solicitação de autorização para realização da pesquisa de mestrado**

Cumprimentando-a cordialmente, uso do presente instrumento para apresentar a Professora da Educação Especial Rosângela Kittel, estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE e solicitar sua autorização para a realização da sua pesquisa na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE Florianópolis.

A presente proposta de pesquisa nasceu de reflexões no âmbito do Observatório de Escolarização de Alunos com Deficiência (OBEDUC/CAPES), desenvolvido em rede entre os Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ, Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC e Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI. Os três programas apresentam pesquisas consolidadas na área da Educação Especial e perspectivam importantes avanços direcionados à inclusão de pessoas com deficiência intelectual.

Nesse sentido o objetivo dessa investigação é compreender se os novos processos de interação social inaugurados pela conectividade contribuem ou não para que jovens com Deficiência Intelectual comuniquem seus desejos, pensamentos e verdades, verificando o quanto do mundo desses jovens é refletido por meio do uso das redes sociais digitais e o

quanto dessas redes é refletido no mundo de cada um deles.

O trabalho irá analisar essa atividade na rede social Facebook, interrogando se a comunicação mediada pelo computador contribui ou não para ampliar o conhecimento e o repertório social dos jovens com deficiência intelectual. Para alcançar os objetivos propostos, utilizaremos o método qualitativo netnográfico, com o intuito de mapear e analisar as interações realizadas pelos jovens nesta rede social digital, por meio do que eles postam, como e porque postam. Acreditamos que esta metodologia aproxima o contato entre pesquisador e sujeitos da pesquisa e cria possibilidades para além dos diagnósticos estruturais sobre as redes sociais, na direção de uma análise e compreensão das suas dinâmicas tecidas a partir das interações realizadas no ciberespaço.

Para tanto visa entrevistar e analisar o perfil virtual de 5 jovens, entre 15 e 29 anos, com diagnóstico de deficiência intelectual usuários do Facebook, para caracterizar como suas relações virtuais são tecidas e geridas e identificar como o acesso e o uso pessoal das redes sociais na internet impacta suas vidas.

As informações oferecidas para a pesquisadora serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato de tais informações e a preservação da identidade das pessoas participantes. A pesquisa será orientada pelas Professoras Doutoras Martha Kaschny Borges e Geovana Mendonça Lunardi Mendes.

Outro propósito deste estudo é o comprometimento da pesquisadora em possibilitar o retorno dos resultados da pesquisa a partir de agenda previamente acertada com a Instituição, se assim for do seu interesse. Solicitamos ainda a permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa, preservando sigilo e ética, conforme termo de consentimento livre que deverá ser assinado pelos participantes e ou responsáveis. Esclarecemos que tal autorização é uma pré-condição para realização da pesquisa.



Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Agradecemos a acolhida e colaboração no processo de desenvolvimento desta profissional da educação e da pesquisa científica em nossa região, colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Professora Orientadora Doutora Martha Kaschny Borges

Florianópolis, 16 de maio de 2016.

Av. Madre Benvenuta, 2007 - Itacorubi - Florianópolis - SC
CEP: 88035-901 / Telefone: (48) 3664-8500

ANEXO 2 – Comissão de Ética



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMISSÃO DE ÉTICA NA PESQUISA DA UFRRJ / COMEP

Protocolo Nº 272/2012

PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado "*A escolarização de alunos com deficiência mental/ intelectual: políticas públicas, processos cognitivos e aspectos pedagógicos*", sob a responsabilidade da Profa. Dra. Márcia Denise Pletsch, do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar, processo 23083.007306/2012-61, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 196/96 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

UFRRJ, 30/11/2012

Profa. Dra. Aurea Echevarria Neves Lima
Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação